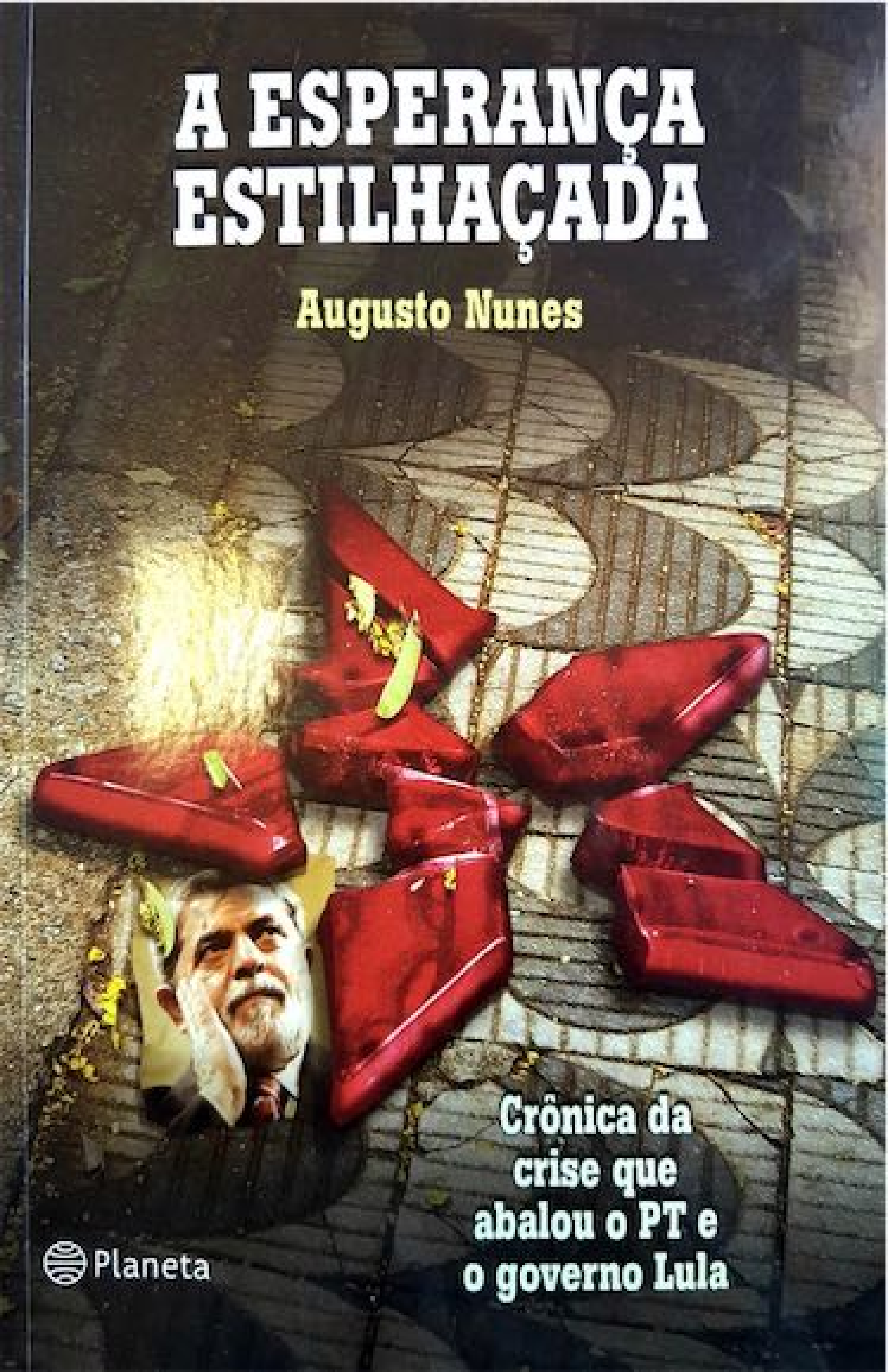
A ESPERANÇA ESTILHAÇADA

Augusto Nunes



Crônica da crise que abalou o PT e o governo Lula

Planeta

A ESPERANÇA ESTILHAÇADA

Augusto Nunes

Crônica da crise que abalou o PT e o governo Lula

Planeta

Copyright © Augusto Nunes da Silva

Capa e Projeto Gráfico: Antonio Mendes e Marcello Pio
Foto capa: Agência Estado/Sérgio Dutti e Milton Michida
Editoração Eletrônica: Felipe Jaworski
Preparação de originais: Frank Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Nunes, Augusto
A esperança estilhaçada : crônica da crise que abalou o PT e o governo Lula / Augusto Nunes. – São Paulo : Editora Planeta do Brasil, 2005

ISBN 85-7665-111-4

1. Abuso de poder - Brasil 2. Brasil - Política e governo 3. Comissões Parlamentares de Inquérito - Brasil 4. Corrupção na política - Brasil 5. Partido dos Trabalhadores (Brasil) 6. Reportagens investigativas 7. Silva, Luiz Inácio Lula da, 1945- I. Título. II. Título: Crônica da crise que abalou o PT e o governo Lula.

05-8561 CDD-070.449320981

Índices para catálogo sistemático:

1. Escândalos políticos : Reportagens investigativas : Brasil : Jornalismo 070.449320981
2. Reportagens políticas : Corrupção no governo : Brasil : Jornalismo 070.449320981

2005
Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Planeta do Brasil Ltda.
Avenida Francisco Matarazzo, 1500 – 3º andar – conj. 32B
Edifício New York
05001-100 – São Paulo-SP
vendas@editoraplaneta.com.br

Índice

Introdução 5
Fronteira ultrapassada.....9
Um milhão de amigos.....12
O videobandido do ano.....14
Bomba no colo.....16
O som da fúria.....19
A hora da guerra.....21
A primeira rajada.....24
A vestal dissimulada.....26
Homem de idéias.....28
O estilo do artista.....31
Ataque devastador.....33
"Sai daí, Zé!".....36
Depois do nocaute.....39
Tiroteios imaginários.....43
A vez de "Pedro Caroço".....45
Terra conflagrada.....47
Recordista telefônico.....50
O poder dos invisíveis.....52
Agenda letal.....54
Nervos de aço.....56

São Jorge de bordel.....58
Improvisos na estratosfera.....60
A turnê do candidato.....62
Delírios de julho.....65
Cueca dolarizada.....68
O herói de Pasárgada.....70
Mudança de rota.....73
O último duelo.....76
Pastoral parlamentar.....78
Fiascos pedagógicos.....80
Arroz com Lexotan.....83
Tucanos no pântano.....86
Gente que faz.....89
A ascensão do advogado.....92
Paraíso perdido.....95
O pensador do palácio.....98
Só faltava Cuba.....101
O criador e a criatura.....103
O triunfo do absurdo.....106
Defeito é virtude.....110
O prefeito insepulto.....113
O Dia do Espanto.....118
A linha do horizonte.....121
Índice onomástico.....124

Introdução

Na letra de *Vai Passar*, gravada em 1983, Chico Buarque fala de um tempo em que "dormia a nossa pátria mãe tão distraída, sem perceber que era subtraída em tenebrosas transações". Uma "página infeliz da nossa história", que haveria de passar. A derrocada dos carrascos e dos ladrões não tardaria. Então viriam a reconquista da democracia e a ressurreição da liberdade assassinada. E o Brasil veria restaurado o direito de ser feliz. E o povo festejaria o fim da escuridão com celebrações incomparáveis.

A profecia começou a ser cumprida com o sepultamento da ditadura militar. Mas até a virada do século o pêndulo do Brasil balançaria entre a prostração e a euforia. Houve o triunfo de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, o martírio do presidente eleito, o prólogo excitante e o feio epílogo do Plano Cruzado de José Sarney, a ultrajante Era Collor, a interinidade do imponderável Itamar Franco e o reinado de Fernando Henrique Cardoso.

Se tivesse resistido à tentação de duplicar o tempo no poder, FH seria lembrado como o homem que controlou a inflação e consolidou a democracia (também por ter profissionalizado as Forças Armadas e afastado os quartéis de assuntos políticos). O segundo mandato (afetado, como o primeiro, pelos efeitos de crises internacionais sobre a economia brasileira) foi manchado na origem pela suspeita de compra de votos para a aprovação da emenda da reeleição e, depois, por privatizações envoltas por suspeitas de corrupção e favorecimento ilegal.

Em 2002, o balanço da Era FH apontava numerosos triunfos e fracassos. E então o povo resolveu que, 20 anos depois de *Vai Passar*, perderia o medo de ser feliz: transformou em presidente da República um ex-operário metalúrgico, entregou o poder ao Partido dos Trabalhadores e caiu na festa. Ao subir a rampa do Planalto, Luiz Inácio Lula da Silva, nascido em Garanhuns em 1945, juntou num carnaval temporão milhões de brasileiros enlouquecidos de alegria.

Seria uma alegria fugaz, avisara Chico Buarque.

O Brasil redemocratizado nunca foi tão feliz quanto no verão de 2003. Nem tão infeliz quanto no inverno de 2005. Despejados na estação do medo, os passageiros do otimismo descobriram que as tenebrosas transações corriam soltas. Descobriram que viajavam num trem controlado por maquinistas bandidos. Descobriram que todos os trilhos levavam ao pântano dos corruptos.

Lancetados na Era Collor pelo *impeachment*, os tumores da corrupção pareciam reduzidos às dimensões históricas até a descoberta do lodaçal medonho. Ali chapinhavam criaturas decididas a tomar de assalto o Estado brasileiro, instrumentalizar as ramificações do aparelho federal, garantir o apoio do Congresso com a compra de partidos e perpetuar-se na sala do trono.

A experiência havia sido testada em administrações estaduais e prefeituras sob o domínio do PT. A mais atrevida ocorrera em Santo André, na última gestão de Celso Daniel. Fora muito lucrativa, mas terminara mal: o assassinato do prefeito, em janeiro de 2002, quase escancarou os porões do esquema que desviava dinheiro público para as campanhas do partido. Desta vez o grupo agiria com mais cautela. Não queria outras manchas de sangue nas mãos.

Os fins justificam os meios, e o fim de tudo seria a implantação do regime socialista, murmuravam para seus fantasmas íntimos petistas que militaram quando jovens em grupos esquerdistas. Mais sinceros, companheiros do PT ou comparsas dos partidos aliados logo deixaram claro que não queriam melhorar o Brasil. Queriam melhorar de vida.

Até ser desbaratado, o grupo agiu com eficácia e harmonia. Ocupou quase todos os 21.197 cargos de confiança (preenchidos sem concurso público) do mamute administrativo. Passou a movimentar quantias colossais no Brasil e no exterior, extraídas da rede de patrocinadores que incluiu fundos de pensão, grandes estatais, agências de publicidade contratadas por valores superfaturados, banqueiros amigos e financistas interessados em aproximar-se do Planalto. Instituiu o "mensalão", gorjeta entregue regularmente a parlamentares de aluguel. As ações criminosas já haviam

assumido proporções amazônicas quando brigas por dinheiro provocaram fissuras no bando. Um dos integrantes resolveu contar o que sabia. E a crise explodiu.

As páginas seguintes percorrem os labirintos do drama que abalou o governo Lula, radiografam a metamorfose do PT, descrevem os protagonistas do mais longo inverno da política brasileira. São a crônica da esperança estilhaçada.

Fronteira ultrapassada

Há limite para tudo. Com quatro palavras, o deputado federal Fernando Gabeira explicou, no verão de 2005, por que decidira desgarrar-se de vez do rebanho conduzido por Lula e seus pastores. Mineiro de Juiz de Fora, reconduzido à Câmara pelos eleitores do Rio, estava no saguão do Palácio do Planalto, voltando de um encontro que não houve. Fora convidado pelo ministro José Dirceu, mineiro de Passa Quatro, para uma conversa reservada. O presidente Lula achava que Dirceu seria o homem certo para aplacar o descontentamento do deputado e convencê-lo a continuar no PT.

Ambos militantes do movimento contra o regime militar, aproximaram-se em 1968. No ano seguinte, Gabeira participou do seqüestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick, libertado depois da decolagem para o exílio de 15 presos políticos. Dirceu fora um deles. Gabeira seguiria para o desterro no ano seguinte. Os dois se reencontraram no PT. Lula deduziu que o ministro e o deputado se conheciam suficientemente para chegar sem sobressaltos a um acerto. Gabeira, com 64 anos, conhece Dirceu muito bem. Dirceu, 59, não parece conhecer Gabeira.

O convidado chegou na hora combinada. Passados 90 minutos, o anfitrião não havia aparecido, nem telefonara para justificar o atraso. Com expressão serena, Gabeira ergueu-se da poltrona na ante-sala, despediu-se das secretárias – e do PT. Há limite para tudo, resumiu aos jornalistas que aguardavam o relato do encontro.

A frase tem a idade do mundo, mas poucos políticos brasileiros assimilam a lição. Para a maioria, a esperteza e a conveniência rasa prevalecem sobre a ética, a moral e a compostura. Não conseguem aprender que há limite para tudo. A regra vale para o convívio entre velhos companheiros – Dirceu violou-a ao humilhar Gabeira – e também deve orientar o convívio dos contrários. Esta prática é essencial à democracia. Mas é também demarcada por fronteiras irremovíveis.

Vítimas de insultos não precisam reagir a socos e pontapés, muito menos a bala. Tampouco devem retribuir a agressão com abraços efusivos. Quem aceita mansamente ofensas ou insultos está confundindo o convívio dos contrários com a promiscuidade pusilânime. Gabeira é dos poucos que sabem disso. Simpático, risonho, tolerante, o deputado prefere a ruptura à convivência hipócrita. Como Dirceu ultrapassara a fronteira do tolerável, antecipou a mudança para o Partido Verde (PV).

Nos tempos de oposicionista, Lula agia como se fora do PT não existisse salvação. Dividia o mundo entre companheiros e o resto. O partido tinha o monopólio da honradez, da decência, da ética, da solidariedade. Os outros não mereciam sequer um abraço. Eleito deputado federal, mal suportou um único mandato. Deixou a Câmara aliviado por afastar-se dos "300 picaretas". Começou a mudar ao convencer-se de que só chegaria ao Planalto se celebrasse alianças com partidos que sempre menosprezara. No poder, contraiu a espécie de miopia cujos portadores não conseguem localizar fronteiras além das quais a falta de vergonha subjuga a ética e a auto-estima.

Essa disfunção ajuda a entender as manifestações de afeto que contempla, desde a campanha vitoriosa de 2002, gente a quem Lula não estenderia a mão antes de sucumbir à prática política do vale-tudo. Renan Calheiros e Roberto Jefferson são dois casos exemplares. No fim do segundo turno da campanha presidencial de 1989, o alagoano Renan e o fluminense Jefferson, aliados do candidato Fernando Collor, apoiaram e aplaudiram um dos mais infames episódios da história republicana. É difícil acreditar que Lula, vítima da brutalidade, tenha conseguido suprimir da memória a noite medonha.

O programa de Collor no horário eleitoral apresentou ao país uma certa Miriam Cordeiro, que namorou Lula antes do casamento com Marisa Letícia. Dessa ligação nasceu Lurian. Naquela noite, como milhões de brasileiros, a adolescente ouviu a versão de que Lula tentara induzir Miriam a aceitar o aborto. Ouviu a mãe afirmar que o pai não desejara seu nascimento.

A *performance* durou uma eternidade. Miriam seguiu com aplicação

o roteiro traçado pelos íntimos de Collor. No bando brilhavam os deputados Roberto Jefferson, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e Renan Calheiros, eleito por um certo Partido da Reconstrução Nacional (PRN) e futuro líder do governo na Câmara.

Lula diria mais tarde que nunca se sentiu tão humilhado quanto na noite da punhalada. Enquanto amargava a travessia do pesadelo no apartamento em São Bernardo do Campo, Collor sorria em Brasília. Dividindo o sofá com o chefe, sorria também Renan, a felicidade estampada no rosto de professor secundário nomeado sem concurso. Na poltrona ao lado, Jefferson sacudia as dobras da barriga nos momentos mais ultrajantes. Era o fim de Lula, celebraram. Engano. A vítima da abjeção chegaria ao poder 13 anos depois.

Chegou arrastando um imenso balaio de parcerias dissonantes. No poder, descobriu que governaria com menos sobressaltos se topasse conviver com figuras sem acesso a lares respeitáveis. Parece ter gostado do jeitão da turma. Nos primeiros meses de 2005, Lula, Renan e Jefferson foram fotografados juntos em vários momentos. Sempre sorrindo. Como um trio de velhos companheiros.

Como se não houvesse limite para nada.

Um milhão de amigos

"Não há nenhum amigo que não possa tornar-se inimigo, nem há nenhum inimigo que não possa tornar-se amigo." Lida superficialmente, essa frase – atribuída ao presidente Getúlio Vargas e repetida como exemplo de sabedoria por 999 em 1.000 políticos brasileiros – parece muito adequada à terra do homem cordial. Examinada com lupa, é o elogio do cinismo, o assassinato do amor-próprio.

Se efetivamente disse a frase, é improvável que Getúlio nela acreditasse. Se algum dia acreditou, desfez o equívoco com um tiro no coração. O suicídio se consumou porque o presidente sabia, em agosto de 1954, da impossibilidade de aproximar-se de inimigos contaminados pelo ódio. Lula é um homem de temperamento amável, avesso a ressentimentos. E age como se acreditasse nessa frase fantasiosa.

Mais: o presidente acha pouco transformar em aliado um antagonista histórico. Vai logo tratando o ex-adversário como se tivessem morado na mesma rua quando meninos. Minutos mais tarde já o presenteia com a carteirinha de sócio do Clube dos Novos Eternos Amigos do Lula. O regulamento tem três itens. Os sócios devem apoiar o governo, elogiar tudo o que o presidente diz ou faz e comover-se com as lembranças da infância humilde em Pernambuco. (Torcer pelo Corinthians não é obrigatório. Mas ajuda.)

Lula continuará tentando juntar 1 milhão de amigos, como no sonho musical de Roberto Carlos, se não aprender que essa bênção é distribuída com muita parcimônia. É coisa pra se guardar, ensina Milton Nascimento. Amigos sempre são poucos, e devem ser preservados com zelo e cuidados especiais. Para que laços fraternos se esgarcem, basta um minuto infeliz. Para amarrá-los, leva-se um bom pedaço de vida.

Não para Lula. Ingênuo e vaidoso, ele se acredita sedutor demais para que alguém resista à chance de ingressar em seu círculo íntimo. Em meia hora, o desafeto virou companheiro. No dia seguinte, tornou-se amigo

de infância. Operar tais milagres é com ele mesmo. Sem muito esforço, transforma rematados patifes em bons sujeitos. Lula dispensa períodos de transição, cautelas, quarentenas. É um traço de personalidade perigoso, como demonstraria a experiência vivida com Roberto Jefferson. É tipicamente o caso do inimigo que virou aliado, que virou parceiro, que virou amigo, que virou de novo inimigo.

Em outubro de 2004, o presidente do PTB convidou o novo-velho amigo Lula para um jantar em seu apartamento funcional. Jefferson vinha investigando, desde o mês anterior, histórias cabeludas sussurradas nos gabinetes e corredores do Congresso. Os relatos continuaram circulando mesmo depois da gravíssima denúncia formulada na edição de 24 de setembro do *Jornal do Brasil:* segundo a reportagem, o PT andava distribuindo dinheiro e cargos federais entre partidos da volátil "base aliada", para garantir a aprovação de projetos que o Planalto considerava relevantes. Parlamentares mais arredios recebiam pagamentos mensais. Fora instituído o mensalão.

Jefferson conversara sobre os rumores com deputados e ministros. Mas decidiu não servir a Lula, durante o jantar, pratos tão indigestos. Não mencionou a palavra mensalão. Manteve fora da mesa questões políticas. Nada revelou de constrangedor. Só exibiu a qualidade das cordas vocais, numa caprichada interpretação de *Eu Sei que Vou te Amar*.

No fim da noitada, o homenageado elogiou a voz do tenor aprendiz, a comida e a prosa agradável. Na porta do prédio, afagou o dono da casa com efusões que endossaram uma frase atribuída a Lula por amigos do anfitrião: "Eu sou capaz de dar ao Roberto Jefferson um cheque em branco e dormir tranqüilo."

Aqueles parceiros improváveis pareciam felizes. O convívio harmonioso completara dois anos. A amizade seria infinita. E foi, enquanto durou.

O videobandido do ano

Em 14 de maio de 2005, a reportagem de capa da revista *Veja* divulgou imagens e diálogos extraídos de uma fita gravada clandestinamente na sala de Maurício Marinho, chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios. Durante a conversa com visitantes disfarçados de empresários, ansiosos por fazer negócios com os Correios pela via rápida, Marinho contou que a instituição fora fatiada entre partidos governistas. O setor que administrava fazia parte da capitania do PTB. Ali, mandava e desmandava o deputado Roberto Jefferson, presidente do partido. Escolhia fornecedores, monitorava licitações, fixava preços e determinava o tamanho da propina. Marinho gabou-se da intimidade com o chefe. Conversavam com freqüência, consumavam arranjos em poucos minutos.

No clímax da fita, a mão de um visitante se estende para entregar R$ 3 mil a Marinho. Com a fisionomia de seminarista de missa em latim, o funcionário enfia a propina no bolso do paletó. Sem conferir o valor, sem sequer uma olhadela ampliada pelas lentes grossas dos óculos. Reproduzida pela TV, a gravação anunciou ao mundo que, depois da bossa-nova e do cinema-novo, o Brasil aperfeiçoara outra atrevida modernidade: o videobandido.

A obra inaugural do gênero, concluída em 2002, só estreou em abril de 2004. Uma cópia da gravação foi obtida pela revista *Época*, que divulgou seu conteúdo. Apesar das imagens indigentes, do som de disco de vinil, do enredo tão anêmico quanto o elenco – um par de artistas –, foi um sucesso nacional ao ser exibida pela TV. Milhões de espectadores acompanharam com atenção o desempenho da dupla. O protagonista Waldomiro Diniz e o coadjuvante (e produtor) Carlinhos Cachoeira contracenaram numa sala do aeroporto de Brasília.

Parecia coisa de cinema, mas era tudo verdade. Não houve um diálogo fictício entre atores. Registrou-se uma conversa real entre o bicheiro

Carlinhos Cachoeira e o alto funcionário federal Waldomiro Diniz, ex-companheiro de apartamento de José Dirceu e, à época do lançamento, assessor especial para Assuntos Políticos da Casa Civil chefiada pelo amigo de muitos anos.

No momento mais espantoso, o protagonista pede uma esquálida propina para favorecer pilantragens planejadas pelo bicheiro com o intuito de tungar dinheiro público. "Um por cento é pra mim", balbucia o extorsionário. O papelão de Waldomiro – exonerado "a pedido" horas depois do escândalo – provocou abalos no *bunker* do chefe. Dirceu argumentou que a gravação ocorrera em 2002, quando Waldomiro comandava a Loteria do Rio de Janeiro. Não tivera, portanto, o patrocínio da Casa Civil. Pressionado diariamente por jornalistas, o ministro fez a promessa em tom de ameaça: "Em poucos dias, vou colocar os pingos nos is". Jamais colocou.

As explicações de Dirceu foram endossadas por Lula, que o havia nomeado "capitão do time" semanas antes. Quando a poeira baixou, o presidente criou o Ministério da Coordenação Política e transferiu para o deputado Aldo Rebelo, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), articulações até então confiadas a Dirceu. O arranjo nunca funcionou. O "capitão" defendeu com bravura a posse do espaço teoricamente expropriado. O cordato Rebelo conformou-se com o papel de figurante sem direito a falar grosso. Mas Dirceu jamais recuperaria a força que esbanjou até Waldomiro Diniz decolar para a notoriedade estrelando o melhor videobandido de 2004.

O melhor de 2005 foi eleito já em maio. Atingiu a testa de Jefferson e abriu-lhe feridas na alma. O deputado desmentiu as declarações de Marinho – "Ele fica contando vantagem para ganhar propinas" – e jurou que mal conhecia o gatuno dos Correios. Em conversas reservadas, contudo, revelou a desconfiança de que sofrera uma emboscada, urdida por gente do governo. Se confirmada a trama, avisou, o cantor entraria em recesso para abrir espaço ao praticante de tiro ao alvo. "Continuo competente como atirador", avisou. "É bom que eles saibam disso." Quem eram eles?

Jefferson respondeu com um sorriso sarcástico.

Bomba no colo

O presidente da República procurou reduzir o estrondo nos Correios ao ruído de um rojão de festa junina. "Não se pode condenar alguém com base em declarações de alguém que pode estar mentindo", advertiu, com a tranqüilidade de quem comenta um jogo de palitos no bar da esquina. Era, essencialmente, o mesmo argumento invocado para manter Romero Jucá no Ministério da Previdência Social. Senador pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Jucá era figurão em Rondônia e figurante em Brasília. Governista desde criancinha, trocara o PSDB pelo PMDB e se convertera em devoto de Lula. Acabou ministro, embora o currículo fosse bem menos vistoso que o prontuário.

Entre outros casos de polícia, conseguira nos anos 90 um empréstimo no Banco da Amazônia, o Basa, em troca de garantias fictícias. Declarou-se proprietário, por exemplo, de sete grandes fazendas no Pará. Os latifúndios nunca existiram. Não se sabe que fim levou o dinheiro, oficialmente destinado a um empreendimento que não existiu. O certo é que Jucá não devolveu ao banco um único centavo. A dívida chegara a R$ 17 milhões em março de 2005, quando o fazendeiro do ar virou ministro.

Sem examinar as pilantragens atribuídas a Jucá, Lula nomeou-se advogado do novo amigo de infância. "Não se pode condenar ninguém sem provas", repetia em julho, sem que tivessem surgido manchas novas no terno de Jucá, Lula demitiu com a discrição possível o homem que escolhera para salvar a Previdência. Como o noticiário político-policial fora invadido por uma multidão de gatunos, poucos notaram que, em apenas dois anos e meio, Lula tivera três ministros da Previdência.

O primeiro foi Ricardo Berzoini. Depois de ter produzido a mais extensa fila de aposentados do mundo, o desastrado companheiro entregou o gabinete ao senador acreano Amir Lando. Nomeado por ser do PMDB governista, saiu para abrir vaga a Jucá, que além de ser do PMDB governista pertencia ao grupo chefiado por Renan Calheiros, presidente do Senado e, também, novo-

velho amigo de Lula. Os casos de Jucá continuam na mira da Polícia Federal e do Ministério Público. A Previdência continua à espera de diretrizes inteligíveis – e de alguém que conheça a área. O país descobriu que Lula só demite algum ministro se o suspeito for para a cadeia.

Em 16 de maio, dois dias depois do escândalo revelado pela revista *Veja*, líderes oposicionistas pediram a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as bandalheiras nos Correios. Os parlamentares do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido da Frente Liberal (PFL) brigaram pela criação da CPI mista (formada por senadores e deputados) com a mesma combatividade exibida durante a Era FH no momento de assassinar comissões propostas pelo PT.

Em contrapartida, petistas que antes propunham uma CPI por semana agora tratavam de exorcizar a ameaça com o mesmo argumento recitado durante oito anos pelo PSDB e pelo PFL. Aquilo não passava de truque eleitoreiro para prejudicar a governabilidade, alegaram os companheiros no poder. O presidente Lula escalou a Polícia Federal e a Corregedoria Geral da União para esclarecerem o caso com rapidez suficiente para tornar dispensável outro instrumento de investigação. Assim, poderia proclamar com mais ênfase que a CPI era descartável.

No dia 17, o grande falante voltou a falar. "Jefferson é um parceiro e assim deve ser tratado", saiu do silêncio Lula. "Um parceiro se solidariza com seu parceiro." (A segunda frase foi popularizada pelos filmes americanos que incluem policiais sob suspeita.) Na tentativa de conter o que José Dirceu qualificou de "manobra golpista para desestabilizar o governo", o Planalto perdeu tempo e dinheiro.

Entre janeiro e maio, os investimentos feitos por todos os ministérios haviam somado R$ 271 milhões. Em sete dias de combate à CPI, a tropa de choque liderada pelos ministros José Dirceu e Aldo Rebelo conseguiu a liberação de R$ 400 milhões para verbas solicitadas por parlamentares. Era hora de afagar aliados aborrecidos com a aparente sovinice da equipe econômica.

Confiante na estratégia governista, Lula desdenhou de um jornalista que lhe perguntou se a CPI o inquietava. "Olhem para a minha cara e vejam se estou preocupado", disse, esforçando-se para sorrir. Declaradamente preocupado

estava o grupo encarregado de convencer deputados (entre os quais o próprio Jefferson) a retirar a assinatura do requerimento que pedia a CPI. Em 20 de maio, os generais de Lula foram surpreendidos por outra pedra no caminho, de novo ali colocada pela revista *Veja*.

A reportagem de capa confirmou que Henrique Brandão, dono da corretora Assurê e amigo de Jefferson, exigira da direção do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) donativos de R$ 400 mil mensais ao PTB. Por discordar da bandalheira, o presidente do IRB, Lídio Duarte, demitiu-se do cargo. A irritação de Jefferson alcançou altitudes ainda mais perturbadoras. Nem assim os estrategistas do Planalto capitularam.

Dirceu e Rebelo fizeram duas incursões frustradas ao apartamento do presidente do PTB. Só na terceira conseguiram que a porta se abrisse. Não foi fácil convencer o pivô do escândalo a retirar a assinatura do requerimento. "Só faltou o Dirceu se ajoelhar", debochou Jefferson. A angústia do ministro foi escancarada em 18 de maio, quando 44 senadores e 222 deputados assinaram o requerimento para a instalação da CPI mista (formada por parlamentares das duas casas do Legislativo). E se manteve em alta temperatura durante o esforço para a retirada das assinaturas. Em 25 de maio, a criação da Comissão foi aprovada por 22 senadores e 234 deputados.

Em sete dias de muita lábia e gastança, os homens do Planalto conseguiram convencer 22 senadores a mudar de idéia. Em contrapartida, 12 deputados se juntaram aos 222 que haviam assinado o requerimento inicial. Nesse período, Dirceu repetira em vários gabinetes do Planalto a frase pressaga: "Se essa CPI sair, o Delúbio e o Silvinho não vão escapar". O Brasil da planície ainda não fora apresentado àquela dupla. Delúbio Soares de Castro, goiano de Buriti Alegre, a caminho dos 50 anos, era o tesoureiro do PT. Sílvio Pereira, mineiro de Cabo do Rio Claro, 42 anos, era o secretário-geral do partido.

Jefferson conhecia os dois – e muito bem. Ao saber do mantra palaciano de Dirceu, deduziu que a mobilização para barrar a CPI não se destinara a protegê-lo, e sim ao governo e ao PT. A rede de proteção seria estendida, desconfiou, ao PP e ao PL. "Eles estão evacuando o quarteirão para isolar nosso partido", disse a um dirigente do PTB. "Querem que a bomba estoure no meu colo. Mas não vou deixar."

O som da fúria

No físico e nos modos, o deputado que se tornaria uma celebridade ao longo do inverno de 2005 quase nada tinha a ver com as duas versões anteriores de Roberto Jefferson. A primeira existiu nos anos 70, enquanto o jovem apresentador desenvolto e loquaz, nascido em Petrópolis em 14 de junho de 1953, comandou o programa "O Povo na TV". Exibia uma vasta cabeleira, aprisionada no rabo-de-cavalo, e muitos quilos a mais. Os óculos pesados contrastavam com os camisões coloridos. Em segundos, passava da brandura à brutalidade. Como milhares de espectadores apreciavam o estilo, o artista decidiu mudar de palco. Aos 30 anos, já formado em Direito, virou político.

O promissor advogado criminalista se elegeu deputado federal em 1982. Usava os mesmos óculos e pesava mais de 120 quilos. Retoques no visual e no comportamento permitiram que desembarcasse no Congresso a segunda versão de Jefferson – menos falastrão, com cabelos curtos e trajando ternos em tons brasília. Enquanto estagiava no "baixo clero", categoria que abrange tanto medíocres irremissíveis quanto calouros a caminho da ribalta, aperfeiçoou a oratória em batalhas nos tribunais.

Dez anos depois da chegada à capital, Jefferson enxergou no começo do fim da Era Collor a saída do semi-anonimato. Incorporado à tropa de choque do governo agonizante, causou forte impressão a agressividade que logo o levaria ao generalato. Na tribuna, gostava de discursar com um revólver na cintura. Aparteado, partia para a pancadaria. No plenário, interrompia aos berros oradores inimigos. Na CPI, esbanjava truculência. Terminada a batalha diária na Câmara, o criminalista sem escrúpulos se juntava às reuniões dos advogados do presidente Fernando Collor.

A queda do chefe recomendou-lhe um período de hibernação. Com a virada do século, ressurgiu no Congresso um Roberto Jefferson radicalmente repaginado. O penteado, os ternos, as gravatas, os sapatos

– tudo parecia saído de revistas de moda masculina. Lentes de contato haviam sepultado os óculos anacrônicos. O rosto remoçado pela plástica perdera a expressão zangada. Mais importante que tudo: a redução cirúrgica do estômago removera algumas arrobas e redesenhara a silhueta. Todas as bancadas se espantaram: o gordo brigão e suado se tornara esbelto e elegante.

Jefferson fez uma revelação também desconcertante. As habituais sessões de tiro ao alvo haviam sido trocadas por aulas de canto lírico. Todos os dias, uma professora particular comparecia ao apartamento funcional para aveludar a voz e ampliar o repertório do cantor principiante. Tinha decorado uma penca de músicas brasileiras e óperas famosas. Irrompera na Câmara, decididamente, um novo Jefferson.

Ele talvez tenha tentado livrar-se completamente do antigo. Mas não há bisturi capaz de corrigir defeitos de fabricação. Jornalistas que o criticaram com mais dureza, por exemplo, receberam bilhetes ameaçadores, redigidos em linguagem de cortiço. Num deles, endereçado por fax a um colunista do *Jornal do Brasil*, qualificou-o de "veado", "proxeneta", "canalha" e "filho-da-puta". Em outro, acusou uma repórter de criticá-lo "por não estar satisfeita com as trepadas vagabundas que tem dado por aí".

O ânimo beligerante pareceu ter-se abrandado entre janeiro de 2003 e maio de 2005. Nesse período, concentrou-se na tarefa de colocar a serviço do PTB (e dos interesses pessoais) todos os cargos (e todos os cofres) presenteados pelo governo ao partido aliado. O temperamento explosivo parecia adormecido ao som de óperas.

Foi despertado pelo som da fúria.

A hora da guerra

Convencido de que a guerra se tornara questão de tempo, Roberto Jefferson recolheu-se ao apartamento. Em meio a cantorias audíveis na calçada metros abaixo, preparou o plano de combate. Teria de lutar sozinho. Não poderia contar com o apoio permanente dos oposicionistas: nos dois anos anteriores, estiveram em trincheiras opostas. Nem mesmo com os companheiros do PTB, pouco interessados em brigar com o governo. Nem com os partidos da base aliada, que seriam as primeiras vítimas da ofensiva. Muito menos com o governo, o grande alvo da guerra.

Jefferson sabia que o plano era suicida: no Congresso, combatentes solitários sempre morrem no fim. Mas também sabia que o confronto seria demorado, e isso lhe bastava. Queria tempo e oportunidades para produzir, em ataques sucessivos e cuidadosamente planejados, baixas consideráveis no lado contrário. Usaria com parcimônia e precisão a munição que armazenara.

A decisão de fazer a guerra foi tomada pelo antigo Jefferson. Como fazê-la, isso ficaria a cargo do novo. Aos 53 anos, amadurecido por duelos no Parlamento (aos quais seguiu juntando os travados pelo criminalista), ele trataria de manter sob controle permanente as encarnações anteriores. Só incorporou os dotes histriônicos do apresentador de TV e a audácia do bucaneiro collorido. Desta vez seria diferente: nada de manobras precipitadas, nada de acessos de truculência, nada de mostrar todas as cartas de uma só vez.

Trataria de mostrá-las uma a uma, ao longo da guerra distribuída por etapas. As cartas principais, sempre contendo revelações estrondosas, seriam apresentadas no momento certo de cada batalha. Descartou desde sempre a guerra de posições: se cavasse uma trincheira, não conseguiria defendê-la muitos dias. Faria a guerra de movimentos. Deveria iludir o inimigo todo o tempo, manter a iniciativa, atacá-lo de surpresa, se

possível pelas costas. Entre as diferentes etapas, haveria curtos intervalos carregados de suspense.

Nas fases iniciais, Jefferson se valeria de um trunfo ainda ignorado pela maioria dos parlamentares: 23 anos depois da chegada a Brasília, tornara-se um dos maiores oradores do Brasil. Entre os 81 senadores e, sobretudo, os 513 deputados predominam os carrascos do idioma e os desprovidos de raciocínio lógico. Nesse deserto de neurônios, o melhor tribuno do Congresso transformaria a voz em arma, acionada pelo raciocínio rápido. Esse trunfo causaria estragos de bom tamanho.

Não poderia disparar a esmo. Embora houvesse chumbo de sobra, não queria desperdício. O cronograma do abate foi montado com método e minúcia, depois de criteriosamente selecionados os alvos prioritários. Toda rajada provocaria baixas importantes. Tiros aparentemente sem direção destruiriam esconderijos estratégicos. Cada seqüência de disparos seria mais demorada e devastadora que a anterior. Foram centenas de rajadas. O artilheiro não perdeu nenhuma bala.

Concluído o planejamento, Jefferson enviou ao Planalto uma última advertência: quando o naufrágio viesse, afundaria atirando – e não afundaria sozinho. No dia 28, em entrevista à *Veja*, ele preveniu que não chegaria sozinho ao banco dos réus da CPI. Levaria junto pelo menos três pajés do PT: José Dirceu, Delúbio Soares e Sílvio Pereira. Era a declaração de guerra, equivocadamente interpretada pelos estrategistas do governo como pedido de socorro. Em vez de reforçar a linha defensiva e prepará-la para o ataque iminente, reagiram com fogos de artifício que lhes pareceram suficientes para acalmar Jefferson.

Lula acusou a CPI de "eleitoreira". Dirceu voltou a fustigar petistas que se haviam recusado a cancelar assinaturas. "Lugar de quem faz oposição é fora do partido", informou. No primeiro dia de junho, frustrou-se a última tentativa de abortar o perigo. De novo apoiado na pronta entrega de verbas prometidas a deputados, o governo recorreu à Comissão de Constituição de Justiça da Câmara. O truque não deu certo.

Como fora impossível impedir que o potro nascesse, que se tratasse de logo domá-lo. Não seria fácil. Em 9 de junho, a primeira reunião formal

da comissão só conseguiu marcar a seguinte. No dia 15, o Planalto finalmente alcançaria o objetivo perseguido duramente: indicar o presidente e o relator, cargos que costumam ditar o rumo e o ritmo das apurações. A presidência coube ao senador petista Delcídio Amaral, 50 anos, de Mato Grosso do Sul.

Durante a Era FH, filiado ao PSDB, ocupara um cargo de direção na Petrobras. Convertido ao PT, mostrou-se um companheiro tão confiável que, em junho, ocupava a liderança da bancada no Senado. Rosto gorducho e bem desenhado de ex-candidato a Bebê Johnson, temperamento sereno, riso fácil, Delcídio sempre mantivera relações cordiais com todos os senadores. Não poderia haver melhor maquinista para um trem carregado de dinamite.

Como as normas do Legislativo determinavam que o relator fosse escolhido entre os deputados do PMDB, a ala governista do partido tirou do semi-anonimato o paranaense Osmar Serraglio. Ele costumava apoiar o Planalto nas votações relevantes. Não haveria de faltar-lhe agora. Aos 57 anos, a figura de Serraglio evoca um antigo juiz de paz do interior: fisionomia tranqüila, voz mansa, olhos atentos aos papéis que manuseia, cara de avô incapaz de repreender o neto. O soporífero Serraglio formaria uma boa dupla com o expansivo Delcídio.

Ambos se entenderiam muito bem. Mas não fariam o que o governo desejava. Mesmo se aceitassem fazê-lo, era tarde demais. Quando a CPI decolou, o Brasil já mergulhara na travessia da gigantesca zona de turbulência. Seus contornos puderam ser vislumbrados em 6 de junho, com uma entrevista publicada pela *Folha de S.Paulo*. As dimensões se tornariam mais nítidas no dia 14, depois de um depoimento ao Conselho de Ética. Os dois momentos foram protagonizados por um homem só: Jefferson.

A guerra começara.

A primeira rajada

A CPI nem abrira os trabalhos quando o deputado Roberto Jefferson, no dia 6 de junho, disparou a primeira e devastadora rajada de balas. Em entrevista à *Folha de S.Paulo*, afirmou que desde 2003 o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, providenciava pagamentos regulares a deputados do Partido Popular e do Partido Liberal. A rede de corrupção envolvia chefes e líderes do PP e do PL, além do secretário-geral do PT, Sílvio Pereira.

Silvinho cuidava do setor de nomeações espertas: os indicados pousavam invariavelmente nas cercanias de cofres federais abarrotados. Comandado por Delúbio, o esquema monitorava a distribuição de um neologismo até então só sussurrado entre congressistas: o mensalão. As cifras podiam ultrapassar amplamente a faixa dos R$ 30 mil quando se aproximava a votação de algum projeto especialmente valorizado pelo governo. Aliados inclinados à infidelidade custavam mais caro.

Jefferson contou que, em setembro de 2004, havia percorrido alguns gabinetes poderosos para denunciar a bandalheira na Câmara. O ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, achou aquilo inverossímil. O ministro da Fazenda, Antônio Palocci, com o ar beatífico de gestor das finanças da Suécia, desconversou: o assunto estava fora de sua área de ação. José Dirceu, depois de ouvir o relato, reagiu com um soco na mesa e um comentário irritado. "Eu falei para o Delúbio não fazer isso." De volta ao Congresso, Jefferson topou num dos corredores com o deputado Miro Teixeira, então filiado ao Partido Popular Socialista (PPS).

Por ter resolvido permanecer no Ministério das Comunicações, o experiente parlamentar fluminense fora forçado a trocar o Partido Democrático Trabalhista (PDT) pela nova sigla. Ao deixar o ministério, assumiu a liderança do governo na Câmara. Não demoraria muito tempo no posto. Nem no PPS, que se juntara à oposição. Estava a caminho do PT no dia em que foi abordado por Jefferson.

Não se surpreendeu com o que ouviu. "Quase todo mundo aqui na

Câmara anda falando em mensalão", comentou. O pressentimento de que aquilo acabaria mal estimulara o parlamentar sempre bem informado a abandonar o posto de líder. "Não faço política assim", disse. E fez a proposta a Jefferson: "Por que você não faz a denúncia em discurso na tribuna e torna público o esquema?". Em seguida, Miro endossaria a acusação. O plano morreu em segundos. Concluíram que seria perigoso demais fazer uma denúncia tão grave sem poder sustentá-la com provas materiais.

Só em janeiro, num encontro testemunhado por José Dirceu, Aldo Rebelo e Walfrido dos Mares Guia, ministro do Turismo filiado ao PTB, o deputado contou a Lula a história do mensalão. Jefferson garante que o presidente acompanhou a narrativa com expressão de perplexidade. Depois, chorou. Em lágrimas, agradeceu ao visitante pelas informações e, no abraço de despedida, prometeu providências imediatas. "Acho que ele só soube do mensalão naquele momento", ressalvou Jefferson na entrevista à *Folha*.

É difícil acreditar que Lula tenha vivido, por tanto tempo, tão distante do que se passava no outro lado da Praça dos Três Poderes e no interior do Palácio do Planalto. É difícil acreditar que não tenha notado a crescente movimentação, nas cercanias da Casa Civil e do próprio gabinete presidencial, dos companheiros envolvidos no esquema criminoso, como Delúbio e Silvinho. Sobretudo, é difícil acreditar que só no encontro com Jefferson tenha conhecido a palavra que marcaria 2005.

Lula foi apresentado ao mensalão muito antes. Pelo menos desde 24 de setembro de 2004, não pode alegar que desconhece essa contribuição brasileira à corrupção de terno e gravata.

A vestal dissimulada

"Planalto paga mesada a deputados", informou a manchete do *Jornal do Brasil* na edição de 24 de setembro de 2004. As primeiras quatro linhas da reportagem, assinada por Paulo de Tarso Lyra, Sérgio Pardellas e Hugo Marques, resumiram o escândalo de altíssima voltagem: "O governo montou no Congresso um esquema de distribuição de verbas e cargos para premiar partidos fiéis ao Planalto. Chama-se 'mensalão' ". Segundo os jornalistas, a história chegara aos ouvidos de muitos parlamentares, um dos quais relatara o princípio de incêndio ao deputado Miro Teixeira, então líder do governo na Câmara. A senadora Heloísa Helena, por exemplo, sabia da bandalheira. "Existe aqui um balcão de negócios sujos", disse a um repórter. A fundadora do PSOL não autorizou a divulgação da frase.

A informação teria causado barulhos bem maiores se a Câmara não tivesse acionado seu aparato defensivo. Estendeu-se sobre o escândalo a rede protetora costurada pelo cinismo dos culpados, pelo silêncio dos informados, e pelo corporativismo coletivo. No mesmo dia 24, Miro Teixeira afirmou em nota oficial que não fora ele o informante dos jornalistas. Entre os muitos que conheciam a história, nenhum parlamentar aceitou endossar a revelação do *JB*.

O presidente da Câmara, João Paulo Cunha, determinou à Corregedoria-Geral e à Procuradoria a abertura de uma sindicância para conferir a veracidade da denúncia. Aberta no dia 25, seria a mais rápida sindicância da história: em duas horas, os sherloques do Legislativo concluíram que a acusação era improcedente. O ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, comunicou que "para o governo o assunto está superado". Para o governo, não para João Paulo Cunha. Agarrado à esperança de ver estendido ao presidente da Câmara o direito à reeleição, enxergou no episódio um bom instrumento eleitoral. Tratou de fingir que, diante de agressões à imagem da veneranda instituição, virava fera ferida. Ainda no dia 25, recorreu à Justiça para exigir o direito de resposta. A réplica deveria ocupar a mesma página e o mesmo espaço reservados à reportagem sobre o mensalão. Também prometeu entrar

com uma ação de pedido de indenização "por danos morais" contra o *JB* e os três jornalistas. Ao avistar um deles no Salão Verde do Congresso, brindou a pequena platéia com o espetáculo da ira sagrada. Dedo em riste, berrou que os autores da afronta seriam condenados por calúnia.

João Paulo foi autorizado a exercer o direito de resposta em 30 de outubro. Continuava furioso. Reiterou que a Câmara fora vítima de uma falsidade inominável. Condenou "o constrangimento imposto a todos os 594 parlamentares" – o número é a soma de 513 deputados e 81 senadores. O Senado, João Paulo desconhecia. Conhecia muito bem a Câmara, e sempre achou que ali havia gente disposta a trocar voto por dinheiro ou nomeações de afilhados. Em 1997, por exemplo, afirmou enfaticamente que um bando de parlamentares fora comprado para aprovar a reeleição do presidente Fernando Henrique.

Oito meses depois, a *Folha de S.Paulo* reiterou em manchete a denúncia que tanto enfurecera João Paulo: " 'PT dava mesada de R$ 30 mil a parlamentares', diz Jefferson". O homem que acusara FH de "comprador de votos" nem piou. O brioso lutador do ano anterior achou sensato recolher-se à mudez quando confrontado com a reportagem do jornal paulista.

Faltavam à *Folha*, como haviam faltado ao *Jornal do Brasil*, provas materiais. Mas a *Folha* tinha um trunfo que o *JB* não conseguira: alguém disposto a falar. Na última semana de setembro de 2004, vários parlamentares confirmaram a existência do esquema escabroso. Mas só em conversas reservadas: nenhum deles aceitou assumir publicamente a autoria da denúncia feita pelo *JB*. Também invocando a cláusula do anonimato, um alto funcionário do Planalto avalizou a reportagem. "Vocês estão no rumo certo", garantiu, com uma ressalva: "Não é o Waldomiro Diniz o homem do dinheiro. É o Delúbio Soares".

Em junho de 2005, Jefferson estava ansioso por contar o que sabia. Riscou fósforos sobre rastilhos que conduziam a inúmeros barris. Num deles se escondia João Paulo Cunha. A explosão iluminaria os motivos que o haviam induzido a fantasiar-se de virgem indignada. Muito antes das turbulências de setembro, deixara o templo das vestais petistas para cair na vida. Gostara da promiscuidade lucrativa. E acabara na turma do mensalão.

O verdadeiro João Paulo seria apresentado ao país dias depois da entrevista de Jefferson.

Homem de idéias

A primeira rajada produziu efeitos espetaculares e espetaculosos. No mesmo dia 6, foram destituídas as diretorias dos Correios e do IRB. Em ambas predominavam homens ligados ao PTB. A bancada governista no Congresso foi instruída para propor a instalação de outra CPI. Em tese, apuraria especificamente a distribuição de dinheiro denunciada por Roberto Jefferson. Na prática, tentaria recuar as investigações até 1995. A viagem no tempo permitiria exumar transações que ampliaram o apoio à reeleição do presidente Fernando Henrique e devassar labirintos malcheirosos do processo de privatização de empresas estatais. A esgarçada "base aliada" conseguiu batizar a nova comissão mista de "CPI da Compra de Votos". O nome oficial não colou. O Brasil decidiu que se chamaria "CPI do Mensalão".

Lula voltou da Lua. "Esse cara sempre foi um maluco muito filho-da-puta", rosnou em conversa com amigos. Referia-se a Jefferson, mas não mencionou o nome do parceiro a quem oferecera um cheque em branco. Nos meses seguintes, não citaria nominalmente o inimigo, nem esclareceria dúvidas relevantes. Jefferson relatara de maneira correta o encontro de janeiro, ou a coisa não fora bem assim? Lula nunca tinha ouvido o termo "mensalão"? Chorara mesmo ao saber das pilantragens na vizinhança? As interrogações ainda esperavam respostas em novembro.

Ainda no dia 7, Lula passou ao largo dessas questões ao discursar de improviso. "Vou levar às últimas conseqüências as investigações sobre todas as denúncias", generalizou. "Estou disposto a cortar na própria carne." Seria a primeira de muitas colisões entre palavra e ação. Ao presidente, nunca interessou a drenagem do pântano. Os parlamentares a seu serviço tentaram todo o tempo bloquear ou retardar o avanço das CPIs. É certo que Lula acabou determinando cortes na carne. Mas sempre a contragosto, rendido às evidências: não havia mais como evitá-los.

No dia 8, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, cometeu um

erro bisonho. Ferido no peito pela entrevista, partiu para a luta em campo aberto: solicitou ao Conselho de Ética da Câmara a instauração de um processo contra Jefferson, por quebra do decoro parlamentar. Para felicidade do presidente do PTB, o conselho aceitou prontamente a reivindicação.

Jefferson já tinha um palanque garantido na CPI dos Correios, mas não seria convocado tão cedo. Antes de intimá-lo, os integrantes da comissão pretendiam providenciar depoimentos que lhes fornecessem munição para o cerco a Jefferson. Graças a Valdemar, o artista fluminense pôde antecipar o início da temporada nos palcos.

Valdemar Costa Neto lidera a terceira geração de donatários da capitania política de Mogi das Cruzes, perto da capital paulista. O pai e o avô demarcaram o território com táticas populistas e mãos enérgicas. O neto é muito imaginoso, mas pouco esperto. Em 1993, foi ele quem concebeu e articulou o mais delirante momento do país do carnaval: num camarote do Sambódromo cedido por bicheiros, o presidente Itamar Franco posou para a eternidade ao lado de uma mulher sem calcinha. Era a modelo Lílian Ramos.

"Com as vergonhas à mostra", como escreveu Pero Vaz de Caminha na *Carta do Descobrimento*, Lílian estava tão pelada como uma índia de 1500. Foi primeira-dama por uma noite graças a Valdemar, que se juntara a Itamar e seus amigos quando o grupo chegou para o desfile na Marquês de Sapucaí. Valdemar percebeu que, ao passar no topo de um carro alegórico, a escultural Lílian Ramos e o animado presidente trocaram acenos e sorrisos. Teve uma idéia. Foi até a área de dispersão e fez o convite à modelo: Que tal acompanhar o restante do desfile no camarote presidencial? Lílian aceitou. No meio do caminho, tirou furtivamente a calcinha. Waldemar tivera uma má idéia.

Um pouco pior, para Valdemar, seria a idéia de casar-se com a *socialite* paulista Maria Cristina Mendes Caldeira. A união duraria pouco. Os barulhos decorrentes da separação litigiosa em 2003 ainda não terminaram. Pouco depois do desencadeamento da crise, ela se ofereceu para falar sobre o ex-marido aos parlamentares-investigadores. Preparou-se

com requinte para o depoimento. No hotel, convocou o cabeleireiro para preparar-lhe o penteado (e convocou a imprensa para documentar os preparativos). Alegre, vestida como quem está numa festa, falou sobre os freqüentes encontros entre Valdemar e Delúbio, malas de dinheiro, roupas de cama financiadas pelo PL e uma estranha transação entre o ex-marido e representantes do governo de Taiwan. Monoglota, Valdemar a utilizara como intérprete em algumas conversas com os orientais. Maria Cristina reproduziu o conteúdo num depoimento que apressaria a queda do homem de idéias.

A pior de todas, decididamente, foi processar Jefferson no Conselho de Ética, por "quebra do decoro parlamentar". O guerrilheiro do Parlamento sabia desde sempre que teria o mandato cassado. "Já sublimei meu mandato", repetia. Mas Valdemar cairia primeiro: cercado por evidências, provas, suspeitas e pistas, renunciou em 1º de agosto, para não perder os direitos políticos. O acusador trapalhão, além de condenar-se a liderar a fila dos degolados, permitiria a Jefferson passar rapidamente de réu a promotor.

"Ele quer se transformar em vítima, mas é réu", insistiu Dirceu em 12 de junho, ao ler outra entrevista de Jefferson à *Folha*. Desta vez, o deputado afirmara que o dinheiro do mensalão vinha de empresas estatais e privadas envolvidas em licitações estranhas.

Estava pronto para a *performance* no Conselho de Ética.

O estilo do artista

O deputado Roberto Jefferson entrou na sala do Conselho de Ética, na tarde de 14 de junho, com a expressão serena, as passadas seguras e o sorriso confiante de quem disputava com boas chances o prêmio de melhor ator de 2005. A gravata cor-de-rosa abrandava a sisudez do terno preto bem cortado e da camisa branca. O penteado exibia cada fio de cabelo em seu lugar. Poucas pastas com muitos documentos sugeriam um pequeno e letal paiol de pólvora. Para realçar a condição de lutador solitário, só o advogado o acompanhava.

Recrutara o colega para ajudá-lo a organizar a documentação e, durante o depoimento, recordar-lhe eventuais omissões. O roteiro – um punhado de anotações manuscritas – fora definido no dia anterior, durante a tarde. À noite, exercitou a garganta cantando trechos de óperas. Foi para a cama no começo da madrugada. Na manhã seguinte, jurou ter dormido um sono sem sobressaltos.

Jefferson começou a exposição inicial às 14h30. Menos de uma hora depois, passou-se à fase do interrogatório – e então o réu inverteu dramaticamente o quadro. Foi um promotor duríssimo. Os disparos da mais intensa e devastadora das rajadas cessaram perto das 21h30. A *performance* do atirador, transmitida na íntegra e ao vivo pelas TVs Câmara e Senado, foi acompanhada por milhões de brasileiros admirados com o estilo de quem falava e perplexos com o conteúdo do que dizia. Semanas mais tarde, quando Jefferson se transformou numa atração nacional, o professor Reinaldo Polito, especialista em expressão verbal, analisou em seu *site* aquele desempenho no Conselho de Ética:

"A voz tem ótimo timbre, é sonora, forte e muito bem articulada. A dicção é perfeita. Alterna a velocidade da fala e o volume da voz com naturalidade, produzindo um ritmo melodioso e agradável. Sempre que encerra um pensamento faz pausas apropriadas, conseguindo assim valorizar as informações que transmitiu e permitir que os ouvintes tenham condições de refletir sobre a mensagem que acabou de comunicar. Sabe ser agressivo quando enfrenta um adversário e mostra-se indignado ou usa ironia para se defender dos ataques que recebe. Usa ainda a voz para evitar os apartes quando julga que

são inconvenientes, ou para interromper a lógica de um raciocínio que lhe pareça prejudicial à causa que defende. Como pratica o canto, aprendeu a usar muito bem o aparelho fonador, especialmente para respirar no momento certo e da forma apropriada.

Roberto Jefferson jamais hesita quando precisa encontrar a palavra adequada para corporificar seu raciocínio. A construção das frases é perfeita, sempre com começo, meio e fim. Não comete erros gramaticais grosseiros. Está tão acostumado a falar em público que ao pronunciar a primeira palavra de uma frase, todas as outras aparecem automaticamente para concluir o pensamento Talvez esteja na expressão corporal um dos pontos mais fortes da sua comunicação. Os gestos, o jogo fisionômico, especialmente o olhar, a forma como inclina o corpo para a frente durante o ataque, e recua para se defender ou refletir, são detalhes que trabalham em perfeita harmonia com a inflexão da voz e a mensagem. O conjunto é harmonioso e coerente.

Navega com tranqüilidade sobre qualquer tema, relacionado ou não à política. Sabe organizar os argumentos em uma ordenação lógica que desnorteia seus adversários. Refuta as objeções contrárias como se soubesse com bastante antecedência o que as pessoas iriam dizer. Não deixa apartes ou ataques sem resposta. Fala com paixão, com envolvimento, com entusiasmo, com emoção. Demonstra de maneira bastante clara que a mensagem que está comunicando é relevante. Mostra-se destemido e muito corajoso.

Se não disse a verdade, é apenas um bom ator. Se as acusações encontrarem amparo na sinceridade, pode ser considerado um dos melhores oradores que o Brasil já conheceu".

Nas semanas seguintes, as denúncias de Jefferson seriam confirmadas. Sobre os inimigos, só não contou o que não sabia. Sobre o PTB, tratou de preservar o partido com mentiras e omissões. Uma reportagem do jornal *O Globo* demonstrou, por exemplo, que a soma dos cofres federais controlados pelo PTB passava de R$ 5 bilhões. Jefferson preferiu esquecer essa história. Ficaria provado que o partido, embora tivesse ficado fora do mensalão, se metera em irregularidades e patifarias que Jefferson fingira desconhecer, embora delas se beneficiasse.

Segundo os critérios de Polito, portanto, Jefferson sabe ser, conforme o tema, o bom ator ou o grande orador.

Ataque devastador

As primeiras palavras do deputado Roberto Jefferson no Conselho de Ética foram endereçadas ao homem que lhe providenciara o palco: "Quero agradecer ao deputado Valdemar Costa Neto a oportunidade que me deu de falar ao Brasil", ironizou. E disparou a bala de prata: "À hipocrisia que tenho ouvido de Vossa Excelência, vou responder com toda sinceridade: eu afirmo que o senhor recebe os repasses de dinheiro". Rechaçou a acusação de que chefiava um esquema criminoso nos Correios, formado por altos burocratas indicados pelo PTB. Na diretoria da instituição, todos os partidos da base aliada governista estavam representados por apadrinhados, informou. Se houvera pecado, insinuou, não havia inocentes.

Mas o videobandido estrelado por Maurício Marinho não comprovara a existência de um esquema ilegal armado para beneficiar o PTB? Jefferson debochou da quantia embolsada por Marinho. Reduziu a propina a "uma peteca" (ninharia, no dialeto da corrupção). "Era muito mais simples receber R$ 1,5 milhão do Delúbio e dar R$ 30 mil a cada deputado do PTB do que mandar o Marinho buscar R$ 3 mil", argumentou. Sempre com pausas teatrais, em frases sublinhadas por ironias, insinuações e recados em código, despejou uma catarata de denúncias gravíssimas sobre o Planalto, o PT, o PP e PL. Decidira que seria essa a melhor maneira de defender o PTB.

"Não consegui compreender ainda por que o zeloso Ministério Público, a zelosa Polícia Federal, a zelosa Corregedoria da União não investigaram a Diretoria de Informática, não investigaram o Correio Aéreo Noturno, do senhor Silvinho Pereira", cutucou. A área de informatização, que movimenta verbas extraordinariamente encorpadas, fechara contratos que formalizavam negociatas. E só naquele 14 de junho se soube que o Correio Aéreo Noturno pertencia à cota pessoal do secretário-geral do PT.

Feito o aquecimento, o artilheiro penetrou na pequena área. "Não são todos os deputados que recebem o mensalão. Tem muita gente do PP que

está acima disso. Tem muita gente do PL que está acima disso", ressalvou. "Mas, deputado Valdemar Costa Neto, deputado José Janene, deputado Pedro Corrêa, deputado Sandro Mabel, Bispo Rodrigues, deputado Pedro Henry, me perdoem de coração, mas eu não gosto de ser cúmplice de vocês nessa história que envergonha grande parte da Câmara dos Deputados".

(Líder do PP, o paranaense José Janene é famoso pela avidez com que ataca tanto pratos de comida como verbas. Ele foi um dos mais ativos operadores do mensalão, e reagia com ferocidade a eventuais atrasos. No começo de 2005, numa reunião de líderes, ele transpirava irritação "com esse governo, só dá pra negociar em dinheiro vivo e à vista" queixou-se. Um oposicionista presente ao encontro achou que Janene estava brincando. Não estava, descobriu-se depois. Em outubro, o mensaleiro petista lutava para aposentar-se " por problemas de saúde".)

Parecia uma chamada oral de antigos colégios. Jefferson repetiu três, quatro vezes a relação dos principais operadores do mensalão no PP e no PL. Notórios na Câmara, mas desconhecidos da platéia, teriam seus meses de fama. Ondulações da voz subiam em muitos decibéis a primeira sílaba de algum nome ("BISpo Rodrigues", por exemplo). Ou prolongavam ameaçadoramente uma letra. ("Pedro Henryyyyyyyy", anunciava a voz grave, afrancesando a pronúncia do sobrenome inglês para acentuar fortemente o "y".)

Henry tivera a má sorte de ser visto por Jefferson, num dos corredores da Câmara, conversando aos sussurros com dois parlamentares do PTB. O Congresso vivia uma fase de intenso troca-troca de partidos (e de transferência de dinheiro). O chefe petebista foi assaltado pela desconfiança. "Então chamei um companheiro e fiz o pedido", contou. "Avisa ao Pedro Henry que, se ele tomar os dois deputados que está tentando com aquela mala de dinheiro, vou para a tribuna e conto a história da maçã e do mensalão".

A menção à maçã nunca seria decifrada. Jefferson depois diria, com um sorriso maroto, que se tratava de uma alusão ao episódio de Adão e Eva no paraíso. E Henry não carregava exatamente uma mala, e sim uma pasta. Mas Jefferson deduziu que estava em curso uma tentativa de aliciar

deputados com palavrório e cifras. O ameaçado parou de conversar em voz baixa com petebistas. Pelo menos quando o autor da ameaça estava por perto.

No Conselho de Ética, o depoente enriqueceu com detalhes hiperbólicos o encontro em que Lula ouviu o relato sobre o mensalão e outras bandalheiras em curso na base aliada. "A reação do presidente foi a de quem levara uma facada nas costas", comparou. "As lágrimas desceram dos olhos dele. Ele levantou e me deu um abraço." E que medidas tomara o maior dos inocentes para neutralizar os patifes e desmontar o esquema criminoso? "Não sei", disse *Jefferson*. "Sei que, de lá para cá, secou." (Pausa. Silêncio na platéia.) O depoente retomou o ataque sorrindo. "O que eu sei é que as coisas pararam aqui nesta Casa. Os passarinhos estão todos de biquinho aberto. É síndrome de abstinência." Mensalão vicia.

E enfim colocou na alça de mira o maior e mais vistoso dos alvos marcados para morrer naquela terça-feira: *José Dirceu*. "No gabinete presidencial, vi um homem de bem, honrado, simples e correto se sentir traído por um cordão de isolamento que havia em torno dele", atirou. "Aí eu compreendi por que a gente era sempre barrado no Zé Dirceu. No *Rasputin*." Antes de partir para o desafio frontal ao desafeto, fez um recuo tático e assumiu a condição de réu confesso. Com o que diria, tornaria inevitável a amputação do mandato. Mas, conforme prometera, não chegaria sozinho ao cadafalso.

Numa confissão marcada por minúcias perturbadoras, admitiu ter recebido R$ 4 milhões do caixa 2 do PT.

"Sai daí, Zé!"

Além da platéia aglomerada na sala do Conselho de Ética da Câmara, milhões de telespectadores acompanharam assombrados o segundo ato do espetáculo protagonizado por Roberto Jefferson. Ao receber R$ 4 milhões do PT, havia praticado uma ilegalidade, sim. Mas a tanto fora induzido por José Genoino, presidente do PT, e pelo incansável Delúbio Soares. (Como fazia com o "y" de Henry, sempre que se referia ao alvo petista alongava em tom soturno a vogal no centro do nome: "Delúúúúúbio", pronunciava o ator.)

O tesoureiro, contou, avisara a Jefferson que gostaria de encontrá-lo para uma conversa a sós. "Atendi o Delúbio na minha casa." (Expressão pensativa. A mão direita ampara o queixo.) "Princípio de 2004, janeiro, fevereiro. Ele foi simpático. Fumou um charuto. Um homem simples, mas cumprindo uma missão. Cheio de melindres e de tato para falar comigo. Com aquele jeitão de goiano do interior, disse que gostaria de ajudar a desencravar uma unha que pudesse haver. Desencravar uma unha, foi essa a expressão que ele usou. Disse que faria alguns repasses para o PTB."

Os repasses, teoricamente, serviriam para financiar campanhas promovidas pela coligação PT-PTB nas eleições municipais daquele ano. Ficou combinado que o socorro financeiro somaria R$20 milhões, divididos em cinco parcelas. Não seria o mensalão por atacado? Não, rebateu Jefferson antes que alguém enunciasse a pergunta. Diferentemente do mensalão, usado para comprar o apoio de parlamentares ao governo, a doação do PT ao PTB se destinaria aos gastos eleitorais dos candidatos apoiados pela aliança, principalmente nas maiores capitais. "Em São Paulo", exemplificou, "meu partido quase rachou, mas aprovamos o apoio à Marta Suplicy. Subimos juntos ao palanque."

Então, Jefferson puxou das coxias um ator que desde 1998 deveria estar no palco, e desde 2002 merecia o estrelato. O deputado revelou que, em julho de 2004, estava na sede do PTB em Brasília quando ali apareceu

um visitante sem hora marcada. Chamava-se Marcos Valério. Era publicitário em Belo Horizonte e "muito amigo do Delúbio". Ao abrir a mala que carregava, conseguiu surpreender um genuíno veterano dessas guerras: Jefferson continua a jurar que, pela primeira vez na vida, viu uma mala abarrotada de dinheiro.

Eram R$ 2,2 milhões em notas de 50 e de 100 reais, com etiquetas do Banco Rural e do Banco do Brasil. O anfitrião achou o visitante um tanto estranho. "Ele é todo carequinha e fala em milhões ou bilhões como se dinheiro nascesse como capim", informou ao Conselho. E formulou a profecia do ano: "Vocês ainda vão ouvir falar muito nesse carequinha de Minas".

Marcos Valério Fernandes de Souza voltou, dias depois, com outra mala. Mais R$ 1,8 milhão, sempre em cédulas de cinqüenta e cem reais, com etiquetas dos mesmos bancos. Não deixou nenhum documento comprovando o pagamento, nem pediu recibo. Jefferson afirmou que guardara aquilo tudo num cofre e telefonara para José Genoíno, queria que aquele repasse fosse legalizado. O presidente do PT prometeu providências imediatas. Nunca tomou nenhuma. É o que diz Jefferson.

A "doação por fora" continuou na clandestinidade. Jefferson não esclareceu que fim levou a bolada. "Essa eu mato no peito", gabou-se várias vezes. "Como são recursos de caixa 2, não quero e não devo envolver meus companheiros. O PTB não pode pagar por uma ilegalidade que não cometeu." O primeiro repasse seria também o último. No segundo semestre de 2004, petebistas descontentes com o quadro de penúria, alguns atormentados por cerco dos credores, ampliaram as pressões sobre o chefe. Cadê o dinheiro?

Terminou nessa interrogação o recuo do depoente, que apontou a metralhadora para o alvo cobiçado. "Fui ao José Dirceu tratar desse assunto porque foi ele quem homologou o acordo", afirmou. "Eu disse: 'Zé, está esgarçando, estou perdendo a autoridade'. Ele falou: 'Roberto, a Polícia Federal é meio tucana. Meteu em cana 62 doleiros agora, véspera de eleição. A turma que ajuda não está podendo internar dinheiro no Brasil'."

Ninguém pareceu perceber que Jefferson fizera uma revelação gravís-

sima: havia também doleiros (e contas em dólares no exterior, portanto) envolvidos com o caixa 2 do PT. Seria assim, aliás, em todas as apresentações do deputado: ele sempre produzia relâmpagos desacompanhados de estrondos. A ausência de barulho impedia que as vítimas pressentissem a tempestade iminente.

Jefferson disse que deixara a Casa Civil roído pela suspeita de que Dirceu contemplava com descaso as aflições do PTB. Essa suposta indiferença à alegada angústia do parceiro foi mais uma gota no pote até aqui de mágoa. Outras viriam até que as coisas desandassem de vez naquele inverossímil 14 de junho. "Estão dizendo que sou réu...", murmurou o artista no clímax do espetáculo. (Pausa. Os olhos se voltam para a câmera com a luz acesa. A expressão do ator oscila entre a misericórdia e a inclemência.) Como se estivesse frente a frente com o inimigo, Jefferson matraqueou o recado: "Zé Dirceu, se você não sair daí rápido, você vai fazer réu um homem inocente, o presidente Lula. Sai daí, Zé! Rápido, sai daí rápido".

José Dirceu seria afastado da Casa Civil dois dias depois.

Depois do nocaute

O livro *Fama & Anonimato*, do jornalista americano Gay Talese, inclui uma reportagem sobre o pugilista Floyd Patterson, que semanas antes perdera para Sonny Liston o título de campeão mundial dos pesos-pesados. Fruto de muitas e longas conversas a dois, o texto "O Perdedor" é mais que um perfil irretocável: é o retrato da alma. Brilhante do começo ao fim, o relato de Talese alcança o clímax quando o lutador conta o que ocorre na hora do nocaute.

"Quando você é nocauteado, a sensação não é ruim, é até boa", diz Patterson. "Você não sente dor. Só se sente fortemente inebriado, como se flutuasse. Não vê anjos nem estrelas, apenas é envolvido por uma névoa agradável. Depois daquele soco de Liston, por exemplo, imaginei que toda a platéia havia subido ao ringue e me rodeava carinhosamente, como uma grande família." Esse patético bem-estar dura quatro, cinco segundos. Então desabam sobre o derrotado, simultaneamente, a dor, a vergonha – e a vontade de encontrar, no meio do ringue, um alçapão pelo qual possa voltar para casa.

Afastado da chefia da Casa Civil em 16 de junho, José Dirceu comportou-se durante dias como o Floyd Patterson nocauteado. A queda não chegou a ser surpreendente. Teria sido – e muito – se ocorrida nos primeiros 16 meses da Era Lula. Até abril de 2004, quando explodiu o escândalo protagonizado por Waldomiro Diniz, nenhum ministro do Brasil redemocratizado mandara tanto. E poucos haviam mostrado tanta paixão pelo poder.

Sem José Dirceu, Lula talvez não tivesse chegado à Presidência da República. Em 1995, ao assumir a presidência do PT, Dirceu tratou de consolidar o domínio da máquina partidária por companheiros de fé. Controlar aquele balaio de alas, facções e tendências é uma tarefa e tanto. Dirceu conseguiu. Em 1998, a segunda vitória de Fernando Henrique

o convenceu de que o Planalto seria sempre o sonho impossível se não fosse adotada uma política de alianças capaz de neutralizar a ojeriza do eleitorado conservador a um ícone da esquerda. Usando alternadamente a persuasão e a força, Dirceu conseguiu também essa proeza.

Marechal da campanha de 2002, ele venceu as últimas resistências esquerdistas, mudou o discurso do candidato, recrutou o marqueteiro Duda Mendonça e promoveu sucessivas reuniões para mostrar a grandes empresários que não havia nenhum sapo barbudo a engolir. Lula tinha juízo suficiente para dirigir o país sem apavorar capitalistas. No comício da vitória, ele foi merecidamente afagado por todos os oradores. E Lula transpirava gratidão.

"Prestem atenção no Dirceu", repetia durante a campanha o jornalista Ricardo Kotscho, assessor de imprensa de Lula e futuro chefe da área de Comunicação. "É o homem". O senador Antônio Carlos Magalhães, do PFL baiano, ficou bem impressionado com o estilo do adversário histórico. "De todo esse pessoal do PT, o mais competente é, sem dúvida, o José Dirceu", avalizou ACM em julho de 2003.

Por quase um ano e meio, o chefe da Casa Civil seria também o primeiro-ministro informal, o capitão do time de Lula (e seu principal conselheiro), o onipresente articulador político, o estrategista que também carregava o piano. E também o guardião de segredos de valor imensurável. O computador pessoal de Dirceu registra, por exemplo, o histórico de cada nomeação para cargos de confiança.

Os abalos decorrentes das pilantragens de Waldomiro teriam sido menos portentosos se Dirceu não sofresse de uma doença muito comum entre esquerdistas: quem passou a vida como estilingue dificilmente aceita a condição de vidraça. Seu negócio sempre fora atacar. Não aprendera a defender-se. Em vez de reconhecer o tamanho do estrago e castigar o assessor de forma exemplar, procurou minimizar o escândalo e conferiu a Waldomiro tratamento de amigo. Deveria demiti-lo sem rodeios. Permitiu-lhe o benefício da "exoneração a pedido".

Sob a alegação de que a tentativa de extorsão ocorrera no Rio, e antes do governo Lula, tentou dispensar-se de comentar o assunto. Consolidou-

se a desconfiança de que, durante o governo Lula, o delinqüente amigo continuara a extorquir propinas e a lucrar com transações perigosas. Gatunos vocacionais não se convertem em homens de bem só por terem entrado no templo da Casa Civil.

Na melhor das hipóteses, Dirceu convivera por nove anos com um rematado patife – e nada notara, não fora sequer assaltado pela desconfiança. Um homem assim não sabe montar equipes confiáveis. Tais abalos não anularam, contudo, a influência de Dirceu no governo e no PT. Nem o induziram a renunciar ao sonho de alcançar a Presidência da República em 2010, depois do segundo mandato de Lula.

Se tivesse deixado o Planalto no início de 2005, avocando a missão de rearticular a base aliada esgarçada pela ascensão de Severino Cavalcanti à Presidência da Câmara, teria sofrido uma derrota por pontos. Como optou por ficar no Planalto, ali seria atropelado pela crise. Para o brasileiro comum, o atrevido ultimato de Jefferson – "Sai daí, Zé!" – fora atendido pelo presidente. A carta em que Lula aceita o pedido de demissão, iniciada com um pouco protocolar "Querido Zé", teve o efeito de um demolidor soco no fígado. Chegara a hora do nocaute. E Dirceu reagiu como o lutador de Gay Talese.

Durante cinco dias, lembrou o Floyd Patterson naquele ringue em Nevada. O pugilista destronado saberia por um amigo que, com um sorriso abobalhado de quem flutuava na lona, chegara a acenar para o público. No sábado, um dia depois da queda, Dirceu voltou ao Planalto para recolher seus pertences. Risonho, circulou por salas e corredores repetindo a informação: vinha saboreando desde a véspera "uma grande sensação de alívio". Confortado por afagos e aplausos de companheiros, sentiu-se cercado por uma grande família. Como Patterson depois da derrota.

Da mesma forma que o ex-campeão americano, o combativo ex-ministro fora envolto pela névoa imaginária. Patterson confessa que não conseguiu enxergar coisa alguma. Também com os olhos nublados, Dirceu vislumbrou a aproximação da guerra. "A elite reacionária quer derrubar o governo socialista e popular do presidente Lula", informou no discurso de despedida. Soltou a bravata: "Vou continuar governando o Brasil como

deputado e como dirigente do PT. Eu sei lutar no Planalto e na planície".

No dia seguinte, numa reunião do PT, repetiu a tese da ameaça golpista e apontou os comandantes inimigos: conservadores do PSDB e do PFL, direitistas em geral e a grande imprensa. Como neutralizar os antagonistas? "Vou percorrer o país para mobilizar os militantes do PT, os movimentos sociais e as entidades sindicais", avisou no sábado. A discurseira prosseguiu na terça-feira, quando entregou formalmente o cargo (sem a presença de Lula) à ministra Dilma Rousseff, transferida do Ministério das Minas e Energia para a Casa Civil.

Dirceu homenageou a herdeira do latifúndio com uma saudação ousada: "camarada em armas". Nos anos 70, Dilma participou de confrontos armados contra a ditadura, foi presa e torturada. Dirceu não sabe o que é isso. Seguiu produzindo frases delirantes. No discurso de retorno à Câmara, enquanto a claque petista berrava nas galerias "Dirceu é meu amigo, mexeu com ele, mexeu comigo", reincidiu na fantasia: "Combati a ditadura de armas na mão". O surto foi interrompido por um aparte do deputado paulista Alberto Goldman, líder da bancada do PSDB. Quem estava na tribuna era o deputado federal José Dirceu, alertou-o Goldman. Apenas um deputado.

Havia outros 512.

Tiroteios imaginários

As trapaças da sorte dispensaram José Dirceu de enfrentar a bala os policiais e as tropas da ditadura militar. Nunca participou de confrontos armados, só se envolveu em tiroteios retóricos. Dirceu alvejou os generais-presidentes e seus sequazes sobretudo em 1968, quando discursava para militantes do movimento estudantil. O governo autoritário revidou com quase um ano de cadeia, sem torturas.

Quando Dirceu e outros líderes estudantis foram presos, depois de capturados no início do congresso anual da União Nacional dos Estudantes, a UNE, os verdugos já agiam nos porões. Mas o horror ainda era restrito a gente incorporada a grupos armados. Não era coisa para a turma das passeatas, lideradas em São Paulo pelo jovem bonito, cabelos longos e fala fácil que presidia a União Estadual dos Estudantes (UEE).

No cargo, consolidou a imagem de articulador incansável e sedutor competente. Pecava com freqüência na escolha de companhias, políticas ou amorosas. Demorou algumas semanas para descobrir, por exemplo, que a namorada Heloísa Helena era uma espiã a serviço do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). No local de trabalho, ganhara o codinome de "Maçã Dourada". Submetida a julgamento numa sala de faculdade, foi condenada a não aparecer mais por ali. Heloísa Helena sumiu.

Outras marcas de nascença foram exibidas com nitidez na montagem do congresso da UNE. Centralizador, impaciente, avesso a conselhos, decidiu que o encontro clandestino de quase mil estudantes seria realizado num sítio nas cercanias de Ibiúna, cidadezinha a poucos quilômetros da capital paulista. Companheiros ponderaram que o campus da USP era uma opção a examinar. A movimentação diária de dezenas de milhares de alunos poderia camuflar a reunião secreta. Se a polícia descobrisse o que estava acontecendo, dificilmente o governador Abreu Sodré se arriscaria a ordenar a invasão do campus. Ainda que autorizasse a medida, as possibilidades de fuga seriam maiores.

"Vai ser em Ibiúna", decretou Dirceu. E assim foi. Aturdidos, os moradores do lugarejo viram chegar centenas de forasteiros, a bordo de ônibus, carros, caminhões. Ou a pé. No sítio desprovido de casas, a multidão sem teto tentou dormir no chão, exposta à chuva e ao frio que mantas ou capas não conseguiam espantar. O único padeiro da cidade começou a receber encomendas atordoantes para quem vendia 50, 60 pães por dia. Achou sensato avisar o delegado. Os policiais chegaram quando a pauta de discussões nem fora montada. Pouquíssimos escaparam da prisão. Um fiasco incomparável.

A maioria não demorou a ser libertada. Ficaram na cadeia os principais dirigentes, três dos quais vinham sendo vigiados com especial rigor: Vladimir Palmeira, líder do movimento no Rio e comandante da "Passeata dos Cem Mil", Luiz Travassos, presidente da UNE, e José Dirceu. O trio seria colocado em liberdade em setembro de 1969, por exigência dos seqüestradores do embaixador americano Charles Burke Elbrick. Voaram juntos para o México. Os desterrados seguiram caminhos distintos até reagrupar-se em 1979, depois da decretação da anistia.

Na França, Dirceu travou apenas batalhas verbais em bistrôs da Rive Gauche. No começo da década de 70, anunciou aos amigos a partida para Cuba. Seria a parada derradeira no caminho rumo à guerra do Brasil. Terminado o cursinho intensivo, nascera o "*compañero* Daniel". Assim ainda é chamado por Fidel Castro, de quem se tornou amigo e devoto. Dirceu não se peja de chorar quando reencontra o líder cubano.

Guerrilheiro aprendiz, derrubou a tiros incontáveis alvos de papelão. Em 1974, declarou-se pronto para combate. Com o rosto modificado por uma prótese no nariz, voltou clandestinamente ao Brasil. Ao cruzar a fronteira, percebeu que as coisas andavam feias. Achou sensato enfurnar-se em Cruzeiro do Oeste, no Paraná. Só sentira cheiro de pólvora no cursinho em Cuba. Só voltaria a senti-lo nas festas juninas do grotão paranaense.

Chegara ao Brasil para trocar chumbo no campo. Acabou trocando alianças na cidade.

A vez de "Pedro Caroço"

José Dirceu de Oliveira já não existia quando Cruzeiro do Oeste viu chegar a figura magra, barbas e cabelos longos, nariz acentuadamente aquilino, com presumíveis 25 anos. Chamava-se Carlos Henrique Gouveia de Mello. O prenome de menino mimado por babás combinava com o sobrenome de paulista quatrocentão.

Naquelas terras ainda por domar, a chegada de forasteiros não provocava surpresas, nem excitava curiosidades. Poucos lhe perguntaram a que viera. Quem o fez não se ofendeu com as respostas curtas e vagas. Pretendia estabelecer-se como comerciante, fazer a vida por lá. Encontrara o lugar perfeito para quem teria de interpretar o papel de moço pouco loquaz, avesso a confidências, sem disposição para conversar sobre o passado.

Meses depois, Carlos Henrique já namorava a jovem Clara Becker. Além de cabelos louros e olhos azuis, Clara tinha a melhor butique de Cruzeiro do Oeste. Alguns nativos que haviam conseguido furar a couraça do recém-chegado, e puxar conversas mais longas com o jovem arredio, apelidaram Carlos Henrique de "Pedro Caroço". Assim se chamava o personagem popularizado pela letra de "Severina Xique-Xique", sucesso musical da época, que estava sempre "de olho na butique dela". O apelido foi consolidado pelo casamento com a moça mais bonita da cidade.

Dono da loja de roupas O Magazine do Homem, passava horas na cadeira atrás do balcão ou na porta, de pé, contemplando a modorra da Rua João Rezende. A freguesia não era tanta, tomava pouco tempo do comerciante. As tardes de sábado eram reservadas ao bar ali perto. Jogava sinuca de vez em quando. Preferia a leitura do semanário *Tribuna do Oeste*. Ficava horas folheando o jornalzinho da região.

Um adolescente da cidade gostava de fazer-lhe perguntas sobre História. E apreciava as respostas precisas, sucintas. Em tempos de eleição, tornava-se ainda mais introspectivo. Não se interessava por questões po-

líticas, não enunciava preferências por partidos ou candidatos. Quando esses assuntos dominavam a conversa, voltava para a casa que dividia com Clara e o filho José Carlos, ainda na primeira infância.

Foi essa a rotina de Carlos Henrique Gouveia de Mello até 1979, quando veio a anistia que apressou o epílogo do regime militar. Só então Cruzeiro do Oeste descobriu que abrigara por mais de cinco anos o perseguido político José Dirceu de Oliveira, banido do Brasil em 1969, no episódio do seqüestro do embaixador americano. Só então os amigos recentes descobriram que o lacônico Pedro Caroço amava conversar, principalmente sobre política. Só então Clara soube que vivera, e gerara um filho, com alguém que nunca existira. Carlos Henrique fora um dos tantos disfarces de José Dirceu.

Reassumida a identidade oficial, deixou a mulher, o filho menino e partiu. Não para a cidade natal, ao encontro dos parentes, das origens. Nem para São Paulo, empurrado pela vontade incontrolável de rever amigos, abraçar velhos companheiros. Partiu para Cuba. O jovem líder deixara a prisão e o Brasil no desfecho de um episódio espetacular. O político enfim ressuscitado não poderia voltar de ônibus.

Em Havana, outra cirurgia devolveu-lhe a fisionomia de antes. Semanas mais tarde, voltou ao país num grupo de exilados. Ele desfrutara de um demorado descanso na pacata e acolhedora Cruzeiro do Oeste. Desembarcou do avião como quem chegava de um longo desterro. Só contaria a verdade anos depois, numa entrevista à revista *Veja*.

Anos mais tarde, retomou o contato com a família e hoje convive harmoniosamente ao menos com o filho. Mudanças nos documentos deram a José Carlos Becker de Oliveira o sobrenome verdadeiro do pai, de quem herdara a vocação política. Primeiro como "Zeca do PT", ganhou prestígio e popularidade em Cruzeiro do Oeste. Depois como "Zeca Dirceu", ganhou a eleição para prefeito. Hoje com 25 anos, o filho governa a cidade onde viveu Pedro Caroço.

"Fui enganado por um homem dissimulado", queixou-se Dirceu em abril de 2004, quando Waldomiro Diniz apareceu mal na fita. Em nove anos de convivência, alguma coisa Waldomiro aprendera.

Terra conflagrada

Em 19 de junho de 2005, Roberto Jefferson declarou ao *Jornal do Brasil* que o esquema do mensalão tivera José Dirceu como chefe supremo. Ainda sob o impacto do nocaute, o lutador devolvido à planície reagiu ao golpe com a veemência esperada. "Nunca fui mentor de nada", replicou. Ainda acampado na estação paulista do PT, ele costurava a rede de silêncios que tornaria mais seguro o salto na planície. A escala lhe parecia especialmente estratégica na viagem de volta ao Congresso.

Cardeais do partido reivindicavam a imediata excomunhão de Delúbio Soares e Sílvio Pereira. O tesoureiro manteve a expressão de quem cavalga nuvens. Silvinho revogou a placidez e abriu o berreiro. Por que afastar só dois dirigentes se também José Dirceu e José Genoino haviam sofrido acusações semelhantes, formuladas pelo mesmo Roberto Jefferson? "Não tomei nenhuma atitude, não pratiquei nenhum gesto, não adotei nenhuma medida sem a expressa aprovação do governo", irritou-se o secretário-geral. "Não aceito cair sozinho."

No dicionário particular de Silvinho, governo sempre foi o outro nome de Dirceu. Portanto, se algo fizera de errado, errara com o consentimento do ministro e chefe. Dirceu tratou de acalmá-lo com argumentos bastante convincentes. Se envolvesse outros companheiros nas histórias em que se metera, nem por isso deixaria de ser culpado. Na melhor hipótese, passaria à condição de cúmplice de ações ilegais – e ostentaria na testa o anátema da delação. Mais: rebelado, Silvinho colocaria em risco os empregos de seus numerosos afilhados. Todos ocupavam cargos de confiança, alguns preenchidos por amigos e parentes. À irmã do secretário-geral, por exemplo, coubera a gerência do Ibama em São Paulo. Melhor calar-se.

Os argumentos valiam para toda a "turma do Zé." Se algum confessasse eventuais pilantragens, provocaria o efeito dominó, com quedas sucessivas. Colocaria em perigo o comandante Dirceu e, provavelmente,

o próprio presidente da República. Sobretudo, não se eximiria de culpa. Esta certeza pesou decisivamente na opção pelo silêncio obsequioso. Os amigos se calaram não por amizade a Dirceu ou pela devoção a Lula. Foi o instinto de sobrevivência que manteve as bocas fechadas. Pelo mesmo motivo, Dirceu tentaria sobreviver à crise sem anexar o nome de Lula ao elenco do seu próprio drama.

Às vésperas da amputação do antigo braço direito, o presidente preocupou-se com a reação do "querido Zé". Mas Dirceu comportou-se como se tudo continuasse como nos melhores tempos. Não fez ruídos constrangedores, nada revelou de inconveniente. Se quisesse, poderia ter espalhado o pânico no Planalto. Desde o começo do governo, Dirceu enviava periodicamente a mesma mensagem – semelhante, na essência, ao recado que Silvinho berrava agora.

A mensagem fora repetida às vésperas da queda: abstraídas as miudezas do cotidiano e os despachos de rotina, nunca havia tomado qualquer providência, em qualquer área, sem a autorização do presidente da República. Assim, se eventualmente aprovara alguma irregularidade, agira com o endosso de Lula. Caso se comprove que foi Dirceu o mentor do mensalão, por exemplo, será difícil acreditar que agiu sem o expresso consentimento de Lula.

Naquelas reuniões do PT, Dirceu mostrou que ainda controlava a cúpula do partido: evitou que Sílvio e Delúbio fossem afastados da direção nacional. Garantida a retaguarda, seguiu para a Câmara. E então conheceu a terra conflagrada. A paisagem da planície era amplamente desfavorável a quem prometera reduzir a pó denúncias passadas, presentes e futuras de Roberto Jefferson ou qualquer outro que tentasse arranhar a honra do governo. Feito o discurso de retorno, não subiu mais à tribuna. Como ocorrera a Jefferson, constatou que teria de travar um combate solitário. Deveria ganhar tempo para organizar a resistência. E deveria destruir o quanto antes a sólida imagem de arrogante.

Trocou o plenário por conciliábulos em gabinetes ou escalas vespertinas no cafezinho da Câmara. Driblou convites e convocações formulados pelo Conselho de Ética. Adiou enquanto pôde o depoimento na CPI dos

Correios. Topou falar à Corregedoria-Geral da Câmara por saber que aquele terreno nada tinha de traiçoeiro. Em 23 de junho, ali estacionou por 40 minutos, ao longo dos quais respondeu a 30 perguntas. Somadas perguntas e respostas, cada questão consumiu 90 segundos. Os investigadores talvez tenham conseguido descobrir o estado civil do depoente, o endereço particular, possíveis alergias e o número do RG.

Num acesso de indulgência, Dirceu premiou os corregedores amigos com uma verdade: admitiu que conhecia Marcos Valério. Algo a dizer sobre o mensalão? O deputado informou que fora apresentado à palavra pela manchete do *Jornal do Brasil* em setembro de 2004. E foi para casa cuidar da mudança.

O Conselho de Ética só conseguiu ouvi-lo em 2 de agosto. O guerrilheiro na planície esgotara todos os truques para evitar o que deveria ser a luta do ano: José Dirceu contra Roberto Jefferson.

Recordista telefônico

O palco acusou mudanças extraordinárias antes mesmo que a platéia contemplasse a figura de Marcos Valério. Bastara que Roberto Jefferson mencionasse aquele nome. A iminente aparição do "Carequinha de Minas" escureceu o cenário, subverteu o enredo, embaralhou os *scripts*, agitou os camarotes, ampliou o elenco. A leva de novos personagens incluiria o deputado João Paulo Cunha, presidente da Câmara em 2003 e 2004. Entrou em cena a contragosto. Sofreria uma intrigante metamorfose. Em poucos dias, sumiu o João Paulo com cara de garotão, maneiras polidas, gestos contidos, cada fio de cabelo em seu lugar, óculos de primeiro da classe, afeito a sussurros conciliadores, mas decidido a enfrentar qualquer perigo em defesa dos excluídos e dos princípios do PT.

Com os mesmos óculos do ex-presidente, entrou em cena um tipo assustadiço, trajes descuidados, olheiras de porteiro de cabaré, barba implorando por lâminas, cabelos em desalinho, retinas dilatadas pelo pânico. Esse João Paulo mal repaginado é o verdadeiro. Tem a cara da alma, sensivelmente modificada pelo convívio com Marcos Valério, que conheceu na temporada eleitoral de 2002. Uma das agências do empresário mineiro havia sido contratada para cuidar da campanha do PT em Osasco, onde Joaõ Paulo nasceu em 1958. O forasteiro virtualmente acampou no principal reduto do deputado em busca da reeleição. Ficaram íntimos. Vitorioso, João Paulo transformou Marcos Valério no marqueteiro de estimação.

O governo Lula e a bancada petista entenderam que o companheiro de Osasco deveria ser o presidente da Câmara. João Paulo convocou o amigo mineiro para ajudá-lo numa campanha que não haveria. Candidato único, o deputado paulista não tinha adversários a enfrentar. Pagou um bom dinheiro pelos serviços não prestados por Marcos Valério. Foi a primeira de muitas demonstrações de apreço. Todas suspeitas. Todas retribuídas pelo lobista disfarçado de publicitário.

João Paulo vencera uma luta sem adversários. Uma empresa de Mar-

cos Valério venceria sem concorrentes a licitação simulada para escolher a agência publicitária encarregada de "melhorar a imagem da Câmara". O contrato seria renovado por mais dois anos no último dia útil de 2004. Como a instituição continuava (e continua) mal no retrato, presume-se que João Paulo tenha gostado do trabalho paralelo encomendado à agência: avaliar periodicamente sua popularidade em São Paulo. Na época, ele sonhava com o governo paulista. As pesquisas foram pagas com verbas da Câmara.

Agora se sabe por que o deputado reagiu com tamanha ferocidade à denúncia divulgada em setembro de 2004 pelo *Jornal do Brasil*. Ele era um dos mensaleiros (além de parceiro preferencial de Marcos Valério). Agora se sabe por que lutou com tanta tenacidade pelo direito de reeleger-se: se continuasse no cargo, talvez conseguisse impedir o nascimento da CPI que acabou localizando o Pântano do Planalto. Ele conhecia bem o lugar. Enquanto foi o número 2 na linha da sucessão presidencial, ali pescara propinas e porcentagens.

E então se soube por que perdera o equilíbrio emocional ao ver aprovada pela CPI dos Correios a quebra do sigilo bancário de Marcos Valério: em algum momento apareceriam os R$ 50 mil retirados pela mulher de João Paulo numa conta do amigo mineiro no Banco Rural em Brasília. "Ela usou o dinheiro para pagar uma conta telefônica", balbuciou quando convidado a explicar-se. Com a frase, ganhou o título de campeão brasileiro de ligações particulares (os outros telefonemas a Câmara paga). Demorou alguns dias até trocar a mentira bisonha pela inventada por companheiros que mentem com mais competência. Jurou que os R$ 50 mil tinham sido consumidos por "despesas de campanha". Outro enigma: se não houve eleições no ano em que o saque foi feito, em quais disputas João Paulo gastou a bolada?

Talvez tenha sido candidato a síndico.

O poder dos invisíveis

Os patrões do Brasil costumam tratar subordinados como se não existissem fisicamente. Como se não tivessem olhos que vêem, ouvidos que escutam, bocas que falam. Como se lhes faltassem cabeças capazes de pensar, ou assimilar valores morais. Como uma não-pessoa – assim são tratados motoristas, motobóis, secretárias, mensageiros, cozinheiras, garçons. Delinqüentes poderosos seguem examinando o cardápio de negociatas quando entra o garçom para servir o jantar. Falcatruas são tramadas por telefone com a secretária a um metro de distância. Não-pessoas são inofensivas.

Na Era Collor, assim foi tratado pelos chefes o brasileiro Eriberto França, um dos motoristas a serviço da Presidência da República. Eriberto era até chamado pelo nome, recebia o salário em dia, de vez em quando alguém lhe perguntava pela família. Mas os patrões pareciam ignorar-lhe a presença, numa sala ou ao volante do carro, quando conversavam sobre temas de alta periculosidade. Também lhe atribuíam tarefas de alta voltagem como se fosse da família. Só que invisível.

As primeiras rachaduras no trono ocupado por Fernando Collor surgiram com as acusações feitas pelo irmão caçula do monarca. Pedro Collor mapeou sótãos e porões por onde se esgueirava PC Farias, tesoureiro do reino e coordenador da quadrilha. Faltavam-lhe, contudo, provas e evidências que incriminassem claramente os bandidos da Corte. Eriberto tampouco guardara papéis. Mas bastou-lhe detalhar a rotina de trabalho – primeiro à revista *Istoé*, depois à CPI formada para investigar as proezas da quadrilha.

Comprovou-se que Paulo César Farias, o onipresente PC, montara uma complicada conexão usando contas bancárias, abertas com nomes falsos, para pagar a gastança da Casa da Dinda, residência particular da família real. Comprovou-se também que Collor, ao contrário do que dizia, continuava mantendo contatos freqüentes com o tesoureiro da campanha presidencial. Ficou claro que o bando de Alagoas surfava num maremoto de corrupção.

Sitiado na CPI pela tropa de choque collorida, o motorista comportou-se

com a serenidade dos que têm razão. Com um sorriso debochado, o deputado Roberto Jefferson perguntou-lhe se estava dizendo aquilo tudo "apenas por patriotismo". A resposta foi curta e contundente: "O senhor acha pouco?". O desfecho da CPI produziu uma preciosa lição: havendo culpa no cartório, até o presidente da República podia ser vencido por um homem comum, sem dinheiro e sem poder, mas disposto a contar a verdade.

Em junho de 2005, o Brasil parecia do avesso. A roubalheira envolvia o PT, a tropa de choque mobilizava parlamentares do partido que por 25 anos agitara a bandeira da ética na política. Roberto Jefferson, no papel de Pedro Collor, furtara o discurso dos petistas de 1992. Só as não-pessoas estavam onde sempre tinham estado. E uma delas começou a falar.

Fernanda Karina Sommagio fora secretária de Marcos Valério por pouco mais de um ano. Ainda em 2004, concedera à revista *IstoÉ Dinheiro* uma entrevista detalhando a rotina nada tediosa na agência de publicidade SMP&B, em Belo Horizonte. Publicada só em junho de 2005, pouco depois do depoimento de Jefferson, confirmava a existência do esquema corrupto – e ampliava com nomes inesperados a lista dos beneficiários do mensalão. No dia 21, Karina reiterou o depoimento em entrevista ao *Jornal Nacional*, da TV Globo. Então se constatou que o papel de Marcos Valério nas operações criminosas era bem mais relevante do que se imaginava. E foi redescoberto o poder dos invisíveis.

Como uma não-pessoa, a secretária testemunhou pencas de telefonemas entre Marcos Valério e figurões como José Dirceu, Delúbio Soares, José Genoíno e Sílvio Pereira. Assistiu ao cortejo de malas de dinheiro para alegrar deputados. Anotou na agenda o tratamento VIP dispensado a altos funcionários de Brasília. Marcou encontros e audiências que juntaram pajés do Planalto e representantes do Banco Rural e do Banco de Minas Gerais (BMG). Documentou a movimentação dos patifes.

Convocada pela Polícia Federal, assustou-se: desmentiu várias acusações. (Diria depois, sem muita convicção, que recebera ameaças anônimas.) Mas entregou a agenda, que levaria a descobertas inverossímeis. No dia 28, a CPI dos Correios ouviu o depoimento em que a ex-secretária de Marcos Valério retomou a linha das entrevistas.

Estava decidida a contar a verdade.

Agenda letal

Óculos de professora primária de antigamente, um rosto que seria belo se ligeiramente retocado por um Pitanguy, cabelos implorando por um salão de beleza mais refinado, Fernanda Karina Sommagio não se destaca pela fluência, não é uma mulher bem articulada. Mas no Conselho de Ética, e depois na CPI dos Correios, valeu-se de um trunfo que faltava aos inquisidores inimigos: sinceridade. Os tropeços na gramática não impediram que o país identificasse quem tinha razão. Apoiada nas anotações da agenda, relacionou os interlocutores mais freqüentes de Marcos Valério. Os nomes da lista, a periodicidade dos encontros, os locais das reuniões, as datas das retiradas milionárias, a explícita troca de favores – tudo somado, viu-se uma quadrilha em ação.

Em 24 de junho, com base em documentos oficiais, a revista *IstoÉ* revelara que, entre julho de 2003 e maio de 2005, haviam sido sacados R$ 20,9 milhões (em dinheiro) das contas das agências de publicidade SMP&B e DNA, pertencentes a Marcos Valério. A Polícia Federal solicitou a quebra do sigilo das empresas controladas pelo lobista. Marcos Valério não manteve o sangue-frio de tratantes veteranos. Afoito, agarrou-se a álibis de principiante. Primeiro, alegou que lidava com "fornecedores que só aceitam receber em dinheiro". Mineiros são desconfiados, mas nem tanto.

Depois, disse que gastava fortunas com cavalos de raça (comprara até um filho de Baloubet du Rouet, aquela montaria do campeão Rodrigo Pessoa que só salta quando lhe apraz). Em seguida, declarou-se proprietário de fazendas de gado. Karina provou que, além do Banco Rural, com o qual sempre manteve ligações perigosas, Marcos Valério jamais se interessara por qualquer atividade que lembrasse coisas do campo.

Ao reaparecer dias mais tarde na CPI do Mensalão, Karina exibia um visual mais atraente e a segurança que lhe faltara no depoimento anterior. No primeiro confronto, penou com o cerco da tropa de choque

petista. Contra-atacou já na abertura da segunda apresentação. Relacionou as denúncias que fizera e já haviam sido confirmadas pelos diferentes organismos envolvidos nas investigações. Passavam de 20. Os números deixaram embaraçados os fuzileiros governistas. Entusiasmada com o êxito, lançou-se simultaneamente a uma cadeira no Congresso e à capa da revista *Playboy*. Esta segunda candidatura não vingou. A primeira será examinada com mais vagar. Mas Karina já ganhou a medalha da coragem solitária.

Na véspera do depoimento de Karina no Conselho de Ética, o governo ainda tentava evitar investigações sobre Marcos Valério. "A CPI dos Correios deve se restringir à denúncia de corrupção nos Correios", declamou o senador petista Aloizio Mercadante. Um dia depois das revelações da secretária, enquanto Mercadante escapulia de telefonemas de jornalistas, a CPI aprovou a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico de Marcos Valério. E decidiu apressar a tomada do seu depoimento. Logo se descobriria que, além dos R$ 20,9 milhões do Banco Rural, o esquivo mineiro usara a agência DNA para movimentar no Banco do Brasil, entre 1999 e maio de 2005, R$ 836 milhões. Desse total, R$ 458,9 milhões não tinham origem identificada.

"Eu sempre disse que o rumo desta comissão seria ditado pelos fatos", prevenira em 26 de junho o senador Delcídio Amaral. Três dias depois, ao anunciar a ultrapassagem da fronteira do escândalo nos Correios, o presidente da CPI sabia ter tomado a estrada que levaria ao mensalão. A dramática ampliação do universo a investigar levou o presidente do PT, José Genoino, ao limiar do pânico. "Você quer acabar com a gente?", berrou quando Delcídio mal acabara de dizer "alô". A conversa telefônica começara mal. Terminaria um pouco pior. Nos dias seguintes, o comportamento e a fisionomia de Genoino denunciaram uma alma sob o domínio do medo.

Nervos de aço

"Não se pode levar em conta denúncias formuladas por um homem com o prontuário de Roberto Jefferson", desesperou-se, José Genoino na última semana de junho. "Essas acusações só atendem aos interessados em desestabilizar o governo." Passara a hora da teoria conspiratória. E a tentativa de desqualificar o acusador chegara com pelo menos dois anos e meio de atraso. Em 2002, quando se estabelecera a parceria entre o PT e o PTB, o prontuário de Jefferson era desconhecido apenas pelos que Nelson Rodrigues batizou de cretinos fundamentais.

Mais importante ainda, a história do crime organizado informa que muitos bandos só foram desbaratados porque um dos integrantes resolveu abrir o bico. O bandido italiano Tommaso Buscetta, por exemplo, foi convencido pela Justiça a revelar segredos da máfia nos EUA e na Itália. Confirmada a veracidade das informações, a máfia sofreu estragos tremendos. Buscetta morreu em 2000, ainda sob a guarda do Serviço de Proteção a Testemunhas do governo americano.

Para desconsolo de Genoino, Roberto Jefferson voltaria a depor no Congresso em 30 de junho, agora na CPI dos Correios. O deputado irrompeu na sala da comissão com um hematoma no olho esquerdo. O que acontecera?, perguntaram-lhe os amigos e perguntaram-se os inimigos. Ele explicou que estava no alto de uma escada, procurando na estante um disco do grande compositor gaúcho Lupicínio Rodrigues, quando o móvel viera abaixo. Antes que surgissem versões maldosas, Jefferson invocou o testemunho de dois amigos presentes ao apartamento na hora da queda. Enquanto apresentava o álibi, versões perversas já circulavam nos corredores do Congresso.

A *performance* não seria (nem poderia ser) tão retumbante quanto a registrada no Conselho de Ética. Mas ele guardara munição suficiente para as manchetes do dia seguinte. Tinha farpas a distribuir, acusações a fazer e pelo menos uma grave denúncia a formular. Começou pelas farpas. "Não me considero melhor que ninguém. Nem pior. Aqui, somos todos iguais." Passou às acusações: todos os deputados escondiam gastos de campanha da Justiça Elei-

toral. "As declarações não traduzem a realidade", afirmou. "Nem a minha, nem as dos senhores." E partiu para a denúncia: verbas de Furnas haviam sido desviadas por três diretores. (O trio seria demitido horas depois.)

Ao longo do depoimento, Jefferson recomendou enfaticamente que o Banco do Brasil e o Banco Rural fossem investigados sem clemência. "Nos dois pagamentos que recebi, as etiquetas indicavam a origem: as cédulas vinham dos dois bancos", observou. "Eram cédulas novas, intocadas. É muita coincidência." No meio da sessão, quando Jefferson apimentava histórias que já contara, a deputada Denise Frossard, do PPS fluminense, sucumbiu à perplexidade. "Além de espantada, estou curiosa: em 23 anos como deputado, é a primeira vez que o senhor viu parlamentares vendendo votos?", perguntou a ex-juíza. "Infelizmente, não", respondeu Jefferson. "Sempre foi assim." Famosa por ter encarcerado os chefões do jogo do bicho no Rio, Denise pensava que já vira tudo. Descobrira que não. E talvez tenha começado a desconfiar de que, comparados a certos pais da pátria, alguns bicheiros cariocas até que são gente fina.

Depois de dez horas, o clima na CPI lembrava uma festinha no escritório no fim do expediente. Alguém quis saber que música de Lupicínio o deputado procurava no momento do acidente doméstico. *Nervos de Aço*, respondeu. E soltou uma estrondosa gargalhada. Estava satisfeito com o saldo da guerra: as baixas inimigas eram consideráveis e não tardariam a aumentar. Estava feliz com a popularidade.

Concedia entrevistas quase diariamente a emissoras de rádio e TV do Brasil inteiro. Logo estaria na arena do programa *Roda Viva*, da TV Cultura, e ocuparia os três blocos do *Programa do Jô*. Perto do fim, foi convidado a cantar. Simulou surpresa, mas empunhou uma pasta com dezenas de partituras e letras de músicas. "Você sabia que iria cantar?", disse Jô. "Não, mas sou um homem prevenido", retrucou Jefferson. Previsivelmente, cantou *Nervos de Aço*. Não deu sorte. Começou alguns tons acima do recomendável e desafinou. Prometeu ensaiar com mais cuidado para a próxima apresentação.

Na CPI e nas entrevistas, insistiria em inocentar o presidente. Até aquela conversa de janeiro, Lula de nada sabia.

São Jorge de bordel

Antes da revolução dos costumes desencadeada nos anos 60, que operou notáveis mudanças no comportamento sexual do brasileiro, havia pelo menos um bordel em cada município com mais de 10 mil habitantes. Abrigavam-se em casas identificados pela luz vermelha na varanda. Costumavam esconder-se no difuso território onde a cidade já acabou sem que tenha começado a zona rural. Em todas havia, na parede da sala, um retrato de São Jorge.

Os trajes de guerreiro, o corcel colérico, a lança hasteada, o dragão subjugado – esse painel beligerante era abrandado pela placidez do rosto. A fisionomia serena do herói no duelo tremendo nada tinha de surpreendente. Retratos de figuras canonizadas exigem rostos plácidos. Sobretudo quando se trata de um São Jorge de puteiro.

A expressão completava o espetáculo da coragem impávida, protagonizado pelo protetor do prostíbulo. Na sala, as mulheres bebiam cerveja enquanto negociavam com clientes a quantia que os levaria aos quartos do pecado – meia dúzia de cubículos escurecidos pela meia-luz que eternizava o crepúsculo. Mas o rosto suave informava que o santo não tinha nada a ver com aquilo. Os olhos fixos num ponto qualquer do infinito nem notavam o que se passava na sala ou nas alcovas. Um exterminador de dragões não tem maior interesse por batalhas na zona do meretrício.

A expressão acabou estendida a homens que fingem ignorar iniqüidades incorporadas à rotina da casa. O filho deixara a escola para traficar drogas, a filha caíra na vida, a mulher arrastava para o motel vizinhos de todas as idades, o cunhado pobretão furtava a bolsa da avó, e a tudo seguia alheio o chefe de família. Como um São Jorge de puteiro.

Como um São Jorge dessa linhagem sempre agiu Luiz Inácio Lula da Silva. O advogado Roberto Teixeira nunca lhe cobrou o aluguel da casa onde viveu durante oito anos. O inquilino achou tudo natural. Amigo é para essas coisas. Em 2002, sobrou o dinheiro que faltara às campanhas anteriores. Lula não fez perguntas sobre aquele milagre da multiplicação. Nem

quis saber quanto cobrara o publicitário Duda Mendonça para deixar de dizer que "foi Maluf quem fez" e criar o "Lulinha paz e amor".

O presidente não percebeu que a paisagem humana a seu redor mudara muito. Havia raríssimos companheiros dos velhos tempos. Gente como o franco e fiel Djalma Bom, quando telefonava, não ia além da secretária do assessor do secretário especial. Lula nunca telefonou para Djalma, intrigado com o súbito sumiço do amigo – e de tantos outros. Em contrapartida, entravam sem bater no gabinete aliados como Pedro Corrêa ou Valdemar Costa Neto.

Petistas de esquerda eram expulsos do partido, Roberto Jefferson ganhava cheques em branco. Sílvio Pereira e Delúbio Soares se tornaram clientes assíduos da casa, ganharam salas para negociar com a freguesia, assimilaram hábitos curiosos para socialistas impenitentes. Lula não ouviu o ronco do Land Rover de Silvinho nem a barulheira dos jatinhos de Delúbio. Não percebeu que sindicalistas promovidos a diretores de banco agora usavam gravata borboleta.

Lula não ouviu o governador de Goiás, Marcone Perillo, contar-lhe com ar de espanto que líderes da "base aliada" tentavam comprar a filiação de deputados do PT. O deputado Sandro Mabel, do PL goiano, oferecera R$ 1 milhão de luvas e mensalões de R$ 30 mil pela compra do passe da colega Raquel Teixeira, do PSDB. Nada fizera ao ouvir a mesma denúncia repetida por Roberto Jefferson. Não perguntou ao primogênito Fábio Luiz Lula da Silva, o "Lulinha", o que levara a Telemar a pagar R$ 5 milhões para tornar-se sócia de sua fábrica de fundo de quintal. Não enxergou a expansão do pântano. Não viu as marcas de lama no interior do Planalto.

Num prostíbulo de antigamente, a figura protetora teria descido da parede para botar ordem na casa. No Brasil imerso na crise, o presidente só quebrava o silêncio de São Jorge de bordel para berrar improvisos insensatos. Em seguida, voltava ao retrato. Depois descia outra vez para viajar pelo Brasil. Pendurava-se de novo na moldura, conferia a situação, apeava da parede para embarcar no AeroLula e conhecer outro país.

As viagens quase sempre incluíam uma escala na Lua.

Improvisos na estratosfera

Nosso São Jorge do Planalto desceria do retrato em 21 de junho, no primeiro dia de um inverno que já ameaçava prolongar-se até o outubro eleitoral de 2006. Enquanto Fernanda Karina Sommagio, ex-secretária de Marcos Valério, abria no Conselho de Ética da Câmara o baú de horrores até então escondido em Belo Horizonte, o presidente Lula estava num palanque em Luziânia, a poucos quilômetros de Brasília. Ao ouvir uma salva de palmas dos companheiros, interrompeu a leitura do discurso redigido por assessores, deixou a papelada de lado e, a bordo de outro improviso, subiu à estratosfera. "Na história republicana, nenhum governo fez, contra a corrupção, 20% do que estamos fazendo", disse o presidente que, cinco dias antes, demitira José Dirceu.

Amparado nessa fantasia estatística – não existem fórmulas que permitam calcular esse tipo de porcentagem ou autorizem comparações como a feita por Lula –, o orador pendurou no peito uma condecoração de general latino-americano do século 19. "Ninguém neste país tem mais autoridade moral e ética do que eu para fazer o que tem de ser feito neste país", incensou-se. (Em todo improviso de Lula aparecem quatro ou cinco "neste país". No palavrório em Luziânia, a expressão apareceu duas vezes na frase citada – e 13 vezes no conjunto. Lula talvez a repita com tamanha constância para ter certeza de que ainda está por aqui.)

O presidente desdenhou das descobertas que vinham aterrorizando todos os dias o Brasil decente. Não passam de "bobagens" e "denúncias vazias", garantiu. Mentiras fabricadas por gente assustada com um segundo mandato de Lula. "E vejam que tudo isso que nós estamos vivendo é por conta de um cidadão de terceiro escalão que diz que pegou três mil reais", simplificou, referindo-se à propina embolsada por Maurício Marinho. Tudo bem no Brasil, certo?

Depende de Lula e depende da Lua.

Dez dias depois, o presidente estava preocupado e grávido de sus-

peitas. Em 31 de junho, comunicou à platéia de ministros no Planalto a disposição de apressar a drenagem do pântano que, em Luziânia, jurara não existir. Agora não só existia como talvez fosse freqüentado por companheiros desviados do bom caminho. "Se alguns dos nossos amigos fizeram algo errado, vão sambar", avisou. Sublinhou a promessa com a frase que até pára-choque de caminhão recusaria: "Quem mijou fora do penico, tchau e bênção".

Desde o começo da crise, Lula oscilara entre vários papéis. Num dia, encarnava o anjo exterminador de larápios, pronto para prender e arrebentar quem ousasse atravessar-lhe o caminho, e decidido a punir sem contemplação todos os culpados. Esse Lula determinava aos companheiros parlamentares que fossem até o fim nas investigações. No dia seguinte, emergia o santo protetor dos delinqüentes de estimação, disposto a sustar apurações cujo objetivo era incriminar inocentes. Esse Lula ordenava aos companheiros parlamentares que obstruíssem qualquer avanço das CPIs.

O inverno da crise mostraria outras versões de Lula. Nas horas de depressão, recolhia-se à mudez abúlica, aparentemente cismando na frase popularizada por dom João VI: "Quando não se sabe o que fazer, melhor não fazer nada". A esses momentos sobrevinham fases de aguda euforia, traduzida em discurseiras. Havia um quinto personagem: Lula no exterior. Esse está sempre feliz. Feliz por conhecer outro país. Feliz por distanciar-se de problemas domésticos e poupar-se de decisões penosas. Feliz pela sensação de se ter tornado sócio remido do Clube dos Estadistas.

Na última semana de julho, o presidente atormentado pela crise resolveu viajar para longe da grande frente de combate. Cancelou os compromissos agendados, abandonou o local de trabalho e incorporou seu personagem predileto: o Lula candidato. Durante sete dias de festa e discurseira, circulou por aí à caça de votos para a reeleição. Em improvisos diários, falaria mal de FH e bem de Lula, berraria bravatas, obviedades e tolices, festejaria o progresso do Brasil, afirmaria que a economia é sólida mas, paradoxalmente, vulnerável.

Terminada a turnê, os brasileiros seriam assaltados pela suspeita de que o país onde Lula estava morando era bem melhor que o Brasil.

A turnê do candidato

A excursão do presidente-candidato começou no dia 22 de julho, uma sexta-feira, com dois improvisos no Rio. "Tenho a exata noção de que não podemos deixar escapar nenhum culpado", reconheceu de manhã. Parecia menos sóbrio depois do almoço: "Não vai ser a elite brasileira que vai fazer eu baixar a cabeça", esbravejou. Lembrou que os pais analfabetos geraram um filho imaculado: "Pode ter igual, mas não tem nem mulher nem homem que tenha coragem de me dar lição de ética, de moral e de honestidade".

No sábado, 23 de julho, o presidente esquecera as elites golpistas ao pousar no ABC, manjedoura política de Lula e do PT. Em dois improvisos, embarcou numa viagem nostálgica (sem esquecer de cutucar Fernando Henrique nas escalas do trajeto). "Continuo metalúrgico", jurou o ex-operário que não lida com tornos há quase 30 anos. "Para dirigir o país não é preciso diploma universitário, é preciso coração."

No domingo, 24 de julho, ainda matava saudades no ABC. A uma platéia formada por motoristas, Lula revelou o nome do culpado pela decomposição dos caminhos do Brasil: Fernando Henrique Cardoso. "Herdei 38 mil quilômetros de estradas intransitáveis, nem trabalhos de manutenção eram feitos", lastimou. Pediu paciência. Prometeu que no início de 2006, as rodovias federais de São Paulo seriam privatizadas. Até dezembro, sumiriam os problemas restantes. Apesar da indigência financeira do Ministério dos Transportes, o candidato Lula jurou que faria, em um ano, o que o presidente Lula não fizera em dois e meio.

Na segunda-feira, 25 de julho, de volta a Brasília, manteve-se distante do Palácio do Planalto. A turnê programara uma apresentação especial no aeroporto. O candidato apareceria ao lado do faxineiro Francisco Cavalcante, que virara notícia de jornal por ter devolvido ao dono o pacote com US$ 10 mil encontrado num banheiro. "Se tivéssemos 180 milhões de Franciscos, o dinheiro daria para fazer muito mais para o povo pobre",

devaneou o presidente. Mais simples e prático seria recuperar as fortunas roubadas do Brasil dos franciscos por delúbios e valérios.

Na terça-feira, 26 de julho, uma pausa na turnê forçou o candidato a reassumir a Presidência, enfurnar-se no palácio e encarar tediosas miudezas.

Na quarta-feira, 27 de julho, seguiu para o Rio Grande do Sul, Estado escolhido para o encerramento da excursão: em dois dias, o candidato se exibiria em cinco cidades. O repertório deu preferência a antigos sucessos, como a decência dos pais analfabetos ("o único legado que tenho é vergonha na cara") e, claro, FH ("não adianta ser professor da Sorbonne"). Entre as poucas frases novas, uma mereceu destaque: "É um tal de diz-que-diz que eu não sei como se sentem. Eu me sinto indignado".

A indignação não inibiu o candidato de comemorar, na mesma quarta-feira, o nascimento de um novo Brasil. A economia andava bem, a inflação estava sob controle, o desemprego caíra, as exportações tinham subido, os programas sociais seguiam liquidando a pobreza, a Polícia Federal acumulava triunfos na caça aos corruptos. "Vamos punir quem errou e inocentar quem não cometeu irregularidades", declamou.

Na quinta-feira, 28 de julho, o tom do candidato mudou. "A economia do país é vulnerável", advertiu. Convencido de que o alerta conteria a drenagem do pântano, voltou sorrindo ao Planalto.

O sorriso logo seria revogado pela temperatura política e pela retórica da oposição. Lula não é um homem habituado a críticas ferozes. Durante 30 anos, ele foi o pastor sem concorrentes, que se limitava a apontar ao rebanho o atalho para o paraíso. O chefe supremo do PT nem precisava decidir: expressava desejos, logo materializados pelos Altos Companheiros.

As coisas ficaram mais complicadas com a chegada à Presidência. E bem mais complexas quando se juntaram ao PT, na montagem da ''base aliada'', partidos que não têm programas nem projetos. Só têm listas de pedidos. Na oposição, Lula assinava com bics sem tampa papéis que tratavam de cifras miúdas. No Planalto, esferográficas surradas foram substituídas pela caneta que nomeia e demite, que faz e desfaz, que nega ou libera bilhões de reais.

Havia ministros a nomear, cargos a preencher, fatias do poder a distribuir, prioridades a estabelecer, alianças a consolidar. E agora se sabe que o Lula tão cheio de certezas em seu tempo de oposicionista na verdade não gosta de decidir. Quem sonha com 1 milhão de amigos prefere não magoar ninguém. Assaltado por angústias, tenta adiar o inadiável, delega a terceiros a escolha intransferível. Como fala muito e ouve pouco, vive exposto ao risco de tomar decisões ditadas pela intuição. Grandes intuitivos estão sempre arriscados a impulsos desastrosos.

"Não decido sob pressão", trovejou no Palácio do Planalto, em meados da década de 70, o general-presidente Ernesto Geisel. "Só decido sob pressão", replicou no Congresso o deputado Ulysses Guimarães, um sorriso maroto contrastando com o rosto de faraó. Líder da oposição democrática à ditadura militar, Ulysses assimilara ainda no berço a lição dos estadistas: governar é decidir. Decidir sob pressões, porque o caminho percorrido por quem detém o bastão de mando é permanentemente batido por ventos contrários. E decidir sem demora, sobretudo em momentos de crise.

Qualquer decisão, mesmo equivocada, é melhor que nenhuma. O vazio provocado por hesitações e incertezas costuma produzir danos irreparáveis. Equívocos também causam estragos, mas em menor escala. São menos freqüentes quando a escolha é precedida de consultas a parceiros confiáveis. Constatado o engano, governantes devem orientar-se por uma frase que marcou o estilo do presidente Juscelino Kubitschek: "Não tenho compromisso com o erro".

Um erro pode ser corrigido. A omissão é irreparável.

Lula talvez não saiba disso.

Delírios de julho

Em julho, a lira do delírio seria dedilhada sem pausas. Ouvira-se o som inconfundível no primeiro dia do mês, com a localização de um procurador da Fazenda chapinhando no lamaçal. Os acordes cresceriam na tarde seguinte, com a descoberta do empréstimo de R$ 2,4 milhões concedido ao PT pelo Banco Rural. O avalista era Marcos Valério. Até que o mês fosse encerrado pela delirante turnê de Lula – uma semana inteira de inaugurações irrelevantes, comícios para platéias de desavisados, frases absurdas ou improvisos malucos –, o Brasil veria a passagem do Sanatório Geral.

Nunca houvera nem haverá um julho como o de 2005. O desfile aberto em maio, em que brilhavam a ala dos pigmeus do bulevar e o bloco dos patifes, dos velhacos e dos ladrões, avançava pelas avenidas destes trêfegos trópicos. Mas seria sensivelmente enriquecido pela anexação de carros alegóricos, que se sucederiam em ritmo de frevo. Um exibia os anjos caídos do PT. Outro mostrava um assessor parlamentar vestido com a cueca que camuflava US$ 100 mil. Um terceiro homenageava a promoção de Luiz Gushiken a ministro do Nada. O seguinte trazia um bispo da Igreja Universal (e deputado pelo PFL de São Paulo) a bordo do jatinho atulhado de malas que abrigavam mais de R$ 10 milhões.

Havia muitos outros carros alegóricos, e em cada um rebolava algum destaque daquele julho alucinante. O diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), demitido por ter comparado a CPI dos Correios a um picadeiro. A dupla Marcos Valério e Delúbio Soares, diante do procurador-geral da República, balbuciando que José Dirceu sabia de tudo. O buraco de R$ 59 milhões na contabilidade do PT (a oficial). Os recém-chegados ao time do mensalão. Lula durante a entrevista na França. De novo Delúbio, agora sozinho, cochilando na CPI dos Correios. Sílvio Pereira ao volante do Land Rover (no banco do carona, o

diretor da empreiteira que fechara, graças ao piloto, o gordo contrato com a Petrobras). E, epílogo glorioso, tucanos capturados na reserva animal do valerioduto.

Embora pouco edificante, o cortejo foi muito pedagógico. Entre outras informações relevantes, deixou claro que a rede tecida por Marcos Valério não pescava corruptos só no Congresso. Os anzóis se espalhavam por toda a capital, e eram também utilizados em qualquer cidade onde houvesse figurões a içar. Um deles fisgara o procurador da Fazenda Glênio Guedes, autor de bandalheiras que beneficiaram o Banco Rural.

Era ele o encarregado de reavaliar multas aplicadas pelo Banco Central a bancos privados e encaminhar pareceres sobre cada caso ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Podia endossar ou contestar a sanção imposta pelo BC. Como os conselheiros raramente se animavam a conferir relatórios, endossavam sem demora os pareceres de Glênio. A patifaria seria sustada graças a anotações na agenda de Karina. Entre maio e dezembro de 2003, aparecem mais de dez referências ao procurador da Fazenda. Ele gostava muito de visitar Belo Horizonte.

Nas freqüentes aparições de Glênio, cumpria a Marcos Valério garantir-lhe a boa-vida. Jatinhos à disposição do turista ilustre, suítes presidenciais nos melhores hotéis, restaurantes estrelados, boa companhia noturna – todos os confortos estavam ao alcance de um telefonema para Marcos Valério. Dono da conta publicitária do banco, ele também fazia as vezes de relações-públicas e cicerone perdulário. Ao fim das visitas, Glênio ganhava presentes adicionais. Um deles apareceu com a quebra do sigilo bancário do anfitrião: uma bolada de quase R$ 1 milhão. O procurador merecia: com três ou quatro pareceres, livrara o Banco Rural de multas cujo valor superava amplamente a propina.

Ainda em julho, outros negócios fechados no balcão de Jefferson confirmaram que a teia se estendera muito além do Congresso. O ex-sindicalista Henrique Pizzollato fora comprado por pouco mais

de R$ 2,6 milhões. Um preço justo para quem acumulava a vice-presidência de Marketing do Banco do Brasil com uma diretoria do poderoso fundo de pensão Previ. Ao pressentir a tempestade, Pizzollato providenciara o pedido de aposentadoria.

A papelada ficara pronta em poucas horas. O servidor da nação fora para casa de táxi. Enquanto convalescia do sobressalto, conferia as gravatas borboletas que começou a colecionar depois de pendurar-se em salários mensais de R$ 50 mil. Ele acha pouco. "Perto do que ganham outros executivos, é um salário baixo", disse com candura na CPI dos Correios.

O presidente da Casa da Moeda, Manoel Severino dos Santos, custara 2,7 milhões. Afastado do cargo, recolheu-se ao recesso do lar. Como Pizzollato, não se preocupou sequer em montar um álibi aceitável. Limitou-se a negar que tungara o que tungou. Não havia por que esperar os relatórios finais das CPIs para engaiolar a dupla. Depois de devolverem o dinheiro.

Cueca dolarizada

A temperatura de julho subiu furiosamente já no segundo dia graças a mais uma reportagem de *Veja*. Amparada em farta documentação, informava que Marcos Valério fora o avalista, em 2003, de uma dívida contraída pelo PT no Banco de Minas Gerais (BMG), no valor de R$ 2,4 milhões. Pelo PT, tinham assinado o presidente José Genoino e o tesoureiro Delúbio Soares. Marcos Valério pagara a primeira parcela de R$ 350 mil e ficara por aí. O banco seguia aguardando a quitação das fatias restantes.

Genoino, que inicialmente alegara nem conhecer o publicitário, curvou-se às evidências. Conhecia, sim, mas só de vista. Jurou que assinara o papelório sem ler o texto nem conferir a identidade dos parceiros de risco. Mais uma entre tantas desculpas esfarrapadas que esquentaram o inverno. O tamanho do escândalo requeria a degola de cabeças coroadas. No dia 4, Sílvio Pereira pediu demissão do cargo de secretário-geral. No dia 5, Delúbio Soares licenciou-se da diretoria financeira (e das funções de guardião do caixa 2 e administrador do pronto-socorro especializado em aliados loucos por dinheiro). O presidente do partido segurou-se no cargo até 9 de julho. Não resistiria ao caso da cueca.

Ninguém resistiria. No dia 8, o dirigente petista Paulo Frateschi descia de um carro estacionado diante da sede do PT paulista quando um jornalista se aproximou para dar-lhe a má notícia. "Você sabia que pegaram o assessor do irmão do Genoino com duzentos mil reais na mala e cem mil dólares na cueca?" Frateschi, como os demais petistas, vinha sendo espancado desde maio por novidades desoladoras. Já não se surpreenderia com nada, dizia aos amigos. Ficou perplexo.

"O que você disse? Repete essa!" O jornalista reprisou a informação. "Não é possível ter tanto azar, porra!", berrou Frateschi. "Você está me gozando. É trote". Ao entrar no local reservado à reunião de petistas de todo o país, o clima carregado avisou que todos ali sabiam do ocorrido.

Decididamente, andava faltando sorte ao PT. Mas também andavam sobrando companheiros desastrados.

O autor da idéia de transformar cueca em mala íntima fora o cearense José Adalberto Vieira da Silva, assessor do deputado estadual José Nobre Guimarães, líder do PT na Assembléia Legislativa (e irmão de José Genoíno, ainda presidente de um partido atarantado com tantas denúncias envolvendo malas e maços de cédulas). A captura de um militante petista transportando uma fortuna clandestinamente (e com dólares na cueca) ultrapassara os limites da imaginação.

Adalberto fora preso pela Polícia Federal quando tentava embarcar no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, rumo a Fortaleza. Chegara de Brasília, onde havia recolhido a dinheirama cuja origem continua desconhecida. O conteúdo da mala foi revelado pelo sistema de controle da sala de embarque. Enquanto Adalberto gaguejava desculpas, uma revista manual tateou pacotes na cueca. Detido, o assessor do deputado cearense construiu uma explicação amalucada para a origem do dinheiro.

Interrogado pelos federais, contou que ganhara aquilo tudo com a venda de verduras no Ceagesp, um gigantesco ponto de negócios por atacado. Para juntar a quantia encontrada com Adalberto, um agricultor precisa vender 12 toneladas de verduras, suficientes para abarrotar 100 caminhões. Se operou tal proeza em um dia, Adalberto tem vaga assegurada no céu, ao lado dos santos milagreiros. Não precisa comprar na Igreja Universal do Reino de Deus o ingresso vendido por bispos como o deputado João Batista Ramos da Silva, preso em 11 de julho quando pastoreava R$ 10 milhões amontoados em sete malas.

Um dia depois do caso da cueca, Genoino se afastou da presidência do PT e do salário mensal de R$ 9 mil. Mas logo deixaria de lado a intenção de buscar um trabalho remunerado. Em 2 de agosto, o ex-deputado requereu à presidência da Câmara o benefício da aposentadoria parlamentar. Foi atendido em 72 horas pelo sempre generoso Severino Cavalcanti. Na edição de 5 de agosto, o *Diário Oficial da União* formalizou o repouso do guerreiro. Aos 59 anos, Genoino receberá mensalmente quase R$ 9 mil. Como aposentados podem ser candidatos, sobraria tempo para planejar a próxima campanha.

O herói de Pasárgada

Qualquer viagem melhora o humor de Lula. Para quem adora presidir e odeia governar, afastar-se do gabinete no Planalto é sempre um prazer. Para tanto, serve qualquer grotão do país. Mas bom mesmo é decolar no AeroLula para temporadas no exterior. Era previsível, portanto, que o viajante compulsivo estivesse feliz ao desembarcar na França em 14 de junho de 2005. Poderia repousar por alguns dias das escoriações generalizadas impostas pela maior crise política vivida pelo Brasil desde o *impeachment* de Fernando Collor em 1992.

Ficou ainda mais contente com o tratamento de estadista proporcionado pelo colega Jacques Chirac, que o recebera com pompas e fitas. O presidente francês também transpirava alegria: conseguira vender ao visitante uma dúzia de aviões a caminho do museu. O clima de felicidade aparentemente derreteu a armadura utilizada por Lula desde maio, quando a tempestade desabou.

Com expressão compungida, endereçou palavras de consolo à nação de onde vinha, diariamente açoitada por revelações abjetas. "O Brasil não merece tudo isso que está acontecendo", lastimou. "Merece coisa muito melhor." Os destinatários acharam aquilo muito estranho: não é Lula o presidente do Brasil? É, mas às vezes deixa de sê-lo para refugiar-se num país que só existe na imaginação de Lula. Bem parecido com a Pasárgada do poeta Manuel Bandeira.

Em Paris, o presidente só aceitou ser entrevistado por uma brasileira que trabalha numa pequena emissora de televisão. Não era repórter, não tinha experiência jornalística, mas fora a eleita. Ela decorou com aplicação as perguntas redigidas por assessores de Lula. O chefe de governo precisava ser cauteloso: pela primeira vez desde as revelações feitas à *Folha de S. Paulo* pelo deputado Roberto Jefferson, o chefe de governo falaria sobre a crise – palavra que até então evitara pronunciar.

Recortada contra um cenário de pintura campestre – o gramado exten-

so e bem-cuidado, algumas árvores distribuídas com estudado descuido, ao fundo o prédio com jeito de palácio –, a fisionomia de Lula transmitia a dignidade serena do suicida que acabou de escrever o último bilhete. A aparência faria soar menos espantosa a frase que o presidente soltaria no meio da conversa: "O que o PT fez do ponto de vista eleitoral é o que é feito no Brasil sistematicamente". Reproduzida um dia depois pela TV Globo, a declaração endossou oficialmente a tese segundo a qual o PT cometera apenas um pecado venial. Uma contravenção quase ingênua, como o jogo do bicho. Algo ancestral, incorporado aos usos e costumes do país, ao lado do futebol e do carnaval.

Se tivesse dito a verdade, já teríamos um fato gravíssimo: o presidente se tornara cúmplice confesso de crimes eleitorais praticados pelos partidos que o apoiavam. Lula sabia que os companheiros tinham feito isso e muito mais. Mentiu deliberadamente, orientado pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. O doutor tivera de reincorporar o competente criminalista que sempre foi para ajudar a apagar o incêndio.

Como o governo e o PT eram acusados de numerosos crimes, interligados e inquietantes, Márcio pariu a idéia: deveriam assumir a autoria do que lhe pareceu menos grave, agarrar-se à fantasia e rechaçar no tom convicto dos grandes injustiçados as demais denúncias e acusações. Assim fizeram os réus. Assim continuariam agindo nos meses seguintes, fiéis à tática inaugurada naquela tarde em Paris.

Lula mentira para reduzir o calibre assustador das bandalheiras promovidas por bandidos de estimação. Se o presidente fosse filiado ao PSDB ou ao PFL, no dia seguinte o PT estaria urrando pelo *impeachment*. Mas nem tucanos nem pefelistas pensaram em algo parecido. Desde o começo das investigações das CPIs, ficou estabelecido que o presidente seria "blindado", um dos modismos vocabulares gerados pela crise. Melhor arrastá-lo enfraquecido até as urnas de 2006, para subtrair-lhe pelo voto o argumento de que sofrera "um golpe branco tramado pelas elites conservadoras".

Os integrantes da aliança oposicionista, sobretudo os tucanos, acharam que haviam forjado um grande plano. Os meses seguintes fariam com

que se arrependessem da estratégia precipitadamente escolhida. Em sucessivas ocasiões, apareceriam oportunidades para o pedido de *impeachment*. "Não há clima, o povo não está nas ruas", recitava o tucanato. O clima hostil ao governo e à figura do presidente estava nas mentes, nos corações, no noticiário jornalístico, nos textos na internet, nas pesquisas de opinião. Mas os morubixabas queriam os comícios e passeatas do passado. Eles esperaram pelo que talvez não exista mais.

Presenteado com a couraça imaginária, Lula recuperou a energia abalada e voltou a exibir a auto-estima que nunca perdera. A sensação de segurança o induziria a agredir regularmente a inteligência e a sensatez dos brasileiros. Na entrevista gravada na França, mentiu como quem respira, escondeu a verdade com o ar tranqüilo dos que se imaginam condenados à impunidade eterna. De volta ao Brasil, tornou a incensar-se e passou a repreender, como se lhes coubesse alguma culpa, as vítimas da crise nascida e amamentada nos aposentos da *nomenklatura* federal. "Este governo é o melhor da nossa história", gabou-se na cidade paulista de Taubaté.

Feito o registro, atacou os que Fernando Henrique chamava de fracassomaníacos: "É preciso de uma vez por todas acabar com o pessimismo", decretou. No Recife, mostrou que não saberia viver sem FH. "Governar independe da quantidade de escolaridade e formação acadêmica, dependendo muito mais do caráter e da inteligência", explicou. E então subiu ao céu. "Deus não faz nada que não seja preciso fazer", pregou.

Antes de começar o improviso em Pernambuco, vacinou a platéia contra as impropriedades a caminho. "Melhor falar do que fazer bobagem", ensinou. (Bom mesmo seria não falar nem fazer bobagens.) Nenhuma palavra sobre o mensalão, a roubalheira sistêmica, o aparelhamento da máquina do Estado, as malas de dinheiros. Nenhum pingo nos is dos delúbios, silvinhos, valérios ou dirceus. Nenhuma vírgula sobre a crise vulcânica.

Tudo bem em Pasárgada.

Mudança de rota

Raul Fernando do Amaral Street, o Doca Street das colunas sociais das décadas de 60 e 70, não podia queixar-se da vida. A certidão de batismo, equivalente a um atestado de bem-nascido, serviu-lhe sempre de *habeas corpus* preventivo, com validade perpétua. Jovem, fizera um curso intensivo de sedução nos hotéis de Miami em que trabalhou como salva-vidas de piscina. Especializou-se nessa arte nos anos seguintes. Namorou mulheres lindas, casou-se com as mais ricas. Elas pagavam as contas e garantiam o conforto de Doca.

Quarentão, o paulista de fina estampa exibia um físico invejável, que lhe facilitava o franco acesso às melhores festas e alcovas do eixo Rio–São Paulo. Em 1979, quem garantia a Doca boa mesa e ótima cama era a belíssima Ângela Diniz, a "Pantera de Minas". Exaurida por sucessivas manifestações de ciúme (e outros excessos) do parceiro genioso, cometeu o erro de pedir a Doca, num crepúsculo em Búzios, que juntasse os poucos pertences e se fosse. Ele pareceu concordar. Na esquina, parou o carro. Tinha uma idéia na cabeça e um revólver na bolsa. Voltou para a casa de Ângela e liquidou-a com quatro tiros.

Naquele Brasil, quem matava por amor não era um assassino como outro qualquer. Era "criminoso passional", e agira "em legítima defesa da honra". Legítima defesa da vida é figura jurídica adotada há séculos em centenas de países. Advogados espertos inventaram no Brasil a legítima defesa da honra. Nas décadas anteriores, o truque vinha garantindo a absolvição de dúzias de matadores. Em 1979, livrou Doca Street da cadeia.

No tribunal de Cabo Frio, poucos perceberam que acabara de consumar-se um histórico ponto de inflexão. Juiz, promotor, réu, advogados, jurados, platéia – ninguém pareceu compreender que Doca seria o último beneficiário da legítima defesa da honra. Sem aviso prévio, sem ruídos, o restante do Brasil decidira revogar na prática a aberração jamais codificada. Chegara-se a um ponto de inflexão.

No segundo julgamento, em 1981, os advogados de Doca voltaram a invocar o truque que transforma réu em vítima e vítima em vilã. Sentenciado a 15 anos de prisão, o assassino cumpriu a pena. Depois desapareceu no purgatório dos matadores. Nunca mais a defesa da honra livrou assassinos da cadeia.

Esses fascinantes pontos de inflexão sempre mudam um país para melhor. Ocorrem quando se configura o agudo descompasso entre o que acham os governantes e o que deseja a sociedade, entre o que imagina o Planalto e o que pensa a planície. Em 1981, "criminosos passionais" só continuavam a existir no mundo das togas e becas. Para os brasileiros honestos, todos os assassinos eram essencialmente homicidas, e portanto sujeitos às leis que regem crimes de morte.

No inverno de 2005, começou a desenhar-se outro ponto de inflexão especialmente relevante no país onde, como as vacinas, certas leis não pegam. Os brasileiros compreenderam que a roubalheira fora longe demais. Que ladrão é ladrão, use ou não terno e gravata. Que ninguém está acima da lei, mesmo se protegido por imunidades parlamentares. Compreenderam que lugar de corrupto é na cadeia.

Essa constatação surpreenderia em setembro de 2005 um homem que dificilmente se espanta com mudanças na paisagem brasileira. Carlos Augusto Montenegro, presidente do Ibope, já conduziu pesquisas demais para comover-se com números que indicam tendências ou fenômenos em gestação. Além disso, o comandante do Ibope acumulou por alguns anos outro cargo que obriga o ocupante ao permanente convívio com o inesperado, o imprevisto, mesmo o absurdo: ele foi presidente do Botafogo. E há coisas que só acontecem com o Botafogo. Ou no Botafogo.

Pois o tarimbado Montenegro se viu perplexo com descobertas pinçadas das pesquisas destinadas a radiografar os efeitos produzidos na cabeça dos brasileiros pela grande crise. Montenegro considerou espantosa a brusca mudança dos ventos: a terra do homem cordial cansou-se definitivamente da impunidade que, desde a primeira caravela, beneficia quem tem dinheiro, poder ou amigos influentes.

Brasileiros de todas as classes enfim enxergaram obviedades ignora-

das por séculos – e viram o tamanho do buraco. Sabem que governos não dão lucro: vivem do que arrecadam com tributos abusivos. É o povo quem paga todas as contas. Antes da crise, o Brasil se mostrava progressivamente indignado com a gula do mamute estatal. Escancarada a roubalheira, perdeu a paciência de vez. E decidiu que chegara a hora dos larápios de gravata.

No caso dos parlamentares patifes, os entrevistados deixaram claro que era indispensável cassar-lhes o mandato. Mas isso seria apenas um bom começo. Exigiram que a Justiça enquadresse sem demora os delinqüentes agora desprovidos de imunidades, prendesse os comprovadamente culpados e tratasse de recuperar os bilhões roubados. Ou parte da fortuna.

A gente comum aprendeu que sobrevive numa nação injusta, cruel, envilecida – mas hoje distante de golpes militares ou quarteladas, além de crescentemente avessa a aventuras propostas por homens providenciais ou emissários do destino. Collor foi o penúltimo beneficiário da crença no salvador da pátria. Lula será o último.

Se o castigo imposto aos pecadores estacar na perda do mandato e na suspensão dos direitos políticos, o Congresso conhecerá as dimensões da fúria popular nas urnas de 2006: centenas de parlamentares serão aposentados pelo voto. Se as investigações confiadas a outras instituições e organismos não avançarem com a devida audácia, a retaliação do eleitorado terá em Lula o alvo preferencial.

No começo de junho, o deputado Roberto Jefferson jurou ter contado ao presidente a história do "mensalão". Segundo Jefferson, um Lula prostrado agradeceu com lágrimas no rosto. Passados seis meses, o homem que um dia foi a mais perfeita tradução da esperança não tocara no assunto. Deve imaginar que o povo iria esquecer o episódio.

O Ibope informa: não irá.

O último duelo

Se a novela do mensalão fosse uma obra de ficção escrita e dirigida por profissionais da TV, a grande atração do elenco sobreviveria por muitos capítulos, com aparições freqüentes e demoradas nas CPIs ou no Conselho de Ética. Mas a peça encenada no Congresso é fruto da realidade, transmitida em tempo real, sem diretores ou roteiristas e sujeita aos humores do elenco. Foi por isso que o ator Roberto Jefferson saiu de cena tão cedo. Quando protagonista, os demais atores pareciam ter sumido do estúdio. Nos capítulos em que era outro o pivô da história, Jefferson roubava as cenas decisivas e introduzia falas ausentes do roteiro original.

Em 2 de agosto, quando José Dirceu finalmente compareceu ao Conselho de Ética, Jefferson havia transformado a sala em ringue. Ali se travaria a luta do ano, envolvendo o combatente devolvido à planície e o guerrilheiro solitário. O confronto não foi tão sangrento quanto desejavam milhões de telespectadores ansiosos por emoções mais fortes. Mas ambos lutaram com determinação e competência. Faltou o nocaute.

Dirceu, diferentemente da maioria dos deputados, não se atemorizou com os ataques do antagonista. Jefferson, ao contrário de tantos parlamentares, não exibiu quaisquer sinais do temor reverencial inspirado pelo ex-ministro. A certa altura, em tom irônico, declarou-se amedrontado. "Confesso que tenho medo de Vossa Excelência", disse Jefferson. "Tenho medo porque o senhor provoca meus instintos mais primitivos."

Dirceu revidou a todos os golpes. Ou quase: ficou ligeiramente grogue quando Jefferson o surpreendeu com o soco no fígado guardado para aquela tarde: acusou o adversário de ter articulado a ida a Lisboa de emissários do PT e do PTB, para negociarem um acerto financeiro entre os dois partidos, com as bênçãos da Portugal Telecom. As negativas de Dirceu tropeçaram na habitual profusão de detalhes oferecidos por Jefferson.

No dia seguinte, ficaria provado que Marcos Valério e Émerson Palmieri, tesoureiro do PTB, haviam viajado para um encontro com exe-

cutivos do Banco Espírito Santo, um dos principais acionistas da empresa telefônica. Também se constatou que, 13 dias antes dessa viagem, Dirceu recebera no Planalto o empresário português Ricardo Espírito Santo, da família que controla o banco. O financista fora à Casa Civil escoltado por Marcos Valério. Jefferson ganhara mais uma batalha. Mas a guerra desde sempre perdida se aproximava do fim. O duelo com Dirceu seria a última performance acompanhada por milhões de brasileiros.

Ele entrara no enredo como chefe da quadrilha que saqueava os Correios. Subvertera a trama, trocara os papéis e passara de vilão a xerife da terra sem lei. Condenado à cassação já na primeira cena, prolongara por semanas os 15 minutos de fama estipulados por Andy Wharol. A festa começaria a agonizar na Faculdade de Direito da USP, a velha academia no largo de São Francisco. O erro de Jefferson fora topar um duelo entre iguais.

A platéia de estudantes seria tão surpreendente e atrevida quanto o astro convidado. Ele gostou do coro inicial: ''Fora Lula!'' Espantou-se com o seguinte, endereçado a ele próprio: ''Picareta! Picareta!'' Um bombardeio de laranjas encerrou o duelo. E empurrou o vencido para o desvio que leva ao nada.

A cassação se consumaria em 24 de setembro de 2005. Durante quase três meses, sobrevivera à guerra desigual. Quando o videobandido estrelado por Maurício Marinho foi exibido ao público, percebeu que não teria salvação. Estava certo: em 29 de agosto, o relatório da auditoria interna realizada nos Correios apontaria 525 irregularidades ocorridas nos 40 departamentos da empresa, "todas graves, a maioria de alto risco para os cofres públicos". Os contratos sob suspeita somavam R$ 7 bilhões. Jefferson, decididamente, cometeu pecados mortais. E muitos crimes.

A antevisão da morte política o induziu a contar o que sabia. Perderia o mandato, mas partiria do Congresso acompanhado a contragosto por muitos colegas. No dia da cassação de Jefferson, alguns parlamentares já haviam renunciado, outros aguardavam na ala dos condenados. Paradoxalmente, as denúncias do deputado fluminense, metido até o pescoço em falcatruas, levaram ao desbaratamento da grande quadrilha. Sem a ofensiva suicida, o Brasil continuaria exposto ao maior assalto já planejado por ladrões federais.

Pastoral parlamentar

O duelo entre os deputados José Dirceu e Roberto Jefferson no Conselho de Ética da Câmara dividiria as atenções da platéia com a aparição de um genuíno filhote do pântano: a primeira lista de sacadores de dinheiro de contas bancárias das agências SMP&B e DNA, siglas que identificavam os principais afluentes do "valerioduto". Lotes revelados mais tarde trariam nomes especialmente interessantes. Mas a primeira relação já conseguiria o merecido sucesso. Incluía o deputado cearense José Guimarães, aquele irmão de José Genoino cujo assessor transportava dólares na cueca. O destino havia juntado no balaio valeriano, num mesmo 2 de agosto, Dirceu, Jefferson, um banqueiro português, o tesoureiro do PTB, José Genoino, o irmão Guimarães e o trapalhão da cueca. Além do próprio Valério. Só no Brasil.

Só no Brasil a instância máxima do Judiciário ousaria presentear figuras na mira das CPIs com o guarda-chuva do *habeas corpus* preventivo, instrumento jurídico que autoriza um suspeito a mentir deslavadamente à sombra da Constituição. "Decisão do Supremo se cumpre, não se discute", diz a frase que, popularizada pelo doutor Ulysses Guimarães, virou mandamento no Congresso. Decisões emanadas do Supremo Tribunal Federal devem ser cumpridas, certo – até porque não existe no Judiciário nenhuma instância superior à espera de recursos. Mas podem e devem ser discutidas.

Ministros do STF não têm linha direta com Deus, nem chances de canonização. A toga não transforma nenhum jurista na versão tropical de Júlio César. A frase até fez algum sentido enquanto dois critérios básicos orientaram efetivamente o preenchimento de vagas: notório saber e reputação ilibada. Hoje, esses quesitos (quando levados em conta) têm peso bem menor que o terceiro: mesmo o melhor dos juristas só se torna ministro do Supremo se o presidente da República quiser.

Ministros têm errado com freqüência, deliberadamente ou não. Os equívocos costumam amparar-se em normas legais que o tempo e as cir-

cunstâncias tornaram ilegítimas. Foi um erro libertar o banqueiro-bandido Salvatore Cacciolla, que ainda na calçada da cadeia começou a tramar a fuga para a Itália. É mais que um erro a concessão de *habeas corpus* preventivo a intimados por CPIs: é uma bofetada no Congresso e no Brasil.

A Constituição concede ao acusado o direito de silenciar para não se incriminar? A sensatez, mãe de todas as regras constitucionais, convida os ministros a lembrar que lhes cumpre, acima de tudo, garantir a prevalência da verdade sobre a mentira, da decência sobre o crime. Blindados pelo *habeas corpus* preventivo, rematados patifes como Marcos Valério, Delúbio Soares e Sílvio Pereira zombaram da CPI dos Correios.

Confrontados com perguntas perigosas, mentiram descaradamente ou invocaram o direito ao silêncio. Em poucas horas, um himalaia de provas e evidências soterraria o trio de gatunos. E faria mais estragos na imagem do Supremo Tribunal Federal. Graças à indulgência dos ministros, os delinqüentes puderam sonegar aos parlamentares informações transmitidas por eles próprios a policiais federais ou ao corregedor-geral da República.

Nem assim o STF aprenderia. No decorrer da crise, o presidente do Supremo, Nelson Jobim, trataria de criar a Pastoral Parlamentar, concebida para socorrer deputados ou senadores em apuros. Jobim interromperia pessoalmente, com a concessão de uma liminar noturna, a marcha de petistas pecadores rumo ao cadafalso. "Para permitir-lhes o exercício do direito de ampla defesa", alegaria o ministro. Não conseguiu impedir que o deputado José Dirceu fosse julgado pelo Poder Legislativo. Mas continuaria tentando absolver o ex-chefe da Casa Civil. No fim de outubro, com a ajuda de companheiros como Eros Grau, ele esbanjava bravura no esforço para intrometer-se em assuntos que não se incluem na esfera do STF.

Nelson Jobim pretende retomar a carreira política em 2006. A campanha começou faz tempo.

Fiascos pedagógicos

A transmissão direta do novelão que tinha em Brasília seu núcleo principal faria muito brasileiro inventar doenças para livrar-se do expediente vespertino e grudar os olhos na TV. Nos primeiros capítulos, o país parava para contemplar o desempenho dos artistas. Salvaram-se poucos. A ala dos bandidos, mesmo liberada para mentir pelo STF, foi um fiasco. Marcos Valério, Delúbio Soares e Sílvio Pereira nem sequer aprenderam o truque de chorar baixinho por cinco segundos para comover inquisidores inclementes.

Os mocinhos tampouco brilharam. Na CPI dos Correios, salvaram-se dos excessos exibicionistas os deputados Eduardo Paes (PSDB-RJ), Denise Frossard (PPS-RJ), Gustavo Fruet (PSDB-PR) e José Eduardo Cardozo (PT-SP). Brilhou o senador Pedro Simon (PMDB-RS), um grande solista barrado no baile por excesso de honradez. Numa sessão, Simon esperou oito horas na fila para chegar ao microfone. Encerrada a discurseira dos titulares, dos suplentes e dos titulares reincidentes, os parlamentares comuns puderam falar. Simon falou pela nação: "Você pensa que está lidando com um bando de palhaços?", perguntou com severidade. Marcos Valério calou-se.

Nas horas anteriores, com cara de maior abandonado, simulando o constrangimento do monogâmico que prevaricou pela primeira vez, Marcos Valério incursionou por invencionices tão bisonhas que acabaria por inocular na alma de quem tem mais de 20 neurônios o vírus da dúvida: como pode alguém tão medíocre movimentar tantos milhões, fazer tantos amigos providenciais, influenciar tantos poderosos, subornar tantos figurões da República? Os depoimentos de Delúbio e Silvinho confirmariam que a mente criminosa pode perfeitamente prescindir do brilho intelectual, ou mesmo de conhecimentos elementares.

Delúbio não diz "ele negocia". Diz "negoceia". Silvinho barganha até consoantes. Segundo a versão que apresentou, nunca apresentou "preitos" para favorecer amigos. Talvez tivesse apresentado pleitos, se soubesse

pronunciar a palavra. Nem costumava freqüentar o "Pranalto". Se conseguisse dizer Planalto, talvez confessasse que vivia por lá. Como ainda aguardava a vez na longa fila dos depoentes, o banqueiro Daniel Dantas não "interviu" para corrigi-los. No dia em que Dantas depôs, ninguém interveio para observar que é possível enriquecer sem que a inteligência intervenha. Inquisidores ou depoentes, quase todos espancaram o idioma sem piedade.

O espetáculo do Congresso em movimento foi, de qualquer forma, bastante pedagógico. Os brasileiros aprenderam que a semana parlamentar tem apenas três dias, mesmo que alguma CPI esteja a um passo da grande descoberta. Talvez por isso as coisas não andem com a rapidez desejável. Em 4 de agosto, quando a CPI do Mensalão foi instalada, até o gramado do Congresso decorara a escalação do time dos mensaleiros. Enquanto senadores e deputados perdem tempo com bijuterias, avançam em alta velocidade o Ministério Público, a Polícia Federal e a imprensa. Enquanto parlamentares caçam trombadinhas, os ladrões do trem pagador contam dinheiro na locomotiva e jogam na caldeira documentos comprometedores.

O maior serviço prestado à nação por qualquer CPI é a montanha de provas que acabam pousando nas salas do Congresso. Os pais da pátria não têm paciência para examiná-las. Não gostam de perder tempo com papeladas, numa extenuante trabalheira que a TV nem transmite. Sensatamente, contrataram empresas especializadas no exame de contas bancárias ou telefônicas e em declarações de renda. Os técnicos saberão cruzar dados que desenham caminhos cujo ponto final se situa muito além da fronteira do caixa 2.

Multidões de brasileiros também aprenderam que Vossa Excelência é tratamento reservado a parlamentares: um depoente não passa de Vossa Senhoria. Que também soa bonito. Principalmente aos ouvidos de um doleiro que teve interrompida a temporada de 25 anos na cadeia para falar ao Brasil.

De "Vossa Senhoria" seria chamada Jeanny Mary Corner se um amplo e ágil acerto suprapartidário não tivesse censurado previamente o capítulo

mais apimentado do novelão. Desde 1990, essa cearense com nome de texana prospera em Brasília exercendo o ofício de cafetina. A CPI dos Correios, ao examinar a monumental movimentação bancária de Marcos Valério, descobrira em julho que Jeanny Mary recebera vários cheques do incontrolável mineiro.

Uma ligeira visita às contas telefônicas de Marcos Valério e suas empresas, somada a meia dúzia de ligações para hotéis de Brasília, confirmou a suspeita: além de presentes, propinas, porcentagens e mensalões, o empresário também fornecia mulheres a parceiros de negócios, parlamentares e figurões da República. O dono do valerioduto patrocinava festinhas ornamentadas pelo *cast* a serviço de Jeanny Mary. Tudo pago com o que Delúbio Soares qualificara, logo no início do desfile de maracutaias, de "recursos não contabilizados".

Um eufemismo a mais ou a menos não faria diferença. A empresária da madrugada não admite ser reduzida a cafetina. "Sou recrutadora de mão-de-obra para eventos sociais", explicou. A redefinição amável não impediria que uma epidemia de pânico se alastrasse na CPI quando um senador desavisado propôs a convocação de Jeanny Mary. Teipes, tudo bem. Mentiras também. Mas sexo – e sexo grupal – seria demais.

Arroz com Lexotan

Quem só o viu na TV, arrastando a voz em depoimentos exasperantes, pode ter imaginado que o prato predileto de Delúbio Soares é arroz, feijão e Lexotan. Engano, informam amigos do tesoureiro que levaria o PT a arriar a bandeira da ética na política. Goiano de Buriti Alegre, 50 anos, ele prefere comida regional. Antes dos interrogatórios nas comissões do Congresso, alguns tranqüilizantes ajudavam a camuflar sinais de nervosismo. Mas o modo de falar sempre foi aquele. Mesmo em diálogos matutinos, Delúbio conversa no compasso manso de quem já encerrou o expediente.

Senadores e deputados ficavam irritados com o meio sorriso de Delúbio, situado na divisa que separa o desdém do deboche. Mas esse é o jeito de sorrir que tem. Sorria assim nas CPIs. Assim sorriria na festa de aniversário em outubro. Celebrou a data na fazenda comprada para o pai. Dias mais tarde, seria expulso do PT. Mas parecia feliz com a retomada de hábitos antigos. Trocara os ternos por bermudas e camisões. Sumiram os charutos cubanos, voltaram os cigarros de palha. Entrou em recesso o novo rico deslumbrado com os encantos e requintes do poder. Jatinhos, principalmente.

Nos piores momentos da crise, ele permaneceu agarrado ao argumento que o ministro Márcio Thomaz Bastos esculpira: nada mais fizera além de providenciar "recursos não contabilizados" para o financiamento de campanhas do partido. E cuidara do caixa 2 sem envolver nenhum companheiro. A profícua parceria com Marcos Valério era suficiente. Transformado em bode expiatório pela nova direção do partido, refugiou-se no laconismo. Expulso, manteve o silêncio. Caso resolvesse falar a verdade, Delúbio elevaria fogueira a altitudes siderais.

Ele sabe muito, mas é improvável que conte o que fez e o que viu. Se o fizer, não escapará da cadeia. Em matéria de delinqüências financeiras pela causa, trata-se de um veterano. Começou a especializar-se no ramo em 1994, quando Lula o escolheu para representar a CUT no Fundo de Assistência ao Trabalhador, o bilionário FAT. A campanha do candida-

to não teria os contornos hollywoodianos da que tornou Lula presidente da República. Mas Delúbio pôde exibir a eficácia do método. Faz bonito fazendo coisas feias. Foi assim em 1994, como contaria mais tarde o sociólogo e professor universitário César Queiroz Benjamin.

César foi prematuramente apresentado aos horrores da ditadura militar. Aos 15 anos, engajado num grupo de extrema-esquerda que sonhava derrubar o governo dos generais com ações armadas, já se envolvera em barulhos só experimentados por veteranos guerrilheiros. Tais proezas o haviam transformado num dos alvos preferenciais da polícia política, que o considerava "um elemento de alta periculosidade".

No soturno começo dos anos 70, foi preso. Manter no cativeiro um quase menino era uma decisão audaciosa, mesmo depois de virtualmente revogados todos os códigos legais. O poder emanava dos quartéis e em seu nome era exercido. O general-presidente Emilio Garrastazu Médici ignorou os protestos dos poucos democratas suficientemente corajosos para criticar fosse o que fosse. Além da temporada na cadeia, César sofreu torturas reservadas a prisioneiros adultos.

Forçado a exilar-se, voltou ao Brasil nas asas da anistia decretada em 1979. Não renunciara ao sonho. Continuava disposto a lutar contra a injustiça social, combater as deformações decorrentes do capitalismo selvagem. Queria eliminar os abismos que demarcam as fronteiras entre os dois Brasis. Pretendia enfrentar o conservadorismo primata. Rendido à evidência de que o caminho para o poder – e para a mudança – passa necessariamente pelo voto popular, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores.

Em 1989, com a energia de sempre, incorporou-se ao grupo que coordenou a primeira tentativa de conduzir à Presidência da República o ex-operário metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva. A derrota não cancelou a esperança: quatro anos depois, lá estava César entre os coordenadores da candidatura de Lula. Seria a segunda e a última campanha de César ao lado dos companheiros do PT. Ele deixaria o partido não por falta de entusiasmo, mas por excesso de informações desoladoras.

Em outubro de 2005, com o didatismo do professor, a clareza analítica do sociólogo e o olhar do combatente decepcionado com a deserção

dos generais, César descreveu as origens da grande crise que desde maio inquieta o país. As memórias do convidado transformaram o programa *Canal Livre*, transmitido pela TV Bandeirantes nas noites de domingo, numa aula de história contemporânea.

César contou que em 1993 o grupo Articulação, liderado por Lula e administrado por José Dirceu, começou a planejar a recuperação do comando do PT, perdido nas eleições promovidas meses antes. A divindade decidiu que seu maior profeta seria o candidato à presidência do partido em 1995. A primeira fase do projeto, que contemplava movimentos estratégicos, deveria começar de imediato.

Lula cuidou pessoalmente de uma prioridade na área financeira: a indicação do nome do representante da Central Única dos Trabalhadores, a CUT, para o Conselho do Fundo de Assistência ao Trabalhador. O escolhido de Lula foi um desconhecido professor de Goiás, que dava aulas de aritmética a alunos do curso primário e vivia metido em greves. Seu nome: Delúbio Soares.

No momento, o FAT movimenta R$ 30 bilhões, extraídos do FGTS. Teoricamente, o governo controla o Conselho, do qual participam representantes das centrais sindicais. A mais poderosa é a CUT, lucrativa extensão do PT. Cumpre ao Conselho do FAT administrar o tesouro e procurar ampliá-lo.

Os conselheiros decidem onde, quando e como investir a dinheirama. Foi lá que Delúbio pôde mostrar seus dotes de fabricante de dinheiro, articulando manobras freqüentemente sombrias, mas sempre relatadas aos chefes. Na campanha de 1994, César Benjamin constatou que o grosso do dinheiro usado pelo PT vinha do FAT. Era fruto de ações criminosas.

Estupefato, solicitou uma reunião com Lula, Dirceu e outros mandarins do partido. Aquilo era um escândalo, avisou. Perplexo, ouviu de Lula e Dirceu o pedido: "em nome do partido", deveria esquecer o que descobrira. César não atendeu ao apelo. Tentou debater o caso até entender que chegara a hora de deixar o PT.

Já de partida, deu o recado derradeiro a Lula, Dirceu e outros companheiros presentes a um encontro do grupo Articulação: "Isso aí é o ovo da serpente".

Era.

Tucanos no pântano

Nos primeiros capítulos da trama, o PSDB viveria com gosto e aplicação o papel que lhe fora assegurado pela ausência de tucanos no pântano: era o mocinho da história. Implacável com bandidagens, nem por isso deixaria de lado os superiores interesses da nação. "Lula não é Collor", avisara nas cenas de abertura o governador mineiro Aécio Neves. Tradução: o partido nem pensava no *impeachment* do presidente. Heróis não são irresponsáveis, o PSDB não iria sucumbir à molecagem de arremessar o chefe de governo ao Pântano do Planalto – a menos que explodissem novidades espetaculares.

Esse era o discurso para consumo público. Em conversas reservadas, erguiam brindes ao quadro redesenhado pelo escândalo e vislumbravam a revanche nas urnas de 2006. Em meio a alevinos trazidos dos criadouros do PP, do PL e do PTB, estavam atolados no lodo delúbios, silvinhos, joões paulos, valérios, josés mentores e outros peixes graúdos incorporados ao cardume por um vistoso dirceu. Melhor seria arrastar até outubro do ano seguinte um presidente salpicado de lama, forçá-lo a disputar a reeleição e destroçá-lo com o voto popular.

O mocinho acabaria tendo de devolver o *script* em 26 de julho, quando o jornal *O Globo* divulgou documentos recolhidos nos domínios valerianos. O plano, que parecia uma obra-prima de engenharia política, não incluíra a possibilidade do surgimento, na margem mineira do pântano, de um grão-tucano com manchas escuras datadas de 1998. Era Eduardo Azeredo, senador e presidente do PSDB. Sete anos antes, o então governador de Minas tentara reeleger-se. Aproximara-se perigosamente do duto de dinheiro sujo construído por Marcos Valério para financiar sua campanha e a de 70 concorrentes à Câmara dos Deputados. Ficaram as manchas que haviam surgido no momento em que a agência de publicidade DNA, um dos braços mais musculosos do homem da mala, conseguiu um empréstimo de R$ 11,7 milhões no – é claro – Banco Rural. Como garantia, a DNA

oferecera contratos de publicidade com secretarias estaduais. Nem todos os mineiros são prudentes. Aqueles desandaram no otimismo e apostaram alto na reeleição de Azeredo. Deram-se mal.

Vencido em 1998, Azeredo seria eleito senador em 2003 e, pouco depois, presidente do PSDB. O PT afinal tropeçara numa boa notícia: um tucano daquele porte valia muito mais, como moeda de troca, que uma dúzia de joões paulos cunhas. Com lodo pelas canelas, Azeredo subiria à tribuna, dias depois, para explicar o caso. Ao descer, o mais tristonho dos petistas voltara a sorrir.

Com voz embargada, fizera um discurso pífio. "Sempre segui os valores que meus pais me ensinaram", informara. Lula diz algo parecido a cada meia hora. "Não assinei nenhum papel comprometedor", insistira. Até o final de outubro, não haviam aparecido documentos comprometedores enfeitados pela assinatura de José Dirceu. "Os autores das acusações querem me dar o abraço do afogado", protestara. Esse tipo de abraço só alcança quem está perto demais de quem afunda.

Azeredo renunciaria à presidência do partido só na última semana de outubro, a poucos dias do encerramento do mandato. Deixara o cargo, explicou, para que o episódio de 1998 não envolvesse o partido. Já envolvera. E provocaria danos notáveis na plumagem do PSDB, que nunca soube tratar bandalheiras internas com a sóbria agressividade exibida nos últimos meses nas CPIs. Bastaria ter tratado Azeredo com o rigor reservado aos réus de outros partidos.

Se os grão-tucanos tivessem exigido a pronta apuração do caso, e investigado com coragem os laços existentes entre Azeredo e Marcos Valério, poderiam pedir de volta o papel de mocinho. Em vez disso, tentaram içar a ave de estimação do pântano em que voluntariamente mergulhara. A queda de Azeredo só ocorreria depois da aparição de um cheque nominal de R$ 700 mil que Marcos Valério lhe passara após a eleição. Fortemente desvalorizado, o ex-presidente já não podia ter a salvação barganhada.

Dias antes, chefes do PSDB haviam proposto a Altos Companheiros um acordo abjeto: se Azeredo fosse varrido para baixo do tapete, os tuca-

nos esqueceriam a idéia de juntar à fila dos depoentes, Fábio Luiz Lula da Silva, o Primeiro Filho, e Paulo Okamotto, o amigo de Lula que jurava ter quitado um estranho empréstimo concedido ao presidente pelo PT. Com Azeredo afundado no lamaçal, os tucanos procuravam no fim de outubro retomar os dois casos. Perderam o bonde. A CPI dos Bingos já intimara Okamotto e começara a planejar a convocação de Lulinha.

O PFL, parceiro histórico do PSDB, até que foi bem enquanto encarnou o papel de ajudante do xerife. Tinha agido com dureza quando João Batista Ramos da Silva, bispo da Igreja Universal e deputado pelo PFL paulista, foi pilhado num jatinho com uma penca de malas premiadas: o pregador acabou expulso antes de poder jurar aos colegas que os R$ 10 milhões em cédulas haviam sido enfiados por fiéis nas sacolinhas de muitos templos. O partido seria bem mais brando com o mineiro Roberto Brant, atingido pelo mesmo duto que manchara Azeredo. Hospedado no corredor dos cassáveis, Brant nem mereceu censuras públicas. O PFL apenas fingiu não ter representantes na fila da guilhotina.

Inesperadamente, o PSDB e o PFL seriam socorridos pelo sempre desastrado Valdemar Costa Neto, ex-deputado e presidente do PFL. Em 27 de outubro, ele reafirmou na CPI do Mensalão que o valerioduto havia irrigado a campanha de Lula. Tucanos e pefelistas prometeram publicamente tentar o *impeachment* do presidente, pelo uso do caixa 2. O mesmo crime de Azeredo.

Okamotto e Lulinha poderiam esperar um pouco mais.

Gente que faz

Até assumir o posto de Primeiro Filho, Fábio Luiz Lula da Silva, o "Lulinha", era mais um entre milhões de jovens brasileiros atormentados pela escassez de empregos e por incertezas financeiras. Formado em biologia, atravessara 2002 sem emprego fixo. Sobrevivera como monitor do Jardim Zoológico de São Paulo e, depois, com o arrecadado em aulas particulares de inglês e informática.

A vida começou a melhorar quando encontrou o atalho indicado por Daniel Dantas, um craque em matéria de fazer amigos, influenciar pessoas e ganhar fortunas – e, simultaneamente, especialista em conseguir inimigos, exasperar pessoas e perder dinheiro. A rota aberta por Dantas levaria ao encontro da Telemar o Lulinha aprendiz de empresário.

Associado a dois filhos de Jacó Bittar, ex-prefeito de Campinas e amigo de Lula, o jovem Lulinha criara em 2002 a agência de publicidade G-4. Em outubro de 2004, a fusão com a Espaço Digital induziria ao nascimento de uma *holding*, a BR-4. Passados dois meses, a mão caridosa do destino bateria à sua porta: a empresa telefônica Telemar, concessionária do governo, resolveu propor aos jovens sócios um contrato que elevaria o capital da BR-4. Não era pouco. E era só o começo. O casamento com a Telemar geraria a Gamecorp, destinada a conceber jogos para a internet. E depositaria na conta da recém-nascida R$ 5 milhões. O capital da Gamecorp era de R$ 10 mil.

Hoje com 28 anos, sócio de três empresas, o Primeiro Filho se transformou no feliz proprietário de ações que somam R$ 625 mil. Mais que o patrimônio do pai (R$ 422 mil declarados). Lula achou tudo normal. Ao longo da crise, perdia o humor quando confrontado com perguntas sobre a meteórica ascensão do primogênito. Ninguém tinha nada a ver com os negócios particulares do filho, replicava. A privacidade da família do presidente também merecia respeito. Lula poderia simplesmente alegar que, na pátria da gente que faz, Lulinha fez.

Certamente não fora ele o inspirador da "Parábola do pai e seu filho pedinte", entoada pelo presidente em 9 a cada 10 improvisos para explicar ao povo como trata ministros à caça de verbas: "A gente precisa fazer como um pai faz com o filho que pede dinheiro. Se tiver, a gente dá. Se não tiver, a gente diz: 'Meu filho, desta vez teu pai não tem. Mas quando tiver eu te aviso'. O menino sempre compreende. Um ministro também tem de compreender".

Lulinha não precisara ter esse tipo de conversa com o pai. Conseguira o necessário com uma empresa. A Telemar é mais generosa que mãe. Quando convém.

É provável que o presidente nunca tenha conversado longamente com o filho sobre o assunto. Lula foi sempre avesso a ouvir tanto más notícias quanto notícias tão extraordinariamente boas que até parecem mentira. Ele só gosta de notícia boa e fácil de entender. Se complicada, melhor nem contar como a coisa foi feita. Basta-lhe saber que foi.

Íntimo de Lula, Paulo Okamotto conhece há muito tempo esse traço de temperamento. Foi por isso, explicou em agosto, que resolvera não aperrear o amigo com a narrativa da solução de uma pendência financeira que se arrastava desde 2002. Naquele ano, o então presidente de honra do PT solicitou ao partido um empréstimo que, até agosto de 2005, aparentemente continuava na gaveta dos assuntos a tratar.

Em agosto, a ressurreição da história na CPI dos Correios teria desdobramentos intrigantes. Lula mandou avisar que nunca devera nenhum dinheiro ao PT. Portanto, nunca houvera o que pagar. Ocorre que a dívida fora quitada em 2003. Quem estendera a mão amiga? Teria sido mais uma de Marcos Valério? A última do Delúbio?

Depois de alguns dias de mistério, Paulo Okamotto se apresentou ao país como o pagador da dívida de R$ 29.436. Liquidara o débito com dinheiro do próprio bolso, garantiu. Não apresentou comprovantes. Não se lembrava sequer do local do pagamento. (Mais tarde cessaria o espasmo de amnésia: fizera o bem num guichê do Banco do Brasil). Como prova do que dissera, oferecia a própria palavra. Assim agira impelido pelo sentimento da gratidão.

Paulista de Mauá, ex-metalúrgico, ex-tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e ex-presidente do PT paulista, Okamotto devia a Lula o desembarque na presidência da Sebrae. A entidade representa 15 milhões de microempresários, emprega 4.500 funcionários e movimenta um orçamento anual de R$ 900 milhões. Nada mau para o neto de imigrantes japoneses que se considera "um *expert* em economia formado pela universidade da vida". Nada mais natural que socorresse o Grande Companheiro na hora da aflição.

A versão de Okamotto tropeçaria em documentos e extratos do Banco do Brasil segundo os quais a dívida fora quitada por alguém chamado Luiz Inácio Lula da Silva. Convocado pela CPI dos Bingos, Okamotto tentaria decifrar esse e outros enigmas. Como pode um brasileiro da classe média, conforme se define, desembolsar quase R$ 30 mil com a desenvoltura de ricaço perdulário? Por que a doação de Okamotto a Lula não aparecera nas declarações de renda dos dois amigos?

Sem CPIs a turvar-lhe o horizonte, o presidente se limitaria a mandar, por assessores, outro recado: "O problema é do PT. Se eu era presidente de honra, o partido é que tinha de pagar despesas de viagem". A frase, com ligeiros retoques, seria repetida no começo de setembro, quando foi surpreendido na Guatemala por uma reportagem do *Estadão*. O jornal informava, apoiado em documentos indesmentíveis, que em dezembro de 2002 o PT havia usado dinheiro do Fundo Partidário para emitir passagens aéreas em nome do presidente eleito, parentes e agregados.

"Eu estranharia se o PSDB ou o PFL tivessem pago", replicaria o entrevistado. "O PT tinha mais era obrigação de pagar a minha passagem." A dele e as dos outros. Ocorre que os recursos saíram da conta bancária reservada a movimentações do Fundo Partidário. Essas verbas se destinam exclusivamente à manutenção da sede e dos serviços dos partidos. Viagens aéreas, não. "Isso é problema do PT", encerrou.

Se estivesse por perto, o ministro Márcio Thomaz Bastos decerto teria sugerido respostas mais decorosas.

A ascensão do advogado

O ministro da Justiça seria incorporado no prólogo da crise ao Conselho do Planalto, denominação mais adequada ao antigo e aguerrido "núcleo duro" do governo. O presidente não recrutara o ministro pouco brilhante, mas o talentoso criminalista Márcio Thomaz Bastos, nascido em 1935 na cidade paulista de Cruzeiro. O ministro não havia inaugurado nenhum dos presídios prometidos em 2003, não formulara uma política de segurança capaz de reduzir a insônia de milhões de brasileiros, não neutralizara o avanço do crime organizado, nem contivera a expansão do narcotráfico. Mas o advogado fora sempre um craque dos tribunais.

Como advogado de defesa ou assistente da acusação, fez bonito em mais de 700 causas, as boas e as más. Ajudou a condenar os assassinos do seringalista Chico Mendes. Livrou da cadeia o sindicalista Lula (e também o suspeito do afogamento de um calouro no trote da Faculdade de Medicina da USP). Era o homem certo para montar a linha de defesa dos companheiros acusados. O governo estava lidando com uma crise política que em tudo lembrava um bom caso de polícia.

Márcio seria o pai da idéia providencial: admitir a prática de "crimes eleitorais" e negar qualquer participação em outras bandalheiras federais. Alguns petistas contestaram a sugestão: a escolha reduziria a farrapos a bandeira da "ética na política", hasteada pelo partido em 1980. Melhor perder a bandeira que o mandato e, talvez, a liberdade, ponderou Márcio. A fórmula também ajudaria a manter o presidente distante do olho do furacão.

O doutor sabia que crimes eleitorais, quase sempre vinculados ao uso do caixa 2, são essencialmente crimes. "Caixa dois é coisa de bandido", diria em meados de outubro. Descontado esse acesso de sinceridade, ele se manteria fiel ao roteiro. "Infelizmente, o uso do caixa dois em campanhas eleitorais é rotineiro", repetia todo o tempo. Imediatamente assimilado pelo presidente, o bordão do pântano acabou encampado

por todos os companheiros, com ou sem culpa no cartório. Tornou-se o grande mantra do PT.

Qualquer advogado estagiário sabe que o uso do caixa 2, ou "recursos não contabilizados", pode resultar em punições severas, entre as quais a perda do mandato e dos direitos políticos. Mas tanto petistas sérios, como o senador Eduardo Suplicy, quanto um Professor Luizinho, deputado paulista orçado em R$ 20 mil no armazém de Marcos Valério, passariam a referir-se a tal crime como se fosse um pecado venial de coroinha. E tanto repetiram o mantra que acabaram nele acreditando. Abstraído o caixa 2, o PT nada fez de errado. Ninguém cometeu pecados mortais.

Petistas com cérebro sabem que a coisa foi muito além: por muito tempo, o partido abrigou um bando da pesada. Para reforçar o discurso de defesa, Márcio introduziria outra falácia. A roubalheira não aumentara. A polícia é que se tornara muito mais eficaz. Nem poderia ser diferente na gestão do presidente autoproclamado campeão nacional de honestidade. A inversão fantasiosa não resistiria aos fatos. Tornara-se evidente que nunca houvera tantos ladrões federais em ação. E a polícia não melhorou tanto assim.

Em 29 meses de governo, insistiria o doutor, a Polícia Federal promovera 74 operações para caçar corruptos. O conjunto de investigações permitiu a identificação ou captura de 1.442 acusados. Além disso, a Controladoria Geral da União consumara 5.844 auditorias e havia devassado as contas de 681 municípios. Márcio nunca informava quantos delinqüentes estavam presos. Nem por que a detenção de bandidos de boa linhagem durava menos que encontro em motel. Muito menos por que os raros condenados ficam presos no recesso do lar, como o juiz-ladrão Nicolau dos Santos Neto.

"Nunca se combateu com tanta força e eficácia a corrupção no Brasil", gabava-se o ministro do governo que, na pronúncia de José Dirceu, *"não róba nem deixa robar"*. Com truques retóricos e o balaio de estatísticas, Márcio imaginava que a imagem do governo ficaria melhor. E que a nação acabaria acreditando que CPIs são desnecessárias. Bastam o Ministério Público e a Polícia Federal.

"Pior que a corrupção é a corrupção impune", reconheceria durante a crise o ministro da Justiça. Sempre haverá roubalheira enquanto houver impunidade. O Brasil vai constatando que ainda não aprendeu a prender ladrões com amigos influentes. Muito menos a mantê-los engaiolados. Os desdobramentos do escândalo do mensalão confirmariam tais obviedades.

No pior dos invernos, Márcio servira a Lula com muita determinação. Enquanto grupos de policiais federais se juntavam ao esforço para devassar os segredos da quadrilha de terno e gravata, sempre sobravam delegados para as feéricas operações dispersivas. Centenas de agentes da PF invadiam a Daslu e ocupavam a trincheira da elite golpista. Flávio Maluf, filho daquele, era algemado diante da câmera de TV.

Na mais recente operação de grande porte, a PF desbarataria em setembro uma quadrilha de narcotraficantes administrada por milionários cariocas. O ministro e o governo ainda comemoravam a façanha quando a própria polícia pareceu ter resolvido atrapalhar a vida do doutor. Agentes da Polícia Federal tungaram cédulas de euro ou de dólar, calculadas em R$ 2 milhões, do prédio da sucursal carioca da própria PF. Em seguida, sumiriam muitos quilos de cocaína guardados no mesmo cofre. Semelhante quantidade da droga seria pilhada da filial paulista. A versão marcista da Scotland Yard ainda estava por nascer.

Mas o prestígio do ministro no Planalto crescera suficientemente para garantir-lhe a vaga entre os conselheiros de Lula.

Paraíso perdido

Márcio Thomaz Bastos não demoraria a tornar-se um dos ministros mais respeitados do governo fustigado pela crise imensa. Primeiro, porque um criminalista competente sempre encontra alguma linha de defesa para casos de polícia. Segundo, porque o "núcleo duro" dos bons tempos estava agora em frangalhos.

José Dirceu desceria à planície ainda em junho. Antônio Palocci mantivera-se no controle da economia, mas logo seria assombrado por fantasmas aparentemente confinados nos aterros de lixo de Ribeirão Preto, onde fora prefeito. Luiz Dulci continuava no mesmo gabinete, tateando espaços que, embora vagos, são inacessíveis a tímidos. Também estava por lá Luiz Gushiken – mas um Gushiken muito diferente do mandarim que subira a rampa do palácio. Em 12 de julho de 2005, fora rebaixado a secretário e passara a ser chefiado por Dilma Rousseff, que substituíra Dirceu na Casa Civil. Fora promovido a ministro do Nada.

Filho de imigrantes japoneses, nascido em 1949 na cidade paulista de Oswaldo Cruz (20 mil habitantes, a 600 quilômetros da capital), Gushiken sempre aparentou mais idade do que tinha. Os cabelos curtos e as barbas longas ficaram nevados antes da hora. Depois da crise, lembraria alguém com 70 e poucos anos. Já chegara ao Planalto com cara de sessentão. Mas preservara a energia esbanjada enquanto fora ministro-chefe da Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica do Governo, a onipresente e poderosa Secom.

"Ele é um sobrevivente", diz Elizabeth, mãe de seus três filhos. É mesmo. Para chegar ao coração do poder, registrou o jornalista Luiz Cláudio Cunha, "Gushiken resistiu a dois tipos de câncer, uma septicemia, dois choques anafiláticos, um enfarte, dois acidentes de carro, duas greves nacionais de bancários, quatro prisões no DOPS e quatro campanhas presidenciais do PT (as três primeiras fracassadas)". Não é pouca coisa. E não é tudo.

Remanescente da geração de 68, foi comunista, ligou-se a uma ramificação do trotskismo chamada "Liberdade e Luta" (a Libelu), militou no movimento estudantil durante o curso de filosofia que não terminou, ganhou notoriedade como dirigente do sindicato dos bancários e participou das greves que forjaram o núcleo fundador do PT. Trocou Trótski por Lula, elegeu-se deputado e ampliou no Legislativo a fama de briguento.

A cabeça política de Gushiken sempre conviveu em harmonia com a alma inclinada ao misticismo (e muito inquieta). Ao ancorar no Planalto, já encontrara um porto seguro na vertente religiosa denominada Bahá'í, surgida em 1844 na antiga Pérsia (hoje o Irã dos aiatolás). Esse exotismo sem dogmas, rituais ou sacerdotes parece um bom desfecho para a trajetória que incluiu escalas no budismo, na seita rosa-cruz e no zen-budismo.

Na última etapa da rota do Planalto, consumou-se a fusão do político e do místico. Surgiu o Gushiken que a Era Lula apresentou ao país. Imóvel, lembrava um velho sábio chinês. Em ação, exibia o estilo dos mestres em artes marciais de filmes classe B: a tranqüilidade aparente camuflava o lutador feroz, objetivo, perigoso. Amou o poder desde menino. E aprendera a exercê-lo com a serenidade sem culpas de quem já está no céu.

Gushiken administrava pessoalmente as verbas publicitárias penduradas na frondosa árvore federal. Ministérios, empresas e bancos estatais, secretarias com *status* ministerial – nada escapava à vigilância do Alto Companheiro. Ele indicava a agência a ser contratada, escolhia os veículos que mereceriam o dinheiro dos anúncios e campanhas.

Critérios insondáveis influenciavam decisões sobre o destino da montanha de verbas. A editora de um cunhado do ministro prosperou com publicações que, raquíticas demais para submeter a tiragem às medições do IVC, foram presenteadas com centenas de páginas publicitárias encomendadas por órgãos do governo. Gushiken, que se tornara avesso a entrevistas, murmurava a explicação: não tinha nada a ver com isso.

Uma empresa de assessoria pertencente a Gushiken até 2002, quando a aproximação da vitória eleitoral o afastou da sociedade com dois

amigos, teve a receita várias vezes multiplicada entre janeiro de 2003 e dezembro de 2004. O mapa da mina era desenhado por contratos celebrados com bilionários fundos de pensão. No início da Era Lula, quando se repartira o butim federal, Gushiken influenciou com gula e gana a indicação de diretores dos fundos. Gratos ao padrinho, os afilhados trataram de multiplicar os trabalhos da empresa atualmente hospedada na casa em Indaiatuba onde Gushiken morou até mudar-se para Brasília.

Nos tempos em que acumulava o comando da Secom com a chefia do Ministério do Otimismo, ele poderia liquidar o enigma com uma das frases popularizadas pela pasta que inventou: o melhor do Brasil é o brasileiro, não desiste nunca. Mesmo com a saída do dono, os sócios restantes não desistiram. Acabaram ricos.

Com a sucessão de escândalos desencadeada em 2005, Gushiken mudaria de emprego e de estilo. O mandão intocável veria seu buquê de privilégios afundar no lamaçal já nas cercanias do palácio. A primeira bomba estourou no colo do senhor da comunicação: pilantragens financeiras da dupla Delúbio e Valério envolviam agências publicitárias que enriqueciam no concubinato com órgãos do governo e empresas estatais. Outras explodiriam no paraíso dos fundos de pensão, também suspeitos de alimentarem a corrupção sistêmica.

Ao perder o *status* de ministro, Gushiken perderia o segredo do cofre da publicidade e a capitania dos fundos de pensão. Só ganharia o direito de responder a perguntas pertinentes com a frase antes cretina: hoje, ele de fato não tem nada a ver com isso.

Mas teve. Sabe muito. E as CPIs continuam querendo saber o que sabe.

O pensador do palácio

A voz do ministro Luiz Dulci só seria apresentada ao Brasil real dois anos e meio depois da chegada ao Palácio do Planalto, quando o avanço da crise o dispensou do silêncio. Nos primeiros meses do governo, o companheiro com fama de intelectual achou que falaria sobre graves questões políticas, econômicas ou sociais – pela voz de Lula. Fora Dulci o escolhido para redigir os discursos do presidente. Portanto, falaria em silêncio.

Logo percebeu que fora escalado para uma missão impossível. Lula se considera um campeão do improviso. Já informou que acha o hábito da leitura "pior que exercício em esteira". Nunca leu um livro, não tem estantes em casa. Por que perderia tempo com a leitura de discursos? Sempre aplicado e obediente, Dulci seguiu escrevendo o que Lula não leria.

Só foram lidos na íntegra discursos que não poderiam ser trocados por improvisos, como os preparados para cerimônias no exterior. Os demais estacionavam no segundo ou no terceiro parágrafo. O orador enfiava a papelada no bolso e partia para o improviso. Dulci jamais reclamou. Seguiu cumprindo a tarefa e cuidando dos afazeres pouco extenuantes reservados a um ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência.

O perfil do cargo, descrito no organograma do governo, até que impressiona: "É o responsável pela interlocução política do governo com as organizações e movimentos da sociedade civil brasileira e internacional". O emprego prometia muito. Pouco entregou a um homem avesso a disputas por espaços no poder. Meia dúzia de colisões mostraram a Dulci que lhe haviam confiado um território conflagrado por parceiros gulosos. Nem assim se queixou. Valendo-se do temperamento brando, encolheu. Cuidaria de manter-se vivo no perigoso coração do poder.

Dulci pouco piava nas reuniões matutinas do "núcleo duro". Com Lula na cadeira de comando, Dirceu tratava de manobras políticas, Antônio Palocci informava que a economia andava cada vez melhor, Luiz

Gushiken administrava a publicidade oficial – e os três se metiam em tudo, trocando pontapés sob a mesa. Dulci só interrompia suas intermináveis anotações manuscritas para comentários ligeiros. Pensadores não falam. Pensadores pensam.

A imagem de intelectual resultara do currículo incomum entre dirigentes petistas. Mineiro de Santos Dumont, diplomou-se em Letras Clássicas na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1974, tornou-se professor de Língua e Literatura Portuguesa. Engajado no movimento sindical, seria um dos fundadores do PT.

Eleito deputado federal em 1982, membro permanente da executiva nacional, colecionou nos anos seguintes cargos de direção em administrações petistas, todos vinculados à área da cultura. Integrante do grupo de coordenação da campanha de 2002, virou candidato natural a algum gabinete. Como prescindir daquele moço tão sabido?

Desencadeada a grande crise, contemplou a queda de José Dirceu e a erosão de Gushiken com a mudez dos que sabem esperar a vez. Aos 49 anos, Dulci achou que a hora chegara. Designado para colaborar no campo da articulação política, recuperou a fala e, surpreendentemente, rendeu-se ao estilo de Lula. A pose de intelectual imerso em reflexões seria implodida em Belo Horizonte. Num domingo de setembro de 2005, pendurado num palanque imaginário, decidiu embarcar no improviso.

"A tentativa de destruir o PT é externa", derrapou a versão reciclada de Luiz Dulci. "As forças conservadoras, naturalmente, não querem que o maior partido do país seja um partido de esquerda, transformador." Por permanecer muito tempo fechado no Planalto, retomara uma teoria conspiratória que havia caído em desuso. Mas uma inesperada reviravolta no PT impediria que Dulci ficasse falando sozinho. Subitamente, a direção do partido abandonara a prudência recomendada a réus, assumira o lugar do promotor e ressuscitara a amalucada teoria conspiratória.

Terminara o curto período de sensatez vivido pelo PT. Começara em 9 de julho, quando Tarso Genro deixou o Ministério da Educação para assumir a presidência do partido. Terminaria em 29 de agosto com a vitória da "turma do Zé", formada por companheiros fiéis a José Dirceu, que forçara

Tarso a desistir de disputar a presidência efetiva nas eleições internas de outubro. O candidato do Campo Majoritário, que controla o partido desde 1995, seria o ex-ministro Ricardo Berzoini.

Ao substituir José Genoino, Tarso admitira que o partido cometera pecados mortais e deveria ser "refundado". Para tanto, o próprio PT teria de livrar-se dos pecadores. "Hoje, não vejo motivos para que alguém vote no PT", dissera numa sabatina promovida pela *Folha*. Bateu de frente com José Dirceu e descarrilou. Depois da capitulação, Tarso passou a subscrever documentos que colidiam com as declarações anteriores.

"Os partidos de oposição, com a ajuda do golpismo midiático, pretendem inviabilizar o mandado legítimo do presidente Lula", fantasiou um comunicado da direção nacional. Entre os golpistas estariam "líderes políticos vinculados às eras Collor e FHC", alegava o partido que comprara a adesão de colloridos históricos, como Roberto Jefferson, e negociara a presidência do Senado com Renan Calheiros, ministro da Justiça de FH.

O teor dos documentos endossava o improviso de Dulci. O estilo sugeria que o mineiro tímido não estava no grupo de redatores. Ele já voltara às sombras do Planalto. Ainda não descobrira que se tornaria mais influente no governo se ali aplicasse os conhecimentos do professor especializado em educação de adultos.

O presidente Lula certamente ficaria muito grato se Dulci lhe ensinasse que o plural existe.

Só faltava Cuba

Dos três superministros do início da Era Lula, José Dirceu e Luiz Gushiken tombaram primeiro. Antônio Palocci só conheceria a força dos ventos em 19 de outubro, quando um ex-assessor o acusou de receber propinas nos tempos de jovem prefeito de Ribeirão Preto. Os principais partidos de oposição não queriam atirar no ministro da Fazenda: temiam que a crise interferisse negativamente na política econômica tão semelhante à adotada nos oito anos de Fernando Henrique. Os antigovernistas de esquerda andavam ocupados demais para lembrar que Ribeirão Preto não fica tão longe de Brasília.

Estava ali, desde o começo dos anos 90, o flanco exposto do atual ministro. Na primeira passagem pela prefeitura, o médico Palocci incorporou práticas corriqueiras nas cidades administradas por petistas. Uma delas oficializara a celebração de contratos superfaturados com coletoras de lixo. O pagamento adicional era prontamente remetido à direção do PT. Os contribuintes perdiam pouco. O partido engordava o caixa 2. Os administradores municipais dormiam o sono dos justos. Tudo pela causa.

Capital da "Califórnia paulista", que se espalha pelas terras mais valorizadas do país, Ribeirão tem quase 1 milhão de habitantes e dinheiro de sobra. Poucas cidades parecem tão excitantes para empresas prestadoras de serviços públicos, começando pelas coletoras de lixo. Era previsível que os braços da Leão & Leão, uma das campeãs do ramo, chegassem até lá. A prefeitura nem exagerou no preço: a taxa extra rondava a faixa dos R$ 50 mil mensais.

Como mostrou Roberto Jefferson, esses truques podem esbarrar na ganância de algum sócio do esquema ilegal. Em Ribeirão, tal papel caberia a Rogério Buratti, secretário de governo de Palocci. O advogado com jeito de dono de quitanda fora escalado pelo diretório regional para ajudar o aprendiz de prefeito. Logo o forasteiro estava cuidando de articulações políticas na Câmara de Vereadores.

Até a metade do mandato, ele seria para Palocci o que foi Waldomiro para Dirceu antes da fita do "Um por Cento pra Mim". Como Waldomiro, Buratti pecou publicamente. Teve de ser demitido, mas a amizade continuou. Virou diretor da Leão & Leão e saltou para o outro lado do balcão. Em vez de receber propinas, ele agora as pagava.

Depois de uma segunda temporada na prefeitura, amputada pela ascensão ao Ministério, Palocci procurou manter à distância o antigo parceiro. Mas Buratti telefonava com freqüência para o gabinete do comandante da economia. Metido em enrascadas financeiras em Ribeirão, o trapalhão profissional resolveu safar-se da cadeia contando aos promotores a história do lixo. As patifarias foram divulgadas em 19 de agosto.

O ministro foi rápido no gatilho. Convocou uma entrevista para a manhã do dia 20, um sábado, e negou qualquer participação em manobras do gênero. Palocci costuma ser convincente: ele tem a expressão do médico que está dizendo ao paciente que o caso não é complicado. Surgiram documentos, registros telefônicos, provas testemunhais. Mas Palocci foi dispensado de ficar no palco.

Seria trazido de volta em 29 de outubro, novamente pelas mãos de Buratti, agora em parceria com o economista Vladimir Poletto, outro ex-assessor do prefeito Palocci. Ambos garantiram que a campanha presidencial de Lula foi abastecida com pilhas de dólares enviados pelo governo cubano. Buratti diz que foram US$ 3 milhões. Poletto, que jura ter recolhido o donativo em Brasília, na casa do diplomata cubano Sergio Cervantes, reduz a quantia à metade.

Segundo Poletto, o dinheiro foi levado a São Paulo em garrafas vazias de uísque e rum. Entregue a Ralf Barquette, morto em junho de 2004, a carga viajou para o comitê central da campanha de Lula. Palocci pode não ter culpa no cartório. Mas precisa aprender a escolher assessores com mais cuidado

O criador e a criatura

O publicitário Duda Mendonça vive explicando que não tem preferências ideológicas ou políticas. Tem amigos, e em todos os partidos. Nos tempos de marqueteiro de estimação de Paulo Maluf, lembrava que cuidava também das campanhas de José Genoino. Era amigo de ambos, e de muitos outros. Mas jurava amizade eterna a quem pagava os valores mais altos da tabela de preços extraordinariamente salgados. Caso do "doutor Paulo", como Duda chamava Maluf. "Sempre vou fazer as campanhas dele", garantia.

O candidato a tudo pagava a conta sem reclamar. Duda valia: Duda elegia. Sem o talento do publicitário, Maluf continuaria colecionando derrotas com o nariz empinado, óculos truculentos e *slogans* tão atraentes como barraca de camelô. Duda suavizou-lhe a imagem e popularizou o *slogan*: "Foi Maluf quem fez". Fez avenidas, fez o metrô, fez rodovias, fez o diabo. Tanto fez que elegeu também o sucessor: Celso Pitta. Duda convenceu Maluf de que um negro que entendia de economia seria um candidato e tanto.

Pitta viajou para a vitória a bordo de um certo fura-fila que Duda inventou. São Paulo ainda está pagando as despesas feitas pelos dois prefeitos que Duda ajudou a eleger. O publicitário não se queixa de nada. Primeiro, porque nem mora aqui. Segundo, porque ganhou uma fortuna com as duas proezas. Quem se queixa de Duda é Maluf. Jura que leu no *teleprompter*, sem que alguém o alertasse para o perigo, a mais desafiadora, e mais desastrada, de todas as frases usadas para eleger alguém: "Se o Pitta não for um bom prefeito, prometo que nunca mais serei candidato a nada".

Como Pitta foi o pior prefeito de todos os tempos, Maluf passaria as campanhas seguintes tentando explicar por que não cumprira a promessa de aposentar-se. Perdeu todas. "A culpa foi do Duda", choraminga. O publicitário nunca fez comentários sobre a história. Quando Maluf come-

çou a apresentar sua versão, Duda já estava concentrado em outro freguês preferencial: Luiz Inácio Lula da Silva. "Somos amigos", informou o marqueteiro recém-chegado à margem esquerda do rio.

Mas negócios são negócios – e Duda cobraria caro pela missão de orientar o candidato do PT no caminho que conduz ao Planalto. Era uma montanha de dinheiro: R$ 24 milhões. Ninguém no PT ousou regatear. Para candidatar-se pela quarta vez, Lula fez beicinho – ele sabia que o partido não dispunha de opções com alguma chance. Impôs duas condições. Primeira: que ninguém criticasse a política de alianças. ("Sozinho, não dá pra ganhar", explicou.) Segunda: queria Duda Mendonça como marqueteiro. Não perguntou quanto custaria o negócio. Até hoje finge ignorar o preço.

Lula é um centralizador com amnésia seletiva: sabe quanto o PSDB gastou, mas não consegue interessar-se pelas despesas que faz ou encomenda. Também transforma desafetos em amigos de infância. Não gostava do marqueteiro de Maluf. Afeiçoou-se rapidamente ao companheiro Duda. Achou coisa de gênio a idéia de transformar-se no "Lulinha paz e amor". Vibrou com a sugestão de não discutir com concorrentes durante os debates e prometer o impossível. Por exemplo, 10 milhões de novos empregos em quatro anos.

Depois da vitória, resolveu mantê-lo por perto. Além de esplêndidos contratos com órgãos do governo e empresas estatais, Duda foi contemplado com o convite para tornar-se o marqueteiro do PT, do governo e de Lula. Um trabalho pago, naturalmente. Lula não conhece o preço do negócio, naturalmente. Duda topou e virou gente da casa, companheirão de fé. Visitava o presidente sem marcar hora. Participava como sócio-honorário das reuniões do "núcleo duro". Em momento de emergência, era convocado de imediato. Problemas? Duda encontraria a saída.

Em dez meses de campanha, o publicitário concluíra o monumento que celebrava a ética, a decência, a justiça social, a Mudança. Em dois anos, fizera retoques que mantiveram virtualmente intacta a obra-prima. Para implodi-la, o escultor precisou de dez horas. Foi essa a duração do depoimento de Duda em 12 de agosto de 2005 à CPI dos Correios.

Entre outras revelações assustadoras, contou que parte do pagamento estipulado no contrato fora providenciado por Marcos Valério, e que o dinheiro percorrera caminhos escuros. Segundo Duda, o dono do valerioduto exigiu que o publicitário abrisse uma conta num paraíso fiscal (Duda optou por um banco nas Bahamas) para que os depósitos fossem feitos em moeda americana. Foram US$ 12 milhões. A versão tinha algumas crateras, mas ficara provado que o esquema Delúbio-Valério mobilizara até lavanderias de dinheiro sujo homiziadas no exterior e cometera o crime de evasão fiscal. Terminado o depoimento, petistas caíram no choro. Lula caiu na real. E resolveu fazer no dia seguinte um pronunciamento pela TV.

Pela primeira vez, Duda não estaria a seu lado: o grande solucionador de problemas virara um problema a mais. Tenso, abatido, com a expressão de quem fora levado à força até lá, Lula fez o mais insincero dos discursos. Proclamou-se "traído e indignado" com a série de escândalos. Não mencionou o nome dos traidores, nem especificou a que pilantragens se referia. Se ainda fosse o marqueteiro do rei, Duda teria dito que, a falar aquilo, melhor ficar em silêncio.

Já não era. Perderia o amigo, a intimidade com o poder, alguns contratos cobiçados. Contara uma história tão mal contada que acabaria incluído entre os investigados pelas CPIs. Em novembro, perderia contratos com empresas privadas. Como Valério, começou a demitir funcionários

Para afastar-se do lamaçal cada vez mais próximo, o criador renegara a criatura.

O triunfo do absurdo

O deputado Fernando Gabeira fizera várias tentativas infrutíferas antes de conseguir falar na sessão de 30 de agosto de 2005. O presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, fingia não ouvir os sucessivos pedidos de Gabeira nem enxergar a gesticulação do parlamentar. Enfim atendido, Gabeira primeiro registrou a deselegância de Severino. Em seguida, resumiu o estado de ânimo do Brasil decente.

"Sua presença na presidência da Câmara é um desastre para o Brasil", disse Gabeira. "Eu, se pudesse, o levava ao Conselho de Ética da Câmara. Ou Vossa Excelência começa a ficar calado ou vamos iniciar um movimento para derrubá-lo." Três dias depois, a revista *Veja* acusou Severino de ter cobrado propinas do empresário Sebastião Buani pela exploração do restaurante da Câmara. Em 20 de setembro, Severino capitulou. Com um discurso bisonho, renunciou ao cargo e ao mandato. A desastrosa gestão durara quase sete meses.

A ameaça formulada por Gabeira traduziu a irritação nacional com a entrevista publicada naquele 30 de agosto pela *Folha de S.Paulo*. Severino abençoara todos os parlamentares envolvidos em patifarias. Mensalões, compras de votos, desvios de verbas, parentes infiltrados em gabinetes – nada disso tinha importância para o presidente da Câmara.

O Brasil sempre fora assim, ensinou. Não ocorrera nada de novo, nenhum deslize que justificasse tanto barulho. Certos casos talvez merecessem sanções, mas suaves: uma repreensão formal, ou um período de licença combinado entre as partes. Para Severino, não fazia sentido cassar mandatos. Nada justificava tamanho castigo. Foi a entrevista que induziu Gabeira a atacar. Ele não sabia que a denúncia devastadora estava a caminho.

Baseada nas revelações da revista, a oposição pediu em 5 de setembro o afastamento de Severino. No dia 14, a amputação do mandato da figura sem pudores, sem princípios e sem juízo seria anunciada por

Sebastião Buani: o empresário apresentou um cheque de R$ 7.500,00 descontado por uma secretária do presidente da Câmara. A renúncia se tornara questão de tempo.

Entre o aviso de Gabeira e a denúncia divulgada por *Veja*, Severino recebeu das mãos do presidente da República a mais vistosa condecoração concedida pelo Itamaraty. Enfeitou o peito com a honraria no primeiro dia de setembro sem saber que vivera o último instante de glória. Menos de 24 horas depois, enquanto decolava para Nova York, exemplares da revista *Veja* aterrissavam nas bancas do país. Com Lula retido em Brasília pela crise, caberia a Severino representar o Brasil numa reunião da ONU.

O embarque fora antecipado pelos murmúrios sobre as revelações iminentes. O cardeal do "baixo clero" mandou acionar os motores. Minutos depois, flutuava 12 mil quilômetros acima do crescente vozerio em terra. Horas mais tarde, um faceiro Severino já estava em solo americano. A imprensa não reproduziu o que disse na ONU sobre o emblemático tema do encontro: "Parlamento e Cooperação Multilateral, Enfrentando os Desafios do Século 21".

Ele teria deslumbrado a platéia de gringos se revelasse os segredos da mais recente invenção brasileira no campo da "cooperação multilateral" no Parlamento: o mensalão. Na volta ao Brasil, percebeu que o chão começara a faltar-lhe.

Como fora possível a chegada ao cargo tão relevante de um medíocre deputado pernambucano, com 74 anos de idade e 40 de política rasteira? É difícil acreditar que isso tenha acontecido. É fácil entender como aconteceu. O presidente Severino Cavalcanti foi o mais legítimo fruto do casamento entre a incompetência do governo e o oportunismo da oposição.

A gestação do fenômeno foi desencadeada com a escolha do candidato do PT à presidência da Câmara. Contra a vontade da bancada, o ministro José Dirceu decidiu que não haveria melhor nome que o do deputado paulista Luiz Eduardo Greenhalgh. Lula acabou concordando, e o preferido de Dirceu virou candidato do Planalto.

O jovem advogado Greenhalgh foi um corajoso e competente defensor de presos políticos. Na maturidade, o advogado-político livrou-se de prin-

cípios éticos outrora irrevogáveis e passou a defender qualquer causa – por exemplo, a que pretende reduzir a crime comum a trama política que resultou no assassinato do prefeito Celso Daniel. O político Greenhalgh é só mais um deputado. Ruim de voto, avesso a sorrisos e pouco efusivo, consolidou no Congresso a imagem de arrogante. Para Dirceu, arrogância é firmeza. Para os demais parlamentares, arrogância é arrogância. E pecado mortal.

A escolha desastrada e o descontentamento da bancada anabolizaram a embrionária dissidência liderada pelo petista mineiro Virgílio Guimarães. Ele declarou-se candidato e avisou que chegara para ficar. Assim faria. No dia da eleição, parecia inevitável que haveria um segundo turno entre Greenhalgh e Virgílio. Os outros candidatos eram tratados pela dupla como figurantes. Entre o grupo dos subestimados estava Severino Cavalcanti.

Os dois supostos favoritos não haviam percebido que a fratura exposta no PT permitira à sempre volátil "base aliada" sentir-se à vontade para agir como quisesse. Tampouco perceberam a animada movimentação do "baixo clero", disposto a vingar-se das manifestações de desapreço colhidas em visitas a ministérios. Sobretudo, subestimaram o prestígio de Severino nesse grande bloco de humilhados e ofendidos. O pernambucano setentão era o único cardeal do "baixo clero". Único e vitalício.

Ele sempre estivera a poucos centímetros da cadeira do presidente. Quando entrou na disputa, era o primeiro-secretário da Mesa. É um cargo e tanto. O presidente manda muito. Mas cabe ao primeiro-secretário tomar decisões que rendem simpatias, reverências, gratidão e, quando necessário, votos. Quem ocupa o cargo controla labirintos pelos quais trafegam contratos (com ou sem licitação), serviços terceirizados, concessões, nomeações de emergência. Poucos sabem percorrer esses subterrâneos da Câmara com a desinibição de Severino.

Ele chegou ao segundo turno, desbancando Virgilio Guimarães, com os votos do "baixo clero". Chegaria à presidência com o apoio de dezenas de deputados do PSDB e do PFL. Quando a corrida ficou restrita a Greenhalgh e Severino, mesmo oposicionistas sensatos cederam à tentação de castigar o governo Lula com uma rasteira política. Castigaram o Brasil.

Severino espancou o decoro do primeiro minuto no cargo ao ponto final no discurso da renúncia. Num momento aparecia com o umbigo à mostra, noutro contemplava com volúpia senil a jovem ao lado. Com a naturalidade dos velhos coronéis nordestinos, contou que mandava e desmandava na cidade natal, João Alfredo. Numa ocasião, livrou da cadeia o bêbado que acabara de depredar um botequim. Mais tarde, serviu de santo protetor para um motorista pilhado sem carta de habilitação. Também revelou que não gosta de pagar dívidas de campanha. "O credor acaba se cansando de cobrar e esquece", sorriu.

Não demorou a entender-se com Lula. Conseguiu um emprego federal para o filho. Não deu certo o acordo que lhe entregaria "aquela diretoria da Petrobras que fura poço". Mas alugou em nome do PP o Ministério das Cidades. Ele também alojou no Tribunal de Contas da União o ex-deputado e amigo Augusto Nardes, incapaz de avaliar honestamente uma conta de luz. Depois da renúncia, manteve nos postos o filho e os afilhados. E ajudou o presidente Lula a eleger Aldo Rebelo.

"Foram tempos desastrosos", diz Fernando Gabeira. Teriam sido melhores com Greenhalgh ou Virgílio? Ao longo da crise, descobriu-se que foi o deputado mineiro quem apresentou Marcos Valério a Delúbio Soares. Surgiram mais evidências sobre o esforço de Greenhalgh para obstruir as investigações sobre a execução de Celso Daniel. Teriam conseguido abortar as CPIs?

A História não é feita de hipóteses. O fato é que tivemos um Severino na presidência da Câmara. O fato é que dele nos livramos sete meses depois de consumado o desastre. Melhor assim.

Defeito é virtude

Temperamento conciliador e avesso a batalhas campais. Fora esse o defeito invocado por Lula para demitir Aldo Rebelo do Ministério da Coordenação Política. Temperamento conciliador e avesso a batalhas campais. Seria essa a virtude invocada por Lula para transformar Aldo Rebelo no candidato do Planalto à presidência da Câmara.

Ao ministro retraído, disciplinado, pouco falante, faltara ânimo beligerante até para disputar espaços que o vizinho José Dirceu vivia confiscando. Sem força no mundo dos chefões, costumava partir para as missões que lhe haviam delegado (algumas impossíveis) desprovido de um trunfo essencial: o poder de infundir em aliados e inimigos, na hora exata, o sentimento do medo. No Planalto, fora um colecionador de fracassos.

Devolvido ao Legislativo, o alagoano do Partido Comunista do Brasil, o PCdoB, eleito por São Paulo, retomaria o cotidiano um tanto opaco. Nunca seria um condutor de devotos. Tinha muitos amigos. E não tinha inimigos. Sempre fora aquele tipo de brasileiro que conhecidos ou desconhecidos consideram "um bom sujeito".

Sem candidatos com chances num PT devastado pela sucessão de escândalos, e como sempre sangrado por fissuras internas, o governo encontraria em Aldo Rebelo o homem providencial. Era de alguém assim que precisava para recuperar na Câmara o poder perdido. Seria um excelente candidato. Mas convinha que alguém cuidasse da articulação política. Se Aldo fora demitido do Planalto por não ter administrado com competência tais assuntos, outro deveria assumir o comando da costura vencedora.

Tecnicamente, a missão ficaria por conta do ministro Jacques Wagner, novo ocupante do gabinete que Aldo perdera. Mas desta vez o próprio Lula assumiria a chefia da campanha. Ele entrou em campo a uma semana da eleição. E tratou de agir com o audacioso desembaraço de operador do mensalão. Num país atormentado por barganhas afrontosas, aflito com a

ganância dos corruptos cinco-estrelas, despiu-se de pudores para mostrar, já nos primeiros minutos, que estava pronto para qualquer negócio.

Qualquer negócio, a qualquer preço, com qualquer parceiro. Tinha verbas a liberar, empregos a doar, favores a distribuir. Tinha muito a oferecer. Tinha também muito a confiscar dos aliados indecisos ou recalcitrantes. Tinha, enfim, os trunfos que faltavam à oposição. A temporada de compra e venda seria aberta no encontro com Severino Cavalcanti, ocorrido no Planalto horas antes da renúncia do presidente da Câmara. Severino entraria no gabinete de Lula com o jeito assustadiço dos presos em flagrante. Ao sair, mostrava o sorriso dos redimidos.

Nenhum afilhado perderia o emprego, garantira o chefe. O filho nomeado em Pernambuco, por exemplo, não passaria noites insones preocupado com a conta de luz. Conseguira liberar todas as verbas. A notícia, anunciada em João Alfredo, serviria de senha para a abertura da campanha pelo retorno ao Congresso. O segundo andor da procissão depositou no palácio o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, que puxara a fila dos mensaleiros retirantes. No primeiro dia de agosto, renunciara ao mandato de deputado para evitar a cassação e a perda dos direitos políticos.

Formalizada a renúncia, fora prontamente consolado por Severino, ainda no papel de Pai do Legislativo. "Quero cumprimentá-lo pela grandeza do gesto", dissera Severino enquanto abraçava o que partia. Em seguida, o presidente da Câmara exortara os eleitores paulistas a reconduzirem ao Congresso o deputado que recebera R$ 10 milhões (ele jura que foram só R$ 6,5 milhões) nos guichês do mensalão. Menos de um mês depois do adeus, Valdemar ganharia outro afago do amigo. Em 25 de agosto, o presidente Severino concedera a aposentadoria solicitada pelo ex-deputado. Receberia da Câmara R$ 5.540,00 por mês.

A homenagem seguinte seria proporcionada, ainda que involuntariamente, também por Severino. Valdemar fora convidado a aparecer no Planalto, naquele começo de setembro, para conversar com Lula e ajudá-lo a tornar Aldo Rebelo o sucessor do deputado pernambucano. Em 23 de agosto, convocado pela CPI do Mensalão, Valdemar afirmara que investira no segundo turno da eleição presidencial os R$ 6,5 milhões desviados

do valerioduto para o caixa 2 do PL. "O presidente sabia do esquema ilegal?", perguntara um dos inquisidores. "Evidentemente, o Lula tinha conhecimento, mas nunca negociou comigo", disse o depoente.

Mas não voltara ao coração do poder para tratar de temas constrangedores. Era hora de planejar o triunfo do candidato de Lula. Terminada a conversa, sorria como Severino sorrira, como sorririam outros negociantes. No dia da votação, enquanto lutava com telefonemas, o comandante Lula ordenaria a um pelotão de ministros que marchasse sobre o Congresso, armado de papel e caneta. Não se soube quanto custou, por exemplo, o apoio do petebista Luiz Antônio Fleury, promovido a Marechal do Carandiru depois do histórico massacre que resultou na morte de 111 prisioneiros desarmados. As verbas liberadas (ou prometidas para ontem) passaram de R$ 1,5 bilhão. Parecia muito para um país tão pobre. Mas nenhum governo vendera a alma por tão pouco.

Ninguém pareceu notar a singularidade histórica: pela primeira vez na história, um comunista assumiria o comando da Câmara – e se tornaria o segundo nome na linha da sucessão presidencial. Caso alguma caprichosa conjunção dos astros torne Aldo Rebelo presidente da República, nenhum empresário precisa correr para o jatinho.

O cordato Aldo Rebelo é o tipo do comunista que o mais troglodita dos conservadores gostaria de ver casado com a filha.

O prefeito insepulto

No mês mais gélido do ano, a temperatura política manteve-se permanentemente elevada – em muitos momentos de julho chegou-se perto do ponto de combustão. No dia 2, documentos publicados pela revista *Veja* comprovaram que o empréstimo no BMG, feito por José Genoino e Delúbio Soares, fora avalizado por Marcos Valério. A repercussão da descoberta dominaria o fim de semana e seguiria ecoando pelos dias seguintes. A barulheira impediu que o país ouvisse direito o ruído no sótão que mais assombra o PT. Ali permanece insepulto Celso Daniel, o prefeito de Santo André assassinado em janeiro de 2002.

O caso inspirou a poderosa reportagem exibida pela TV Bandeirantes em 3 de julho, um domingo. Continha revelações medonhas, extraídas de conversas telefônicas entre figurões do PT e gente suspeita de participação na trama homicida. Na hipótese menos inquietante, comprovam que mandarins do PT tentaram obstruir a ação da polícia e da Justiça desde fevereiro de 2002. A segunda hipótese transforma mandarins petistas em cúmplices dos crimes de seqüestro, tortura e assassinato.

Uma das fitas registra a conversa entre Gilberto Carvalho, principal assessor de Celso Daniel e hoje secretário do presidente Lula, e Sérgio Gomes da Silva, o "Sombra", ex-assessor e amigo do prefeito. Foi o último a ver Celso Daniel com vida. Haviam jantado a sós num restaurante em São Paulo. Dirigia o Pajero blindado de volta a Santo André quando percebeu que eram perseguidos. Tentara escapar, mas o acelerador não funcionara. O sistema de travas também falhou e as portas se abriram. Estava armado, mas não reagira. Foi o que contou no primeiro depoimento à polícia. Entrara na delegacia como testemunha. Sairia como suspeito.

A gravação informa que "Sombra" andava inquieto naqueles dias de fevereiro. Gilberto procura tranqüilizá-lo. "Marcamos às três horas na casa do José Dirceu", diz o companheiro. "Vamos conversar um pouco sobre nossa tática da semana, né? Porque nós temos que ir para a con-

tra-ofensiva." A voz do suspeito sugere que ele gostou da movimentação fraternal. "Vou falar com meus advogados amanhã", avisa. "Nossa idéia é colocar essa investigação sob suspeição." Carvalho concorda: "Acho que é um bom caminho".

Em outra conversa, a perturbação de "Sombra" é transmitida aos berros a Klinger Oliveira Souza, secretário de Assuntos Municipais de Santo André. "Fala com o Gilberto aí, tem que armar alguma coisa!", exalta-se. "Calma, calma", recomenda Klinger. "Estou indo praí pra gente conversar." O interlocutor segue irritado: "Eu tô calmo! Eu tô calmo! Só quero que as coisas sejam resolvidas!"

Além do nervosismo de "Sombra", causava preocupação à equipe de resgate o comportamento do médico João Francisco Daniel, irmão do assassinado. Segundo João Francisco, Celso fora condenado à morte ao resolver desmontar a máquina de juntar dinheiro sujo instalada, com o seu consentimento, nos porões da prefeitura. Extorquidas de empresas concessionárias de serviços públicos ou subtraídas de contratos superfaturados, boladas consideráveis financiavam campanhas eleitorais do PT paulista.

No começo, Celso achou tudo muito justo. Encontrara-se uma fórmula que permitia tirar pedaços do patrimônio de empresários milionários e repassá-los ao partido que representava o povo no poder. Só resolveu desfazer o esquema, monitorado por parceiros como "Sombra" (que virara homem de negócios à custa de maracutaias), secretários municipais e empresários da área de transportes, quando descobriu que os extorsionários estavam embolsando boa parte do arrecadado. Roubar para financiar o PT, isso podia. Roubar em causa própria, isso não.

Dias antes da morte, Celso visitou João Francisco para contar-lhe o que se passava. Admitiu a participação nos desvios, declarou-se arrependido e informou que entregaria um dossiê sobre o assunto à direção do PT. Segundo João Francisco, o irmão também revelou que o dinheiro era entregue ao presidente nacional do partido, José Dirceu. Esse encontro transformou João Francisco numa testemunha de alto risco. Como neutralizar o perigo?, perguntavam-se os protetores de "Sombra".

A interrogação anima uma conversa entre Gilberto Carvalho e o deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh, advogado escalado pelo partido para cuidar do caso. Greenhalgh lembra que João Francisco seria ouvido pela polícia em poucos dias. "Antes do depoimento preciso falar com você para ele não destilar ressentimentos lá", diz o advogado. Gilberto se alarma: "Pelo amor de Deus, isso vai ser fundamental. Tem que preparar bem isso aí, cara, porque esse cara vai... Tudo bem".

Não é difícil preencher as reticências. O irmão diria no depoimento o que repetiu à Bandeirantes: Celso Daniel foi vítima de uma conspiração urdida por mandantes metidos num ousado esquema de corrupção e executada por matadores profissionais recrutados num presídio paulista. Para os padrinhos de "Sombra", ocorreu um crime comum. Embora notavelmente incomum.

O jurista Hélio Bicudo, ex-vice-prefeito de São Paulo, estranhou o comportamento dos dirigentes do partido que ajudara a fundar. "Houve uma intervenção do PT logo depois do crime", disse à revista *Veja* em setembro de 2005. "A direção queria caracterizar o assassinato como crime comum, do que eu discordo. O que houve foi a eliminação do Celso, ou porque ele não concordava com a corrupção ou porque quis interromper o processo num determinado ponto."

Nas horas seguintes ao sepultamento do prefeito, encontrado numa estrada de terra na Grande São Paulo dois dias depois do seqüestro, haveria uma desconcertante mudança no enredo original. Ao lado do caixão, mandarins do PT entoaram em coro a tese do crime político. A comissão de frente, formada por José Dirceu, José Genoino, Marta Suplicy, Aloizio Mercadante e Luiz Eduardo Greenhalgh, puxou o refrão: o crime tivera motivações políticas.

Mencionaram panfletos subscritos por uma misteriosa organização ultradireitista, que prometia neutralizar o PT a tiros. Como o governo de Fernando Henrique reagira com indiferença às denúncias dos ameaçados, os carrascos entraram em ação. O primeiro a morrer fora o prefeito de Campinas, o Toninho do PT. Agora chegara a vez de Celso Daniel.

Àquela altura, ele era mais que o principal líder do partido numa das

maiores cidades do Brasil. Fora escolhido para organizar a montagem do programa de governo do candidato Lula. Já começara a cuidar da missão que, repassada a Antônio Palocci, acabaria por credenciar o prefeito de Ribeirão Preto ao cargo de ministro da Fazenda. Em 24 horas, a partitura seria bruscamente alterada.

Ao perceber que investigações mais profundas conduziriam aos subterrâneos da corrupção institucionalizada, o PT decretou que Celso Daniel fora vítima de um crime como tantos outros diariamente registrados em grandes cidades. A polícia aceitou a versão: um problema a menos, devem ter raciocinado os sherloques. A história foi rechaçada por João Francisco e Bruno, o irmão caçula de Celso. E pelo Ministério Público, que seguiria investigando o caso.

Em agosto de 2005, a CPI dos Correios, concentrada no exame da movimentação bancária de Marcos Valério, fez a descoberta terrível: o dinheiro sujo do financista do PT pagara também os honorários do advogado Aristides Junqueira, ex-procurador-geral da República, contratado pelo PT para exorcizar o fantasma. O acordo foi fechado em setembro de 2004 por um preço que o PT não achou caro: R$ 545 mil. Mais de meio milhão.

Em troca dessa fortuna, caberia a Junqueira "atuar em medidas judiciais e extrajudiciais necessárias para proteger a boa imagem do partido, em face das ações do Ministério Público de São Paulo, relativamente à comarca de Santo André". Partido preocupado com a imagem recruta publicitário. Advogado é para quem se mete em bandalheiras. Celso Daniel já não precisava de defensores. De quem ou do que o PT planejava proteger-se?

Essas singularidades, somadas às peças já encaixadas no quebra-cabeça, despertaram o interesse da CPI dos Bingos, formada só por senadores e controlada pela oposição. Teoricamente, deveria tratar da jogatina eletrônica. Na prática, tem-se metido com desenvoltura em todos os campos minados. E resolveu esclarecer o enigma de Santo André. Depois de convocar o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh e o médico João Francisco Daniel, promoveu uma acareação entre os irmãos do prefeito e o secretário de Lula, Gilberto Carvalho.

Foi um confronto muito pedagógico. Ambas as partes discordaram todo o tempo. Mas na TV os rostos também falam. Gilberto Carvalho não foi sempre sincero. Terminada a sessão, os senadores entenderam que chegara a vez de ouvir Sérgio Gomes da Silva. Nos sete meses de prisão provisória, "Sombra" agarrou-se à versão fantasiosa. Em liberdade, terá dificuldades para resistir ao assédio de experientes parlamentares.

Eles sabem que no último jantar Celso e "Sombra" tratariam de um tema indigesto. O prefeito reafirmaria que o esquema corrupto chegara ao fim. "Sombra" insistiria em demovê-lo da idéia. É compreensível que tenham escolhido um local discreto. Mas por que um restaurante em São Paulo, se existem tantos em Santo André? Para atender aos matadores de aluguel, que preferiam fazer o serviço em seus domínios? Como os assassinos descobriram o caminho de volta traçado por "Sombra"?

Não houve a perseguição fantasiada pelo motorista: ele parou o carro voluntariamente. Por quê? A perícia feita pelo fabricante e por técnicos da polícia atestou que não houve falhas no acelerador nem no sistema de travas. Por que "Sombra" não tentou fugir? Quem abriu as portas? Por que os seqüestradores só levaram o prefeito? Por que deixaram vivo alguém que poderia identificá-los? Celso foi morto a tiros dois dias depois da captura. Se houve um seqüestro convencional, por que não foi feita nenhuma proposta de resgate?

Se o objetivo do plano era simplesmente matar o prefeito, por que não fazê-lo já no momento do ataque ao Pajero? Por que torturar a vítima, e com extrema brutalidade, antes da execução? Para obrigar o prefeito a revelar onde escondera o dossiê sobre o esquema de corrupção?

Às vezes, o esclarecimento de um crime dispensa respostas. Bastam perguntas. E é bom esclarecer o mistério o quanto antes. Desde aquele janeiro, sete testemunhas morreram. Sete mortes estranhas.

Os mandantes estão por aí.

O Dia do Espanto

Desde o estrondo nos Correios, a mais demorada crise política da história não ficaria um só dia ausente da primeira página dos grandes jornais. A cada dez edições, ocupava a manchete de nove. Com o espaço restante consumido por outras revelações e denúncias, sobravam poucos centímetros para o outro Brasil e o resto do mundo. Em 15 de setembro de 2005, toda a primeira página se mostraria insuficiente para abrigar fatos político-policiais ocorridos na véspera. Eram muitos e extraordinários. Exatamente quatro meses depois da divulgação da fita dos Correios, o Brasil vivera a mais espantosa quarta-feira.

Marcada para aquele 14 de setembro, a sessão da Câmara que colocaria na guilhotina o pescoço do deputado Roberto Jefferson já bastaria para garantir um dia de fortes emoções. Estava claro que o incendiário do ano teria o mandato cassado. Mas o país acordou ansioso por assistir à derradeira apresentação de Roberto Jefferson. O que diria no discurso do adeus? Faria mais revelações? Usaria alguma bala de prata guardada para o presidente Lula?

Jefferson acabaria partilhando o noticiário com outros atores, coadjuvantes em busca de notoriedade e mesmo com figurantes. A seqüência espetacular foi aberta de manhã pelo empresário Sebastião Buani, o dono de restaurantes que se tornaria o carrasco de Severino Cavalcanti. Diante da platéia de jornalistas excitados, Buani exibiu o papel que equivalia ao atestado de óbito político do ainda presidente da Câmara.

Era um cheque no valor de R$ 7.500,00. Descontado por Gabriela Martins, secretária de Severino, confirmava a denúncia divulgada no dia 2 pela revista *Veja*: Severino cobrava propinas de Buani pela exploração do restaurante da Câmara. Previsivelmente, o deputado pernambucano negara com veemência a acusação e exigira a apresentação de provas. A prova incontestável acabara de ser apresentada.

Feliz com a derrota do inimigo, o algoz de Severino pediu aos presen-

tes que o acompanhassem numa oração. Rezou sozinho: a platéia estava agora concentrada na contemplação de Diana, a bela mulher de Buani, eleita "musa do mensalinho" pelo voto verbal (e unânime) dos jornalistas. Feliz com o sucesso da companheira bem mais jovem, o marido comunicou que havia liberado Diana para despir-se na capa e nas páginas de uma revista masculina. Foi aplaudido.

Era a boa notícia da manhã. Logo viria a má, sob o patrocínio do Supremo Tribunal Federal. Uma liminar concedida pelo STF, cada vez mais caridoso, adiara a hora da guilhotina para seis parlamentares do PT. Pescados quando chafurdavam no Pântano do Planalto, haviam passado meses contando mentiras. O STF entendeu que precisavam de mais tempo para defender o indefensável.

No começo da tarde, o ex-ministro Luiz Gushiken iniciou o depoimento na CPI dos Correios. Jurou que não tivera nada a ver com nada, que sempre fora muito criterioso na distribuição da publicidade oficial, que não indicara nenhum dirigente de fundo de pensão. Trocou desaforos com deputados e, irado, espancou o idioma. "*Sejemos* claros", disse no meio da sessão.

À tarde, Severino tentaria revidar o golpe sofrido durante a manhã. Sim, recebera a quantia registrada no cheque de Buani. Mas aquilo fora apenas uma contribuição voluntária do empresário à campanha de Severino Júnior, candidato a deputado. Morto dois meses depois da doação, o filho que o pai acabara de meter no meio da história já não poderia revelar quem tinha razão. A explicação só comprovara que Severino, em perigo, vende até a memória da mãe. À noite, o presidente da Câmara rendeu-se à idéia de renunciar ao cargo e ao mandato.

A renúncia viria seis dias depois da cassação de Jefferson, consumada naquela noite de quarta-feira. Ele morreria como vivera. Na fila de votação, aproximara-se de José Dirceu, centímetros à frente, para murmurar o comentário sibilino: "Eu sou você amanhã". Perturbado com o presságio, Dirceu esqueceu-se de colocar a cédula no envelope. O voto foi anulado.

No discurso de despedida, Jefferson pegou pesado. Primeiro, acusou Dirceu de comandar "o governo mais corrupto da história". Em seguida,

mirou na testa do presidente Lula, até então poupado de chumbo grosso. Qualificou-o de "malandro" e "preguiçoso". O cheque em branco acabaria preenchido com 11 palavras: "Ele não gosta de trabalhar, só gosta de passear de avião". O deputado banido do Congresso voltou para casa antes que a apuração começasse. No apartamento, comunicou aos presentes que uma gravadora italiana o convidara a gravar um disco de ópera.

Em Nova York, Lula ensaiava o discurso que faria, na mesma quarta-feira, na sessão da Organização das Nações Unidas. Em silêncio, ouviu dos assessores o resumo dos sobressaltos do dia. Soube da cassação de Jefferson e dos piores momentos do discurso. Também soube que Paulo Maluf, preso desde 10 de setembro, andava indignado com a comida servida na cadeia. "Nem para o meu cachorro eu daria uma coisa dessas", queixara-se o ex-candidato a tudo.

(Louco por manchetes, Maluf fora vítima da crise: com tanto escândalo a tratar, a imprensa transformara em notícia menor a captura do recordista de crimes impunes. Tampouco a libertação em outubro ganharia o alto da página. A crise continuava em alta.)

Aparentemente sereno, Lula dispensou-se de comentários e retomou a leitura do texto que ensinaria ao mundo, de novo, como se acaba com a fome. Menos tranqüilo parecia o vice-presidente José Alencar. No fim da noite, mostrou-se perplexo com o Dia do Espanto. "Que coisa! Onde nós estamos?"

No Brasil, claro. Onde mais?

A linha do horizonte

A mais extensa e intensa crise política da República foi também a primeira cujo berço não registra as impressões digitais da oposição. Os partidos adversários do presidente Lula não participaram da gestação do horror, nascido e criado no interior do governo. Um funcionário dos Correios ligado ao PTB, integrante da "base aliada", foi filmado enquanto negociava propinas. O presidente do partido, Roberto Jefferson, denunciou a existência de focos de corrupção na Câmara e em organismos federais. A roubalheira envolvia o PP, o PL e o PT, todos governistas. Descobertas feitas pelo Ministério Público, pela Polícia Federal e pela imprensa ampliaram a sucessão de escândalos. Só então os oposicionistas entraram na história.

Não houve nenhum "complô das elites conservadoras" interessadas na queda do governo. Elites conservadoras abrangem, por exemplo, os grandes bancos. Nunca lucraram tanto. Em novembro de 2005, o Bradesco divulgou o mais lucrativo balanço da história, incluídos os anuais. Todos estão satisfeitos com a política econômica, versão reciclada da que foi adotada por Fernando Henrique. O que houve foi a implosão de um triângulo pervertido, pouco amoroso e bastante glutão, formado pelo Planalto, pelo PT e pelos partidos de aluguel que compõem a aliança governista. Complô é conversa fiada. O que houve foi um tiro no próprio pé.

Somados seis meses de estrondos quase diários, a grande crise de 2005 mudou o governo, os partidos, o Congresso (sobretudo a Câmara). Mudou (para pior) o comportamento do Poder Judiciário, mudou (para melhor) o jeito brasileiro de olhar a corrupção. O país cansou-se da impunidade dos ladrões influentes. Percebeu que a roubalheira aumentara no governo que fora eleito para acabar com todas as maracutaias.

É falsa a sensação de que tudo vai dar em nada. Já deu em muito (e os castigos estão longe do fim.) Desmoronou o "núcleo duro" formado por três superministros. José Dirceu, despejado do latifúndio da Casa Civil, ocupa um gabinete de deputado que a Câmara ameaça confiscar-lhe. Luiz

Gushiken, hoje ministro do Nada, é uma sombra do antigo senhor de todas as verbas publicitárias e patriarca dos fundos de pensão. Antônio Palocci continua no cargo, mas acuado por denúncias de ex-assessores segundo as quais recebeu propinas quando foi prefeito de Ribeirão Preto. Continua bem com Lula, mas o presidente adotou outros conselheiros. O preferido é o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Para quem lida com casos de polícia, nada melhor que ter por perto um criminalista. A crise deixou desempregados, por enquanto 49 figurões federais.

No PT, José Genoino renunciou à presidência, Sílvio Pereira licenciou-se da secretaria-geral, o tesoureiro Delúbio Soares foi expulso. Roberto Jefferson deixou o comando do PTB semanas antes de se tornar o primeiro cassado. Valdemar Costa Neto continua na presidência do PL, mas enfraquecido por ter liderado o bloco dos desertores. Foi seguido pelo ex-bispo e agora ex-deputado Carlos Rodrigues, também do PL. Constrangido, o vice-presidente José Alencar trocou o PL pelo novo partido da bancada evangélica. Em novembro, o presidente do PP, Pedro Corrêa, permanecia na fila dos condenados (ao lado do líder da bancada, José Janene). Ligado ao valerioduto que funcionou em Minas nas eleições de 1998, o senador Eduardo Azeredo renunciou à presidência do PSDB.

Por cobrar "mensalinhos" do dono do restaurante no Congresso, Severino Cavalcanti foi expelido da presidência da Câmara. Por receber favores pecuniários de Marcos Valério, seu antecessor João Paulo Cunha caminhava para o cadafalso. O PFL expulsou o deputado João Baptista Ramos da Silva, bispo evangélico pilhado num jatinho com sete malas cheias de dinheiro. O representante do partido na turma da guilhotina é mineiro Roberto Brant. O PMDB só ficou sem representação porque o líder da bancada, José Borba, deixou o posto e renunciou ao mandato. É possível que alguns cassáveis só sejam julgados em 2006: o Supremo Tribunal Federal tem feito o possível para retardar o avanço dos processos.

"O Brasil consegue funcionar com três CPIs", orgulhou-se o presidente. É preciso muita ladroagem para que existam três comissões simultâneas. A CPI do Mensalão e a CPI dos Correios indicaram 18 candidatos à cassação. A degola de Jefferson e as renúncias reduziram o grupo. O deputado Sandro Mabel foi inocentado no Conselho de Ética "por falta de provas". Poucos teriam a

mesma sorte. Alguns envolvidos sofreram castigos financeiros. No começo da novembro, Marcos Valério e seu sócio Cristiano Paz estavam perto da falência. Duda Mendonça fechava contratos na Bolívia enquanto perdia clientes em São Paulo. Para enfrentar os ventos adversos, começara a demitir funcionários.

Foi a primeira crise transmitida ao vivo por emissoras de rádio e televisão. A TV Senado e a TV Câmara alcançaram índices de audiência jamais sonhados. Nunca os jornais e revistas se concentraram tanto, e por tão longo tempo, num mesmo tema. O apresentador Jô Soares passou a reunir, toda quarta-feira, quatro jornalistas especializadas em política para discutir a crise. As "Meninas do Jô", um quarteto cuja formação básica reunia, no começo de novembro, as jornalistas Ana Maria Tahan, Cristiana Lobo, Lucia Hippolito e a professora de História Maria Aparecida de Aquino, ficaram famosas. A palavra "mensalão" foi incorporada ao vocabulário dos brasileiros. Os mais importantes programas de televisão fizeram centenas de entrevistas sobre a confusão tropical, que resistiu nas manchetes a concorrentes relevantes. Não foi varrida pelo furacão Katrina. Não foi desapropriada pela prisão de Paulo Maluf e seu filho Flávio.

É impossível saber como tudo acabará. Antes da crise, a reeleição de Lula parecia tão certa quanto a mudança das estações. Na primavera de 2005, pesquisas de opinião avisavam que a luta nas urnas será feroz. Mas Lula ainda parecia relutante em pousar no Brasil real no dia 7 de novembro, quando aceitou ser entrevistado sem restrições no milésimo programa "Roda Viva", da TV Cultura. Pela primeira vez, falaria sobre a crise.

Começou bem. "Sou o responsável por tudo o que acontece, para o bem ou para o mal", reconheceu. Ao longo da conversa com seis jornalistas, contudo, atacou o que considera "conclusões apressadas das CPIs", negou peremptoriamente a existência do "mensalão", incensou o próprio governo, defendeu o deputado José Dirceu (e, ao mesmo tempo, considerou inevitável a cassação do mandato do antigo parceiro). Absolveu-se de todos os pecados do mundo (e do Brasil, pelos quais se havia responsabilizado na primeira resposta.)

Em duas horas, o programa reproduziu exemplarmente a trajetória do governo. Começou bem, prometendo um desempenho corajoso. Derrapou no triunfalismo. Ao terminar, ajudara a consolidar uma penosa sensação: o Brasil já não consegue acreditar num homem que conseguiu convencê-lo a perder o medo de ser feliz.

Índice onomástico

Alencar, José *120, 122*
Alfredo, João *109, 111*
Amaral, Delcídio *23, 25, 55*
Aquino, Maria Aparecida de *123*
Azeredo, Eduardo *86, 87, 88, 122*
Bandeira, Manuel *70*
Barquette, Ralf *102*
Bastos, Márcio Thomaz *71, 83, 92, 93, 94, 95, 122*
Becker, Clara *45, 46*
Benjamin, César Queiroz *84, 85*
Berzoini, Ricardo *16, 100*
Bicudo, Hélio *115*
Bittar, Jacó *89*
Bom, Djalma *59*
Borba, José *122*
Brandão, Henrique *18*
Brant, Roberto *88, 122*
Buani, Diana *119*
Buani, Sebastião *106, 107, 118, 119*
Buarque, Chico *5, 6*
Buratti, Rogério *101, 102*
Buscetta, Tommaso *56*
Cacciolla, Salvatore *79*
Cachoeira, Carlinhos *14, 15*
Caldeira, Maria Cristina Mendes *29, 30*
Calheiros, Renan *10, 11, 16, 100*
Caminha, Pero Vaz de *29*
Cardoso, Fernando Henrique *5, 27, 28, 39, 61, 62, 63, 72, 100, 101, 115, 121*
Cardozo, José Eduardo *80*
Carvalho, Gilberto *113, 114, 115, 116, 117*
Castro, Delúbio Soares de – *ver* Cervantes, Sergio *102*
Soares, Delúbio
Castro, Fidel *44*
Cavalcante, Francisco *62*
Cavalcanti, Severino *41, 69, 106, 07, 108, 109, 111, 112, 118, 119, 122*
Chirac, Jaques *70*
Cordeiro, Miriam *10, 11*
Corner, Jeanny Mary *81, 82*
Corrêa, Pedro *34, 59, 122*
Costa Neto, Valdemar *28, 29, 30, 33, 34, 59, 88, 111, 122*
Cunha, João Paulo *26, 27, 50, 51, 122*
Cunha, Luiz Cláudio *95*
Daniel, Bruno *116*
Daniel, Celso *6, 108, 109,113, 114, 115, 116, 117*
Daniel, João Francisco *114, 115, 116*
Dantas, Daniel *81, 89*
Delúbio – *ver* Soares, Delúbio
Diniz, Ângela *73*

Diniz, Waldomiro *14, 15, 27, 39, 40, 46, 101*
Dirceu, José *9, 10, 14, 15, 17, 18, 22, 24, 25, 30, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49,53, 60, 65, 76, 77, 78, 79, 85, 87, 93, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 107, 108, 110, 113, 114, 115, 119, 121, 123*
Dourado, Juscelino *102*
Duarte, Lídio *18*
Dulci, Luiz *95, 98, 99, 100*
Elbrick, Charles Burke *9, 44*
Farias, Paulo César *52*
Fleury, Luiz Antônio *112*
França, Eriberto *52*
Franco, Itamar *5, 29*
Frateschi, Paulo *68*
Frossard, Denise *57, 80*
Fruet, Gustavo *80*
Gabeira, Fernando *9, 10, 106, 107, 109*
Geisel, Ernesto *64*
Genoíno, José *36, 37, 47, 53, 55, 56, 68, 69, 78, 100, 103, 113, 115, 122*
Genro, Tarso *99, 100*
Goldman, Alberto *42*
Gomes, Ciro *24*
Greenhalgh, Luiz Eduardo *107, 108, 109, 115, 116*
Guedes, Glênio *66*
Guia, Walfrido dos Mares *25*
Guimarães, José Nobre *69, 78*
Guimarães, Ulysses *64, 78*
Guimarães, Virgílio *108, 109*
Gushiken, Elisabeth *95*
Gushiken, Luiz *65, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 119, 121*
Heloísa Helena *26, 43*
Henry, Pedro *34*
Hippolito, Lucia *123*
Janene, José *34, 122*
Jefferson, Roberto *10, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 47, 48, 49, 50, 53, 56, 57, 59, 66, 70, 75, 76, 77, 78, 100, 101, 118, 119, 120, 121,122*
Jobim, Nelson *79*
Jucá, Romero *16, 17*
Júnior, Severino *119*
Junqueira, Aristides *116*
Karina – *ver* Sommagio, Fernanda Karina
Kotscho, Ricardo *40*
Kubitschek, Juscelino *64*
Lando, Amir *16*
Liston, Sonny *39*
Lobo, Cristiana *123*
Luizinho, Professor *93*
Lula – *ver* Silva, Luiz Inácio Lula da
Lula, Marisa Letícia *10*
Lulinha – *ver* Silva, Fábio Luiz Lula da
Lurian (filha de Lula) *10*

Lyra, Paulo de Tarso *26*
Mabel, Sandro *34, 59, 122*
Magalhães, Antônio Carlos *40*
Maluf, Flávio *94, 123*
Maluf, Paulo Salim *59, 103, 104, 120, 123*
Marinho, Maurício *14, 15, 33, 60, 77*
Marques, Hugo *26*
Martins, Gabriela *118*
Médici, Emilio Garrastazu *84*
Mello, Carlos Henrique Gouveia de (José Dirceu) *45, 46*
Mello, Fernando Collor de *6, 10, 11, 19, 52, 70, 75, 86*
Mello, Pedro Collor de *52, 53*
Mendes, Chico *92*
Mendonça, Duda *40, 59, 103, 104, 105, 123*
Mercadante, Aloizio *55, 115*
Montenegro, Carlos Augusto *74*
Nardes, Augusto *109*
Nascimento, Milton *12*
Neves, Aécio *86*
Neves, Tancredo *5*
Okamotto, Paulo *88, 90, 91*
Oliveira, José Carlos Becker – *ver* José Dirceu
Paes, Eduardo *80*
Palmeira, Vladimir *44*
Palocci, Antônio *24, 95, 98, 101, 102, 116, 122*
Pardellas, Sérgio *26*
Patterson, Floyd *39, 41*
Paz, Cristiano *123*
Pedro Caroço – *ver* Mello, Carlos Henrique Gouveia de
Pereira, Sílvio *18, 22, 24, 25, 33, 47, 48, 53, 58, 59, 65, 68, 79, 80, 122*
Perillo, Marcone *59*
Pessoa, Rodrigo *54*
Pitanguy, Ivo *54*
Pitta, Celso *103*
Pizzollato, Henrique *66, 67*
Poletto, Vladimir *108*
Polito, Reinaldo *31, 32*
PT, Toninho do *115*
PT, Zeca do (José Dirceu) *46*
Ramos, Lílian *29*
Rebelo, Aldo *15,17,18, 25, 26, 109, 110, 111, 112*
Rodrigues, Nelson *56*
Rodrigues, Carlos *34, 122*
Rousseff, Dilma *42, 95*
Santos, Manoel Severino dos *67*
Santos Neto, Nicolau dos *93*
Sarney, José *5*
Serraglio, Osmar *23*
Silva, Fábio Luiz Lula da *59, 88, 89, 90*
Silva, João Batista Ramos da *69, 88, 122*
Silva, José Adalberto Vieira da *69*
Silva, Luiz Inácio Lula da *5, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 22, 25, 28, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 48, 50, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64,*

65, 70, 71, 72, 75, 77, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 96, 98, 99, 100, 102, 104, 105, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 120, 121, 122, 123
Silva, Sérgio Gomes da *113, 114, 115, 117*
Simon, Pedro *80*
Soares, Delúbio *18, 22, 24, 25, 27, 30, 33, 36, 37, 47, 48, 53, 59, 65, 68, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 90, 97, 105, 109, 113, 122*
Soares, Jô *57, 123*
Sodré, Abreu *43*
Sombra – *ver* Silva, Sérgio Gomes da
Sommagio, Fernanda Karina *53, 54, 55, 60, 66*
Souza, Klinger Oliveira *114*
Street, Doca – *ver* Street, Raul Fernando do Amaral
Street, Raul Fernando do Amaral *73*
Suplicy, Eduardo *93*
Suplicy, Marta *36, 115*
Tahan, Ana Maria *123*
Talese, Gay *39, 41*
Teixeira, Miro *24, 26*
Teixeira, Raquel *59*
Teixeira, Roberto *58*
Travassos, Luiz *44*
Valério, Marcos *37, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 60, 65, 66, 68, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 86, 87, 90, 93, 97, 105, 109, 113, 116, 122, 123*
Vargas, Getúlio *12*
Wagner, Jacques *110*

O autor

Jornalista há 35 anos, Augusto Nunes foi redator-chefe da revista *Veja*, diretor de redação das revistas *Época* e *Forbes* e dos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *Zero Hora*. Apresentou o programa Roda Viva, da TV Cultura. Escreveu o livro de memórias de Samuel Wainer, *Minha Razão de Viver*, e a biografia de Tancredo Neves para a coleção Grandes Líderes. É um dos personagens do livro *Eles mudaram a imprensa*, da Fundação Getúlio Vargas, que selecionou os seis jornalistas mais inovadores dos últimos trinta anos. É colunista do *Jornal do Brasil* e do site NoMinimo.

Este livro foi composto em Times New Roman
para a Editora Planeta do Brasil
em novembro de 2005.

Numa sala dos Correios, o funcionário corrupto embolsa suavemente a propina de R$ 3 mil. Encenada por atores medíocres, logo afastados da trama, a cena abriria a mais demorada, perturbadora e ultrajante novela política do Brasil real. Nos meses seguintes, o país assistiria à passagem, sem intervalos, do cortejo de horrores que promete cruzar o ano, dominar a campanha eleitoral e só terminar em outubro de 2006. O jornalista Augusto Nunes reconstitui a grande crise de 2005, e conta o caso como o caso foi. Relata a descoberta e a drenagem do Pântano do Planalto. Devassa os labirintos dos podres poderes. Escancara a metodologia da corrupção em escala federal. Exibe sem retoques os protagonistas do pior dos invernos. E descreve o brusco desembarque dos passageiros da esperança na estação do medo.

ISBN 85-7665-111-4